

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de História
Programa de Pós-Graduação em História Comparada

Nacionalismo em perspectiva: A Propaganda Política no Estado Novo e no
Governo Médici através de *A Manhã* (1941-1945) e *Manchete* (1969-1974)

RAFAEL IRINEU DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro
2025

RAFAEL IRINEU DE OLIVEIRA

Nacionalismo em perspectiva: A Propaganda Política no Estado Novo e no
Governo Médici através de *A Manhã* (1941-1945) e *Manchete* (1969-1974)

Dissertação de Mestrado entregue ao Programa de
Pós-Graduação em História Comparada, Instituto
de História, da Universidade Federal do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Mestre em História
Comparada.

Orientador: Ivo José de Aquino Coser

Rio de Janeiro
2025

CIP - Catalogação na Publicação

O48n Oliveira, Rafael Irineu de
Nacionalismo em perspectiva: A Propaganda
Política no Estado Novo e no Governo Médici através
de A Manhã (1941-1945) e Manchete (1969-1974) /
Rafael Irineu de Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2025.
162 f.

Orientador: Ivo José de Aquino Coser.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de
Pós-Graduação em História Comparada, 2025.

1. Propaganda Política. 2. Periódicos. 3.
Nacionalismo. 4. Autoritarismo. I. Coser, Ivo José
de Aquino, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

RAFAEL IRINEU DE OLIVEIRA

Nacionalismo em perspectiva: A Propaganda Política no Estado Novo e no Governo
Médici através de *A Manhã* (1941-1945) e *Manchete* (1969-1974)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
Comparada no Instituto de História da
UFRJ, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em História
Comparada.

Aprovada em: 18 de fevereiro de 2025.

Banca examinadora

Orientador: Prof. Dr. Ivo José de Aquino Coser

Documento assinado digitalmente
 IVO JOSE DE AQUINO COSER
Data: 24/02/2025 14:42:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fernando Vale Castro (PPGHC/UFRJ)

Documento assinado digitalmente
 FERNANDO LUIZ VALE CASTRO
Data: 17/03/2025 14:34:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Maria da Conceição Francisca Pires (UNIRIO)

Documento assinado digitalmente
 MARIA DA CONCEICAO FRANCISCA PIRES
Data: 05/03/2025 08:55:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. André Kaysel Velasco e Cruz (UNICAMP)



Suplentes

Profª. Dra. Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto (PPGHC/UFRJ)

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra (UFF)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me sustentado e fortalecido ao longo do cumprimento de mais uma etapa da minha vida. Sem Ele, nada seria possível. A Ele, toda glória, honra e louvor, eternamente.

Agradeço à minha família, parte fundamental da minha construção enquanto ser humano, cidadão e pesquisador. Sem os sacrifícios diários de Marcio e Alessandra desde a minha primeira infância, não seria possível pleitear um título de mestre na maior universidade do país. A eles, a minha eterna gratidão, pois nunca conseguirei recompensar o tanto que fizeram e fazem por mim. Agradeço, além destes, às minhas avós, Maria da Conceição (in memoriam) e Terezinha e à minha tia-avó Jovana, que, mesmo vivendo vidas profundamente distantes da academia, nunca pouparam esforços para escancarar as portas dela para mim.

Agradeço aos meus amigos e à minha namorada por todo o apoio e suporte nessa árdua missão da pesquisa científica. Certamente, ao lado deles a jornada tornou-se menos sacrificante e mais alegre.

Agradeço e respeito a todos que vieram antes de mim e, sob muita luta, suor e sangue, permitiram que a negritude não fosse apenas um marcador de sofrimento e violência, mas sim de identidade, resiliência e intelectualidade. Seguiremos na luta para que as oportunidades sejam para todos e todas.

Por fim, agradeço ao suporte acadêmico de meus professores e colegas, especialmente do meu orientador Ivo Coser, e ao suporte financeiro advindo da CAPES e da Fundação Sitawi, que tornaram possível a realização dessa pesquisa.

RESUMO

OLIVEIRA, Rafael Irineu de. **Nacionalismo em perspectiva: A Propaganda Política no Estado Novo e no Governo Médici através de *A Manhã* (1941-1945) e *Manchete* (1969-1974)**. 2025. 162 p. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

A propaganda política, elemento recorrente em regimes autoritários, moldou a opinião pública no Estado Novo varguista e na Ditadura Civil-Militar, especialmente no governo de Emílio Garrastazu Médici. Este trabalho analisa as estratégias de controle social de ambos os governos, focando na instrumentalização do nacionalismo nas políticas de comunicação. A pesquisa compara os governos de Vargas e Médici, com enfoque no uso da propaganda nacionalista para legitimar e consolidar o poder, destacando os métodos de propaganda utilizados, as intenções políticas por trás dessas ações e seus impactos na popularidade dos governos e dos governantes. Através da análise dos periódicos *A Manhã* e *Manchete*, busca-se entender como a propaganda política influenciou a opinião pública e os impactos dessas estratégias.

Palavras-chave: Propaganda Política. Periódicos. Nacionalismo. Autoritarismo.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Rafael Irineu de. **Nacionalismo em perspectiva: A Propaganda Política no Estado Novo e no Governo Médici através de A Manhã (1941-1945) e Manchete (1969-1974)**. 2025. 162 p. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

General political announcement, a normally and useful element in authoritarian regimes, raised public opinion during Vargas' Estado Novo and the Civil-Military Dictatorship, especially under Emilio Garrastazu Medici's government. This work studies the social control formula of both governments, focusing on the instrumentalization of nationalism in communication policies. The research compares the governments of Vargas and Medici, aiming at the use of nationalist propaganda to legitimize and consolidate power, enhancing the propaganda methods used, the political intentions on the background of these actions, and their impacts on the popularity of the governments and rulers. Through the analysis of the periodicals A Manhã and Manchete, this study seeks to understand how political propaganda influenced public opinion and the impacts of these strategies.

Keywords: Political Propaganda. Periodicals. Nationalism. Authoritarianism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARP	Assessoria de Relações Públicas
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DOP	Departamento Oficial de Publicidade
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. PERIÓDICOS, PROPAGANDA POLÍTICA E “A CONQUISTA DE CORAÇÕES E MENTES”.....	29
1.1. <i>Propaganda política, massa e consenso: um panorama conceitual.....</i>	<i>29</i>
1.2. Os meios de comunicação instrumentalizados pelo autoritarismo: os periódicos e suas funções sócio-políticas.....	39
1.3. O Estado Novo (1937-1945) e o Governo Médici (1969-1974): estruturas gerais de propaganda e busca por adesão.....	47
2. NACIONALISMO E PROPAGANDA POLÍTICA: TRABALHADORES DE UM BRASIL QUE VAI PARA FRENTE.....	55
2.1. Construindo um nacionalismo autoritário e unificador: o consenso político através da unidade nacional.....	55
2.2. O pensamento nacionalista no Estado Novo: o cidadão-trabalhador.....	65
2.3. O pensamento nacionalista no Governo Médici: o Brasil em crescimento.....	76
3. ESTUDOS DE CASO: OS PERIÓDICOS <i>A MANHÃ</i> (1941-1945) E <i>MANCHETE</i> (1969-1974) COMO VEÍCULOS DE PROPAGANDA NACIONALISTA.....	86
3.1. A estrutura interna e as relações periódicos-governos.....	86
3.2. O nacionalismo instigador de consenso nas páginas de <i>A Manhã</i> e <i>Manchete</i>	98
3.3. Os efeitos da propaganda nacionalista unificadora instrumentalizada pelos regimes.....	121
CONCLUSÃO.....	130
FONTES.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137
ANEXOS.....	142

INTRODUÇÃO

Ao longo do processo histórico, elementos diversos podem ser percebidos como componentes fundamentais para o funcionamento e para a análise das sociedades. Aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais passam por alterações e permeiam a construção de dinâmicas específicas, que acabam por caracterizar períodos históricos, seja de maneira local, seja de maneira geral. O século XX em sua completude é um exemplo de como a construção dessas dinâmicas pode variar, promovendo mudanças nas articulações internas das nações e, consequentemente, nas relações geopolíticas internacionais.

O breve século – célebre expressão cunhada pelo historiador Eric Hobsbawm (1994) – engloba acontecimentos que deixaram marcas indeléveis para a humanidade em seus mais diversos âmbitos, gerando impactos posteriores na forma de articular a política – seja interna, seja externa –, desenvolver a economia e estruturar a sociedade. As duas grandes guerras mundiais, a Revolução socialista na Rússia em 1917, a crise do capitalismo liberal nos Estados Unidos em 1929, a ascensão de regimes totalitários de extrema-direita na Europa nas décadas de 1920 e 1930 e a bipolarização global gerada pela Guerra Fria foram eventos que, sem dúvida, imprimiram modificações imprescindíveis para a compreensão das relações sociais em todo o globo, impactando não apenas suas respectivas áreas de origem, mas as mais diversas nações ao redor do mundo.

Esse século é, portanto, um período histórico que dispõe de vasta análise historiográfica e grande atenção da comunidade acadêmica em suas mais diferentes vertentes, o que possibilita a existência de um robusto arsenal de pesquisas sobre os fatores que se alteraram em decorrência desse agitado recorte. Um aspecto fundamental que foi solidificado e amplificado nesse contexto é a propaganda, que ganhou ares de um protagonismo ainda mais contundente, se tornando elemento essencial para a compreensão dos acontecimentos e das articulações mundiais ao longo dos Novecentos.

De acordo com Jean-Marie Domenach (2001), tanto a propaganda como a publicidade têm como objetivo primário a busca pelo convencimento, mas, ao mesmo tempo, possuem diferenças essenciais no que tange à finalidade específica de cada uma delas. A publicidade possui objetivos comerciais e de impulso ao consumo de determinado produto, enquanto a propaganda tem como alvo a promoção de questões concernentes à política, aos comportamentos sociais e às convicções ideológicas.

É possível identificar, contudo, a presença de ambas nos eventos cruciais da primeira metade do século XX. Nos Estados Unidos dos anos 1920, a difusão da publicidade e do

American Way Of Life é fundamental para a solidificação da sociedade de consumo e, consequentemente, para o crescimento econômico que alçou o país norte-americano ao posto de principal potência mundial. Já em relação à propaganda, as técnicas utilizadas nas duas grandes guerras e na ascensão dos regimes nazifascistas visavam o convencimento em relação às necessidades e demandas nacionais nesses contextos específicos, objetivando o direcionamento de comportamentos e atitudes. Sem dúvida, é nesse momento que a propaganda passa a trilhar um caminho de maior destaque nas relações sociais, levando sua influência e seu poder para os mais diferentes locais e contextos ao redor do mundo.

A propaganda política, a partir de então, se enquadra em um cenário de ampliação do acesso à informação e da necessidade de produzir uma comunicação efetiva, que desenvolva uma relação entre política, população e ideologia, a fim de se alcançar determinados resultados em cada contexto em particular. Sendo assim, é possível também identificar a utilização cada vez mais intensa desse recurso no contexto brasileiro ao longo do século XX, sobretudo no que tange ao período de recrudescimento do papel e da atuação do Estado brasileiro no âmbito do Executivo federal.

Esse movimento de fortalecimento estatal traz para a lógica política brasileira algumas experiências que fugiam ao liberalismo político tradicional e aos sistemas interpretados como democracias legítimas. A descrença nesse tipo de modelo – descrença essa também presente em outros países ao redor do mundo, caso das experiências vigentes na Itália e na Alemanha a partir das décadas de 1920 e 1930, respectivamente – gera no Brasil novas formas de organização política e de relação entre Estado, governo e população.

Não se pode, no entanto, confundir as experiências antidemocráticas brasileiras que analisaremos a seguir – a saber, o Estado Novo varguista e a Ditadura Civil-Militar¹ – com os regimes nazifascistas, sobretudo no que diz respeito aos formatos e propósitos de cada um desses tipos de governo. Por mais que em todos esses casos as estruturas legitimamente democráticas estivessem comprometidas, o modelo de funcionamento do Estado e de comprometimento ideológico nos regimes nazifascistas se difere em profundos aspectos da forma como o Estado brasileiro se propõe a funcionar em cada um dos recortes em questão.

Nesse âmbito, é imperioso diferenciar as características de um regime totalitário, como os governos fascistas europeus, de um sistema autoritário, presente no Estado Novo e na Ditadura. Essa preocupação se faz presente, inclusive, no embasamento ideológico dos

¹ O conceito de Ditadura Civil-Militar aqui utilizado é fundamentado na análise de Dreifuss (1981), em uma leitura que compreende o regime iniciado em 1964 enquanto a convergência de grupos distintos, como militares, empresários, tecnocratas, classe média e parte da imprensa, visando construir um novo modelo de Estado, pautado pela centralização política, pela repressão e pela forte ligação entre o governo e o capital.

teóricos que fundamentam a perspectiva autoritária desenvolvida no Estado brasileiro, especialmente nos anos 1930 e 1940. De acordo com Azevedo Amaral, em sua obra *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* (2002), a ideia de governo autoritário não deve ser encarada como uma vertente do fascismo, uma vez que este, em sua perspectiva totalitária, pretende aniquilar a individualidade e suprimir as personalidades e pessoalidades humanas, enquanto o Estado autoritário, segundo ele, tem o objetivo de garantir as necessidades coletivas a partir de um comando verticalizado, sem, contudo, abdicar das prerrogativas individuais do homem. Para Azevedo Amaral, o autoritarismo se coloca no meio termo entre a desordem da democracia liberal e o extremismo do Estado totalitário conservador.

Para teóricos como Oliveira Viana, Francisco Campos e o próprio Azevedo Amaral, a democracia liberal, nos moldes vividos pelo Brasil na Primeira República, representava uma ilusão política e proporcionava terreno fértil para a desordem. Amaral (2002) aponta que o Estado liberal produz essa inconsistência uma vez que cumpre um papel de subalternidade em relação à sociedade, sendo essa uma perspectiva iluminista que remonta à proposta contratualista da vontade geral, elaborada por Jean-Jacques Rousseau. Assim sendo, o Estado se tornava uma instituição pouco efetiva, pois ficava, na prática, subordinado aos anseios de determinados grupos.

A partir dessa análise, os pensadores do autoritarismo brasileiro apontavam a necessidade de imposição estatal para direcionar, de fato, a sociedade brasileira no rumo do desenvolvimento e do avanço nacional. Oliveira Viana (1920) indicava a necessidade de sobrepor a ordem em relação à liberdade, pois só através de um Estado ordenado e centralista seria possível manter e desenvolver a nação e as liberdades. O autoritarismo, nesse sentido, deveria partir de uma premissa estatal, burocratizada, tecnocrática e desmobilizadora, impedindo que os anseios individuais se sobrepusessem às aspirações coletivas direcionadas pelo Estado. Francisco Campos (1940) afirma que o Estado representava a percepção simbólica da unidade nacional: ora, sem um aparelho estatal devidamente funcional, a mentalidade nacional sucumbiria frente às aspirações individualistas do liberalismo, levando o país ao declínio.

Ao percebermos o autoritarismo de Estado em sua perspectiva desmobilizadora, é possível notar que a lógica de soberania popular perde força frente à construção de um Estado tutelar, que é dotado de uma suposta sabedoria elevada e tem a função, de acordo com as palavras de Ricardo Silva (1998), de “salvar o povo de si próprio”², dada a suposta

² Silva, 1998, p. 162.

incapacidade racional e a excessividade passional da população brasileira. O autoritarismo, mediante essa perspectiva, representaria a salvação coletiva na medida em que submete a sociedade ao direcionamento do Estado, promovendo, segundo Amaral (2002), um “todo indissolúvel”³.

É necessário ponderar também que, em alguns casos, as perspectivas desses teóricos não levavam em consideração os desvios que um Estado autoritário poderia conceber. Azevedo Amaral, por exemplo, considerava a experiência estadonovista como democrática, mesmo com as claras violações às participações e representações políticas e sociais. É inútil esconder também que as ideias e exemplos externos – a saber, totalitários – exerceram influência, em algum nível, nas experiências brasileiras. O fato é que, com a ruptura oligárquica, uma nova forma de articular Estado, nação e sociedade entra em pauta e em prática, em consonância com a efervescência vivida no mundo no início dos Novecentos.

A partir dos anos 30, o Brasil passa por uma transformação em seu modelo de governança e de articulação entre os poderes e esferas com o desenrolar da Revolução de 1930, que, através de uma aliança entre oligarquias dissidentes – especialmente Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais - e tenentes, promoveu uma mudança nas dinâmicas de poder até então estabelecidas e que provocavam relações escusas entre coronéis, governos estaduais e Executivo Federal. A partir desse movimento revolucionário, a presidência da República passou a ser comandada pelo político gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, articulador da transição entre a Primeira República e o período que a seguiria, em uma alteração de panoramas sociais, eleitorais, trabalhistas, econômicos e governamentais.

Ao longo dos primeiros 15 anos em que esteve no cargo de presidente, Getúlio Vargas alternou momentos e posições de acordo com o jogo político – seja interno, seja externo -, mas sem abandonar a proposta de Estado intervencionista e mediador. O “tempo do nacional-estatismo”⁴ viria para romper com a tradição eleitoral coronelista, típica da fase oligárquica da República brasileira, transformando o governo federal no principal agente das articulações do país e o presidente Vargas na figura direcionadora dos rumos que deveriam ser seguidos pelo Brasil e pelos brasileiros.

De acordo com a historiadora Ângela de Castro Gomes (2005), o movimento de 1930 é interpretado ao longo da Era Vargas como uma verdadeira revolução que, diferente de outros movimentos que permearam a história do país, não estava preocupada apenas com o desmonte de uma estrutura anterior, mas sim com a montagem e desenvolvimento de um novo

³ Amaral, 2002, p. 201.

⁴ Ferreira e Delgado, 2019.

e sólido projeto político. Segundo a análise empreendida por Gomes, a Primeira República havia representado uma quebra entre a realidade brasileira e o modelo de estado, enquadrando-se em uma lógica liberal exagerada, que afastava o Brasil dos brasileiros. A historiadora ainda aponta que as análises feitas durante o governo Vargas acerca da Primeira República remetem a uma visão sobre o estado da natureza humana desenvolvida por Thomas Hobbes, haja vista a ausência de um Estado realmente direcionador e atuante⁵ que pudesse mediar e organizar a sociedade.

Nesse ínterim, o Estado que emerge com Getúlio propõe a solução desse estágio de desordem deixado pela fase oligárquica. No bojo das crises que se abatem sobre o Brasil ao longo dos anos 20, a perspectiva desoladora que se constrói em torno do futuro do país funciona como propulsora da Revolução que viria a transformar o papel governamental do Estado brasileiro. No limiar desse processo, Getúlio Vargas e sua base aliada trabalharam pela superação do modelo político oligárquico.

A quebra da Política dos Governadores, que fora aplicada pelo presidente Campos Sales, se percebe a partir da substituição dos governadores pelos interventores, submetendo o estadual ao federal e ampliando a ingerência de Vargas no destino dos estados da federação. Além disso, ainda no Governo Provisório (1930-1934) é possível observar uma mudança no quadro eleitoral brasileiro quando da aprovação do Código Eleitoral de 1932, que, dentre outros mecanismos, dispunha de um que legalizava a participação para as mulheres, além de tornar secreto o voto que, enquanto aberto, permitia o comando excessivo dos coronéis e práticas locais clientelistas⁶. Mudanças como a aplicação de legislações trabalhistas e a criação do Conselho Nacional do Café demonstram a intenção imediata do governo em causar um impacto nas relações institucionais e econômicas brasileiras, trazendo notoriedade ao papel protagonista que Getúlio pretendia conferir ao Executivo federal.

Como destacou Gomes (2005), esse processo era lido por intelectuais da época – como Azevedo Amaral – enquanto um movimento de reencontro do Brasil com a sua vocação, reconstruindo o papel nacional e unificador do Estado brasileiro que, em tese, se afastara dos anseios puramente locais e oligárquicos para se dedicar a uma perspectiva mais ampla e agregadora.

⁵ Gomes, 2005, p. 192.

⁶ O historiador José Murilo de Carvalho (1998) aponta o coronelismo típico da República Oligárquica como “um sistema político nacional, com base em barganhas entre o governo e os coronéis”, onde o coronel controla cargos públicos em troca da cessão de capital político e eleitoral para os governantes, sobretudo nas esferas executivas estaduais e federais.

Essa nova dinâmica se desenvolve tão logo a revolução eclode e ganha ares de legitimidade a partir de 1934, quando, em decorrência da Revolução Constitucionalista, embate contra representantes do estado de São Paulo ocorrido em 1932, Getúlio Vargas decide encaminhar a elaboração de uma Constituição, promulgada em julho de 1934. O Governo Constitucional (1934-1937) condensa as transformações elaboradas pelo período provisório e destaca a necessidade de eleições periódicas a cada 4 anos, mas tem como grande destaque o notável reflexo da polarização política internacional no quadro político do Brasil, com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), grupo de orientação fascista liderado por Plínio Salgado, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), grupo de orientação socialista liderado por Luiz Carlos Prestes. Nesse contexto, o levante comunista de 1935 – protagonizado pela ANL – mobiliza as estruturas de governo em um sentido muito popularizado na Europa ao longo da primeira metade do século XX: o esforço anticomunista.

Em decorrência disso, Getúlio Vargas elabora um projeto de continuidade no poder que culminara no Plano Cohen. Essa estratégia consistia na ampliação de um suposto inimigo comunista que estaria pondo em risco a segurança nacional, fazendo-se necessária, portanto, uma intervenção federal que eliminasse as possibilidades de tomada de poder pela esquerda, concentrando, dessa maneira, o poder nas mãos de Getúlio. Concluído em 10 de novembro de 1937, esse projeto dava origem ao Estado Novo.

Esse período – que se estendeu entre 1937 e 1945 – é, sem dúvida, o mais marcante da Era Vargas. Marcado por intensa centralização e personalismo, aqui observa-se o auge do projeto estatista e intervencionista que se propunha desde o início da década de 1930. Acerca disso, Ângela de Castro Gomes escreve:

Trinta e 37 surgiam assim como dois momentos, como duas etapas de um mesmo processo, guardando o primeiro episódio a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe era posterior: 30 fora o início daquilo que 37 queria e devia realizar. (Gomes, 2005, p. 191)

Dessa maneira, o aspecto central do Estado Novo remete à necessidade de intervenção do Estado para a superação de entraves internos da nação, já evocada no preâmbulo da revolução e amplificada pelos desdobramentos do levante de 1935. O jornalista Azevedo Amaral, citado por Gomes, compreendia esse processo enquanto uma “expressão unívoca da vontade nacional”⁷, na medida em que, em tese, não se expressava vontade de classe, mas sim um reencontro do Brasil consigo mesmo após os desmandos liberais da Primeira República.

⁷ Azevedo Amaral, 1941, p.137.

Para além de uma mudança de governança, o Estado Novo dava corpo a uma mudança de mentalidade preconizada pela Revolução de 1930.

É a partir daqui que o Estado Nacional brasileiro, entre tantos descaminhos, começa a trilhar rumos diferentes em várias áreas. É durante o período estadonovista que a indústria pesada se desenvolve e que as legislações trabalhistas são ainda mais consideradas⁸. Mas é sobretudo nesse período que o Brasil investe na construção de uma identidade que perpassa por questões como o trabalho, a política econômica, a figura pessoal do presidente e, principalmente, o nacionalismo. Elemento fundamental dessa pesquisa, o pensamento nacionalista – que será destrinchado em momento futuro – norteará as políticas de governo e comunicação no Estado Novo, sobretudo através da atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, criado em 1939.

Os anos que se seguem a Era Vargas representam, em parte, a manutenção do papel político do Estado brasileiro em relação às dinâmicas do país e não um retorno ao estágio liberal em que se encontrava a política brasileira no período pré-revolucionário, em que pesem os problemas e as tensões políticas que permeiam a nação entre os anos de 1946 e 1964. É justamente com o fim dessa fase, que definimos enquanto República Democrática, que se inicia outro momento onde a propaganda – sobretudo nacionalista – desempenha um papel fundamental nas relações do país: a Ditadura Civil-Militar de 1964.

Instalada no contexto da crise que derrubou o governo do presidente João Goulart (1961-1964), a Ditadura Civil-Militar brasileira representa o início de uma fase deveras peculiar na América Latina. No bojo das agitações produzidas no período posterior à Revolução Cubana de 1959 e à associação da ilha às políticas soviéticas, os Estados Unidos da América tinham como objetivo a manutenção da hegemonia imperialista na América Latina, visando o afastamento de uma interferência soviética nesse território. De fato, o período posterior ao movimento de Cuba gerou uma agitação nas esquerdas latino-americanas, justamente por se tratar de um movimento anti-imperialista e, posteriormente, da adoção de uma mentalidade socialista.

Com o passar dos meses, a afirmação do governo revolucionário em Cuba e suas propostas nacionalistas e socialistas começavam a se concretizar como o grande espelho de movimentos anti-imperialistas no Brasil, que passou a viver na primeira metade da década de 1960 um momento de intensa polarização social, sobretudo com a emergência das propostas reformistas de Goulart. Acerca disso, Roberto Silva (2017) escreve: “As ações de

⁸ Em 1943, é criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reunindo as mudanças promovidas pelo governo Vargas nas questões de trabalho no Brasil desde o início da década anterior.

solidariedade, interlocução e intercâmbio desenvolviam-se e a experiência cubana tomava corpo como referencial das lutas políticas no Brasil, denotando também um espriamento do “exemplo cubano” no território nacional.”⁹.

Essa polarização é trabalhada, a partir da perspectiva das esquerdas, pelo historiador Caio Prado Júnior em *A Revolução Brasileira*, obra que data do ano de 1966, justamente no entorno dos movimentos golpistas conflagrados no país. Observa-se que essa emergência em trabalhar o tema da revolução enquadrada no contexto brasileiro em muito tem a ver com o impacto do movimento de Cuba nas visões das esquerdas latino-americanas, sobretudo no que se refere às ações frente ao imperialismo ianque que atingiam com cada vez mais força a América Latina no decorrer da Guerra Fria. Prado Jr compara as dinâmicas internas do Brasil dos anos 60 com o cenário de Cuba que, segundo ele, tinha “muitos traços em comum”¹⁰ com o caso brasileiro.

Nesse sentido, os norte-americanos trataram de agir, em consonância com forças internas do Brasil, pela eliminação dessa suposta ameaça de esquerda potencializada pelas reformas de base propostas por Goulart. A ligação do então presidente com sindicatos, ligas camponesas e grupos estudantis reforçaram a visão – tanto interna como externa – de que sua permanência no poder produziria no Brasil uma experiência incômoda tanto às elites nacionais quanto aos Estados Unidos¹¹, o que fez com que entre o final de março e o início de abril as Forças Armadas utilizassem sua força para depor o presidente.

O Golpe Civil-Militar é assim definido por conta da ativa participação de setores civis nesse processo, seja a partir das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, seja através da atuação de organizações conservadoras como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) ou até mesmo das sustentações proporcionadas pelos EUA ao movimento golpista. O historiador Daniel Aarão Reis (2012) aponta:

É inútil esconder a participação de amplos segmentos da população no golpe que instaurou a ditadura, em 1964. É como tapar o sol com a peneira. As marchas da Família com Deus e pela Liberdade mobilizaram dezenas de milhões de pessoas, de todas as classes sociais, contra o governo João Goulart. (...) No Brasil, estiveram com as Marchas a maioria dos partidos, lideranças empresariais, políticas e

⁹ Silva, 2017, p. 50.

¹⁰ Prado Jr, 2005, p. 40.

¹¹ É necessário destacar que essa predisposição negativa em relação a João Goulart é fruto de outras atuações do político entre as décadas de 1950 e 1960, mesmo antes de assumir o cargo de presidente. O aumento integral do salário mínimo durante o segundo governo Vargas (1951-1954) – enquanto Goulart era ministro do Trabalho – e a sua visita diplomática à China maoísta – enquanto vice-presidente – durante o governo de Jânio Quadros (1961) reforçavam a visão que grupos empresariais e militares tinham sobre ele.

religiosas, e entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), as direitas. (Reis, 2012, Prosa&Verso, p. 2)

O Brasil, a partir de então, se apresenta como a primeira peça do tabuleiro latino-americano a adentrar às proposições da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) desenvolvida pelos Estados Unidos no início da Guerra Fria. Após o golpe, o Brasil tornou-se “um protótipo para um novo tipo de autoritarismo na América Latina”¹², sendo a experiência militar que inauguraria uma sequência de ditaduras no continente – casos de Argentina (1966 e 1976), Chile (1973) e Uruguai (1976). A ditadura brasileira institucionalizou-se no governo do general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) através de sucessivos Atos Institucionais, que tinham a função de delimitar as novas fronteiras da política e da sociedade brasileira e definir os rumos a serem seguidos nesse novo momento. Contudo, é a partir do governo de Arthur da Costa e Silva (1967-1969) que a DSN reforça sua penetração ideológica no Brasil, fortalecendo os aparelhos repressivos da Ditadura Civil-Militar em diversos âmbitos. As estruturas internas do Brasil – desde as forças de segurança até as forças de justiça – se tornaram, então, instrumentos da manutenção dessa hegemonia capitalista, protegendo as rédeas conservadoras sobre o continente em nome de uma segurança nacional notadamente anticomunista.

O Ato Institucional número 5, baixado em 13 de dezembro de 1968, é a maior expressão do reforço das estruturas da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil. Esse decreto amplia a centralização das forças nas mãos do Executivo federal e fortalece o processo de cassações, perseguições e torturas em nome de uma suposta necessidade de defender o Brasil de interesses escusos. Por mais que tenha sido publicado ainda no governo Costa e Silva, seus efeitos são sentidos de maneira mais intensa no período seguinte, quando o poder fica a cargo do general Emílio Garrastazu Médici. Estendendo-se de 1969 a 1974, esse governo representa o auge das estruturas repressivas do regime e, assim como o Estado Novo varguista, é o objeto de estudo dessa pesquisa.

O Brasil vivenciou alguns cenários diferentes durante o governo do general Médici. Ao mesmo tempo em que os chamados anos de chumbo representavam o auge da repressão política e do autoritarismo na Ditadura, também se observava o auge da legitimidade através do Milagre Econômico, fase de crescimento dos índices do país, sobretudo do Produto Interno Bruto (PIB), que manteve crescimento de ao menos 10% ao ano entre 1968-1973¹³. As grandes obras de infraestrutura, como a Ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica,

¹² Pereira, 2010, p. 51.

¹³ Freire, 2004.

representavam a pretensão de grandeza e de reconhecimento histórico do regime, que trabalhava para reafirmar a imagem de estabilidade política e crescimento econômico. Em que pesem os fatos de que índices sociais como a concentração de renda atingiam níveis preocupantes e de que o endividamento externo se encontrava em intensa crescente, a economia na gestão de Médici era interpretada como o indício de que o governo e o Brasil estavam, supostamente, no rumo certo.

O grande desafio que competia ao governo era justamente o de equilibrar esses diferentes cenários. Ora, de que forma um governo com realidades tão contrastantes objetivava ser visto? Através das tensas questões que permeavam a política e a sociedade ou dos níveis intensos de crescimento bruto da economia? É justamente a partir da necessidade de direcionar o foco das atenções da população para o ponto que interessava ao governo federal que a censura e a propaganda política acentuam sua participação, sobretudo através de meios de comunicação como o rádio, os periódicos de imprensa escrita e a televisão.

Segundo Perseu Abramo (2003), as atividades de imprensa e jornalismo precisam ser compreendidas no âmbito de sua atuação política, uma vez que funcionam como instrumento difusor de ideologias e diretrizes pretendidas por um ou mais grupos. O enfoque dado ou retirado acerca de determinado grupo, acontecimento ou situação não advém de uma decisão fortuita ou aleatória, mas sim das relações internas e externas que permeiam as decisões dos veículos. É propriamente nesse sentido que é possível apontar as articulações entre propaganda e censura no Brasil dos anos de chumbo. De acordo com Nelson Jahr Garcia (2005), a censura é um agente fundamental para a manutenção do controle ideológico, pois a sua atuação consiste no impedimento da veiculação de fatos e perspectivas que possam, de alguma forma, contrapor as versões amplificadas pelos sistemas de propaganda política. Dessa maneira, a intencionalidade aplicada sobre a propaganda política tem uma possibilidade maior de obter êxito, uma vez que visões dissonantes são cada vez mais raras em função da instrumentalização desse mecanismo.

A partir disso, a missão do governo Médici – através de dinâmicas de comunicação que serão desenvolvidas e analisadas adiante – é potencializar os pontos positivos e minimizar ou até mesmo ocultar os negativos, apontando o momento do Brasil ao final dos anos 60 e início dos anos 70 como uma fase de avanço, desenvolvimento e alcance do potencial inato do país. Mais uma vez, o nacionalismo é o elemento norteador dessa proposta, uma vez que esse conceito difundiu a noção de que o amor ao Brasil deveria direcionar as ações e os pensamentos da população brasileira, no sentido de articular – em coletivo – o processo de condução do Brasil a um patamar de desenvolvimento condizente com o seu potencial. Essa

sensação de pertencimento serviria para acentuar a valorização das características internas do Brasil e fazer com que as ações do Estado fossem compreendidas como fruto de uma necessidade da nação.

Nesse sentido, as duas experiências apresentadas acima – o Estado Novo e o governo Médici – possuem pontos em comum, em que pese a óbvia existência de divergências entre elas. Dentre os aspectos semelhantes, a propaganda política se destaca como uma ferramenta amplamente utilizada por ambos os regimes. Mesmo que de maneiras diferentes no que se refere às estruturas e mecanismos, tanto Vargas quanto Médici enxergaram a propaganda como uma forma de construir e reafirmar laços com a população brasileira, compreendendo que utilizar os meios de comunicação a seu favor era uma estratégia para garantir estabilidade e legitimação para as suas ações e decisões.

Afastar ideias que pudessem ampliar ou fortalecer oposições e, em contrapartida, intensificar a disseminação de pensamentos favoráveis ao governo era uma forma encontrada pelos dois governos de desenvolver uma mentalidade cada vez mais consensual e menos questionadora. Para isso, os dois casos propostos utilizam o nacionalismo como condutor de uma mentalidade unificadora, uma vez que a perspectiva de pertencimento à pátria poderia se tornar o elemento que eliminaria as dissonâncias internas, seja de classe, seja de ideologia. De acordo com Alcir Lenharo (1986), tratava-se da tentativa de fazer com que partisse do Estado a voz que expressasse a vontade coletiva de todos os brasileiros.

De acordo com o filósofo Michel Debrun (1983), esse tipo de articulação, dentro da perspectiva da ideologia autoritária brasileira fundamentada por Oliveira Viana, Alberto Torres, Francisco Campos e Azevedo Amaral, pode ser inserida na lógica de um autoritarismo desmobilizador. De acordo com o autor, esse tipo de pensamento ideológico foi identificado de forma recorrente no Brasil pós-1930, sobretudo nos recortes temporais concernentes ao Estado Novo e à Ditadura Civil-Militar, e tem como fundamento a avaliação de que a sociedade brasileira é supostamente amórfica e irracional, sendo, portanto, extremamente dependente de um direcionamento estatal.

Essa avaliação permite que um sistema autoritário conduza as suas políticas de governo por quaisquer caminhos, uma vez que a tese se sustenta em uma incapacidade de organização de seus governados. Assim sendo, em nome da ordem e do progresso nacional, se legitimam as atuações dos governantes autoritários em diversas instâncias, colaborando para o recrudescimento de uma lógica vertical das relações políticas, onde o Estado e seus dirigentes – comandantes – direcionam uma massa supostamente incapaz e necessitada – comandados.

É necessário pontuar que os dois regimes que pretendemos analisar têm diferenças

marcantes quanto a essa prática de comando, sobretudo no que se refere à chefia do poder Executivo e à dinâmica do Estado em geral. No Estado Novo, a relação paternalista produzida pelos meios de comunicação em relação à figura de Getúlio Vargas em muito se difere da sequência de presidentes-generais da Ditadura, bem como a estrutura bipartidária vigente no Congresso Nacional durante os governos militares não nos permite igualá-la à fase estadonovista, onde se identifica a supressão integral do sistema partidário. Em que pesem essas disparidades, é evidente que o autoritarismo desmobilizador teorizado por Debrun se aplica em ambas as realidades, tendo o pensamento nacionalista como propulsor e justificador das atitudes do Estado.

Dessa maneira, essa pesquisa tem por objetivo realizar uma análise comparativa que leve em consideração a penetração do nacionalismo na propaganda política do Estado Novo e do Governo Médici, observando semelhanças e diferenças entre os modelos e a aplicação dessa tática de controle social. A escolha desses dois recortes temporais se dá, em primeira análise, pelo fato de que se tratam, em ambos os casos, de regimes antidemocráticos que utilizaram o aparato estatal para a garantia e manutenção de seu poder. Embora tenham diferenças em seu funcionamento, guardam características em comum, como o controle da política e da opinião por um Estado forte e descaracterizado das suas funções realmente democráticas.

De acordo com a historiadora Marion Brephol de Magalhães (1997), a difusão de certezas para seus governados é fundamental para o funcionamento de um governo autoritário, uma vez que essa propagação produz confiança na condução feita pelo Estado sobre a pátria, e essa é a segunda vertente que embasa a escolha desses dois casos em específico. Em ambos os casos, a noção de “pátria como família”¹⁴ é uma das grandes norteadoras da propaganda política, que se apresenta como um dos aparelhos repressivos que compõem os regimes autoritários em questão.

Por fim, o fato de guardarem relação espacial e de serem casos que, de alguma forma, se tocam, faz com que a escolha pela análise da propaganda política nacionalista nos meios de comunicação desses governos específicos faça sentido e se enquadre em uma proposta de abordagem metodológica que explora duas áreas da História Comparada, ou, usando um termo proposto pelo historiador José D’Assunção Barros (2014), dois gestos relacionais: a História Comparada tradicional e as Histórias Cruzadas.

A primeira vertente tem como base as propostas do historiador Marc Bloch (1998),

¹⁴ Lenharo, 1986, p. 19.

que define que esse modelo de abordagem tem como objetivo analisar e compreender as diferenças entre casos determinados, além de buscar semelhanças e regularidades entre eles. O propósito descritivo dessa História Comparada tradicional propõe esclarecer casos individuais a partir do contraste entre eles¹⁵.

Além dessa primeira abordagem relacional, a análise que será empreendida nessa pesquisa tem como diretriz a proposta das histórias cruzadas, teorizada por Bénédicte Zimmermann e Michael Werner (2003). Essa vertente indica a percepção de interação entre casos específicos que mesmo estando localizados em fases temporais distintas, guardem algum tipo de interação ou relação entre si. Essa relação, no nosso caso, pode ser percebida na produção cultural¹⁶, no que tange a difusão do pensamento nacionalista. Embora Zimmermann e Werner tenham algumas críticas ao modelo comparativo tradicional, é plenamente possível amparar a análise proposta nessa pesquisa na ligação entre a História Comparada e as Histórias Cruzadas, conforme aponta Jurgen Kocka (2003):

As abordagens da História comparativa e da “história entrelaçada” são diferentes modos de reconstrução histórica. Há uma tensão entre elas, mas elas não são incompatíveis. Pode-se tentar analisar em termos comparativos e contar uma história, todavia. Não é necessário escolher entre *histoire comparée* e a *histoire croisée*. O objetivo é combiná-las. (Kocka, 2003, p. 284)

Ao articular essas bases de metodologia comparativa, a escolha do recorte temático se dá em virtude do fato de serem sociedades análogas e próximas no aspecto temporal, que mantém relações e conexões.

A análise das propostas de comunicação nacionalistas desses dois governos terá como base a utilização de dois casos específicos: os periódicos cariocas *A Manhã* e *Manchete*. No primeiro caso, refere-se a um jornal fundado em 1941 – já durante a vigência do DIP – e dirigido por Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia, exercendo uma função de porta-voz do regime e das relações pretendidas em direção à população. O jornal vigorou até o ano de 1953, mas encontrou seu auge durante a vigência do período estadonovista, ou seja, até o ano de 1945. *A Manhã* era comandado pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e fazia parte da estrutura estatal dirigida pelo DIP e ligada diretamente ao gabinete da presidência, representando de maneira direta os anseios e necessidades da cúpula getulista. Esse veículo, que era considerado “o jornal oficial do Estado Novo”¹⁷, expressava, portanto, as pretensões unificadoras que emanavam do governo de Getúlio. *A*

¹⁵ Kocka, 2003.

¹⁶ Barros, 2014, p.144.

¹⁷ Gomes, 2005, p. 211.

Manhã era um periódico de tiragem diária e que, em vista disso, apresentava notícias e informações de forma mais dinâmica e recorrente.

Em sua política editorial, o jornal trazia de maneira clara uma diretriz de defesa da lógica autoritária para a garantia da integridade social. Embora não compreendesse o Estado Novo enquanto um regime ditatorial, a direção do periódico defendia a existência de um Estado forte para a manutenção da coesão entre a nação. De acordo com o próprio Cassiano Ricardo, a democracia liberal era danosa à mentalidade nacional e estava fadada ao fracasso. Nesse sentido, havia uma clara preocupação com um caráter doutrinário em *A Manhã*, buscando produzir consciência da representação e da importância do Estado Novo no que se refere à garantia de um futuro soberano e de sucesso para a nação brasileira. Para cumprir essa missão, o jornal contava com articulistas e colaboradores como Cecília Meirelles, Oliveira Viana, José Lins do Rego, Múcio Leão, Ribeiro Couto, Leopoldo Aires, Afonso Arinos de Melo Franco e Manuel Bandeira. A presença de importantes nomes da literatura denotava a preocupação cultural do comando do periódico.

Já no caso de *Manchete*, trata-se de um veículo de comando e aspirações privadas. Fundada em 1952, a revista ganhou proporções enormes nas décadas seguintes, se tornando um periódico de extrema relevância e dando ao seu fundador, Adolpho Bloch, um grande peso nas relações internas do país. Bloch carregava consigo a experiência dos negócios de sua família no exterior e decidiu fundar essa revista mesmo recebendo algumas contraindicações, sobretudo em relação à disputa com *O Cruzeiro*, revista que liderava os índices de venda no país.

Por mais que não fosse controlada diretamente por nenhum órgão estatal, *Manchete* guardava traços de uma postura fortemente governista desde os primeiros anos de sua fundação, fato que se tornou ainda mais notório no governo Médici. Adolpho Bloch, definido como uma pessoa acostumada a “cortejar o poder”¹⁸, utilizava a força e a popularidade conquistadas pela revista para desenvolver relações que pudessem ser vantajosas e, ao mesmo tempo, servissem aos interesses governamentais de alguma forma.

Diferente de *A Manhã*, *Manchete* era um periódico de tiragem semanal e, portanto, trabalhava os temas de maneira mais densa e extensa, uma vez que não havia, necessariamente, a missão de propagar informações de caráter imediato. A revista, normalmente, dedicava um extenso espaço para a abordagem dos temas em cada edição, utilizando de maneira intensa os recursos iconográficos, considerados como o grande

¹⁸ Pena, 2010, p. 77.

diferencial do periódico, haja vista a qualidade da impressão das imagens para *Manchete*. Mantendo uma política fortemente governista, a revista cresceu ao longo dos anos 50 e 60, tendo em seu quadro de colaboradores personalidades como Carlos Drummond de Andrade, Lígia Fagundes Teles, Manuel Bandeira, Fernando Sabino, Juscelino Kubitschek e Rubem Braga.

Em ambos os casos, a presença do nacionalismo nas páginas dos periódicos tem relação com as políticas de comunicação e as propostas de controle e direcionamento ideológico dos respectivos governos, expressando, através da penetração social da imprensa, o desejo de produção do consenso nacionalista. É através dessa motivação central que *A Manhã* e *Manchete* representam os estudos de caso dessa pesquisa no que compete ao refino da análise geral da utilização dos meios de comunicação dos regimes. Além disso, o fato de serem periódicos radicados no mesmo espaço geográfico – o Rio de Janeiro – e terem seus mananciais de fontes disponíveis para consulta e observação tornam esses títulos profundamente interessantes e comparáveis, de acordo com as abordagens centrais.

A análise dessas fontes tem como condutores metodológicos os pensamentos de Jorn Rüsen (2007) e Laurence Bardin (1979). No caso de Rüsen, a pesquisa se valerá da operação substancial chamada interpretação hermenêutica, que, segundo o historiador, tem como característica a reconstituição de intenções que legitimam, conscientemente, um projeto de poder. Nesse sentido, a subjetividade histórica está presente na intencionalidade e em uma proposta de dominação, elementos que são identificáveis no direcionamento dos meios de comunicação nos governos de Vargas e Médici.

No caso de Laurence Bardin, o referencial de metodologia se refere à análise dos periódicos de maneira mais específica, através de uma das vertentes de sua análise de conteúdo. A proposta utilizada é a da análise de avaliação, que, segundo Bardin, tem como objetivo mensurar as pretensões do emissor das mensagens através delas. A autora afirma que a linguagem reflete essas intenções na medida em que se observa a direção – afirmar ou negar – e a intensidade – forte ou comedida – na expressão das mensagens. Nesse caso, o conteúdo apresentado em *A Manhã* e *Manchete* servirá como ratificador das diretrizes da comunicação nos regimes abordados.

Essa pesquisa pretende inserir sua perspectiva no seio das análises empreendidas sobre esses temas específicos, tendo como referenciais obras como o livro *Multidões em Cena: Propaganda Política no varguismo e no peronismo* (2009) da historiadora Maria Helena Rolim Capelato, o capítulo *Propaganda Política e Controle dos meios de comunicação*, de mesma autoria, mas inserido no livro *Repensando o Estado Novo* (1999), de organização de

Dulce Pandolfi, a obra do historiador Carlos Fico, intitulada *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil* (1997) e a obra do historiador David Antônio de Castro Netto sob o título de “*Nossos comerciais por favor!*”: *Ditadura Militar e propaganda no Brasil* (2018).

No caso da obra de Capelato (2009), ao traçar uma abordagem comparativa entre os casos de Vargas no Brasil e Juan Domingo Perón na Argentina, a autora desenvolve uma leitura extremamente competente sobre a instrumentalização dos meios de comunicação e a sua penetração nas esferas populares nos dois governos, explorando, sobretudo, o personalismo político característico desses dois presidentes. Capelato insere as experiências de Vargas e Perón no amplo contexto do período entreguerras e do fortalecimento das relações entre comunicação e poder, associando a estabilidade desses regimes de exceção à utilização da propaganda política de maneira organizada e sistêmica.

A historiadora ressalta essas dinâmicas ao apontar a mobilização dos sentimentos enquanto forma de convencimento e aproximação com as massas, e evoca o sociólogo francês Georges Balandier (1980) ao afirmar que a teatocracia exerce papel de regulação na sociedade, uma vez que as ações construídas no entorno da ideia de unidade corroboram com o pensamento de que a obediência ao líder ou a regime é um elemento fundamental para o desenvolvimento¹⁹. A simbologia construída durante o governo Vargas é trabalhada pela autora como parte do “espetáculo do poder”²⁰, uma vez que as festividades, as imagens e os símbolos produzidos pelo Estado Novo ajudavam na construção de uma perspectiva de grandeza e desenvolvimento pretendida para o Brasil – mas que só fora possível através da benevolente atuação do presidente e do reencontro do país com o seu destino produzido pelo regime estadonovista.

Capelato (1999) afirma que a imprensa cumpre um papel fundamental nesse cenário ao possuir função de caráter público, veiculando a ideologia do regime e promovendo um alinhamento intenso entre discurso oficial e percepção coletiva. A autora, nessa obra, aponta também que a imprensa periódica exerce função determinante no varguismo, uma vez que o jornal era considerado “político por nascença”²¹ e, dentro de um regime como o do Estado Novo, precisava estar alinhado às diretrizes estatais, exercendo, inclusive, um papel de consulta aos anseios e necessidades populares.

Já em relação à obra de Carlos Fico, destacamos a presença de um debate concernente

¹⁹ Capelato, 2009, p. 41.

²⁰ Ibidem, p. 66.

²¹ Capelato, 1999, p. 174.

às visões acerca da comunicação presentes na Ditadura Civil-Militar. O historiador faz um panorama sobre as divergências acerca dos projetos de propaganda desde o início do regime, apontando que, por exemplo, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente do período ditatorial, tinha alguma rejeição à utilização da propaganda pelo Estado. Em sua obra, Fico reúne apontamentos que afirmam que Castelo Branco era lido como um udenista²² e associava a instrumentalização da propaganda à figura de Getúlio Vargas, tratando, portanto, o aparelhamento estatal da propaganda política como algo a ser superado.

A criação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) em 1968 representa muito mais uma medida para satisfazer a necessidade de elevação da popularidade do regime do que propriamente uma convicção do governo. De acordo com Octávio Costa, chefe da AERP no governo de Médici, a assessoria fora criada envergonhadamente²³ e procurava demarcar suas diferenças em relação ao DIP e ao *modus operandi* por ele utilizado.

Apesar disso, Carlos Fico aponta que, embora a propaganda personalista – largamente utilizada por Getúlio e pelo DIP – não fosse a maior característica da Assessoria, temas voltados ao nacionalismo e à mentalidade unificadora eram fortemente inseridos nos meios de comunicação, demarcando uma proximidade com os ideais também explorados pelo Estado Novo varguista. A ideia do otimismo explorada pelo autor em sua análise remonta às perspectivas de que o Brasil possuía vocação natural para o sucesso, visão amplamente abordada no período varguista e que se sustentava nas noções de cooperação, abnegação, solidariedade e trabalho, desenvolvendo uma intensa busca pelo consenso e pela unidade nacional.

As diferenças nos modelos de atuação do DIP e da AERP eram, de fato, notórias. As estruturas internas dos órgãos e a forma como estes lidavam com a população e com os meios de comunicação serem alvo de análise mais adiante. Contudo, é necessário ressaltar que, como aponta Fico, a experiência vivenciada através do DIP afeta a visão sobre a utilização ou não da propaganda no Brasil nos anos seguintes, tendo causado discordâncias entre os militares acerca da forma como a comunicação seria pautada durante a Ditadura. O fato de que a experiência estadonovista ainda impactava nas visões e perspectivas mesmo após 20 anos demonstra a representatividade exercida pelo Departamento nas dinâmicas nacionais. Por conta disso, é impossível não notar o cruzamento entre os dois períodos trabalhados e a forma como a experiência prévia do Estado Novo exerce influência nas decisões tomadas pelo Regime Militar.

²² Fico, 1996, p. 89

²³ Ibidem

O historiador Castro Netto (2018) também analisa a noção de refundação nacional ao apontar o nacionalismo que pairava sobre as diretrizes de comunicação da Ditadura Civil-Militar, sobretudo através de frases e publicações que exploravam a ideia da existência de um potencial a ser explorado no Brasil, e que levaria a nação a um futuro glorioso. Para o historiador, a mobilização da sociedade passava por essa mentalidade nacionalista consensual que defendia que o futuro do país estava a cargo da disposição e da colaboração da população com o governo. Em meio a todos esses embates existentes no que tange à utilização da propaganda política pelo Estado, a criação da AERP representa a compreensão do comando da Ditadura de que era necessário, para além das repressões mais objetivas, exercer um direcionamento ideológico e intelectual em relação ao povo brasileiro.

Castro Netto aponta o pensamento de Pierre Ansart (1977) e sua tipologia de mensagens a partir da ortodoxia consentida como fundamental para a compreensão dessa produção cultural e de comunicação feita pela Ditadura. Para Ansart, o condicionamento do pensamento através de mensagens produzidas e/ou direcionadas por regimes institucionalizados cumpre um papel intenso de dominação.

(...) o apoio consentido (ortodoxia consentida), que necessita da institucionalização de um sistema ideológico em que as mensagens são produzidas, aceitas e consideradas evidentes pela grande maioria da população, veiculado por regimes institucionalizados ao longo do tempo (Castro Netto, 2018, p. 15)

Essa pesquisa, portanto, pretende empreender uma análise comparativa que conecte esses dois assuntos apresentados pelas abordagens historiográficas supracitadas, localizando-se em uma leitura da propaganda política dos dois regimes que compreenda o nacionalismo como elemento fundamental, tendo *A Manhã* e *Manchete* como estudos de caso específicos e objetos de análise. O objetivo central dessa abordagem é identificar similaridades e dissonâncias na utilização da propaganda política nacionalista, levando em consideração as intenções dos governos de garantir uma base de apoio e de legitimação para suas ações. Pretende-se, dessa maneira, observar a forma como essas intenções foram concretizadas por meio dos usos dos meios de comunicação – especificamente da imprensa escrita e dos periódicos.

O primeiro capítulo procura desenvolver um panorama conceitual acerca da propaganda política e de seus desdobramentos nas relações com a população em geral. Abordam-se as dinâmicas entre propaganda e autoritarismo e o papel exercido pela imprensa escrita nesse cenário, visando solidificar as bases para a compreensão da entrada dos controles dos meios de comunicação nos governos de Vargas e Médici.

Na sequência, o segundo capítulo tem por objetivo versar acerca do nacionalismo e da força representada por ele no que se refere ao desenvolvimento do consenso e da mentalidade unificadora. Nesse momento, trabalha-se o ponto de vista teórico do nacionalismo e as possibilidades geradas por esse conceito no seio dos regimes analisados, marcados por suas posturas autoritárias. Busca-se, aqui, estabelecer uma relação entre o pensamento nacionalista, as estruturas internas dos governos e as propostas envolvidas nas políticas de comunicação destes. Relacionamos aqui valores como o trabalho, o desenvolvimento e a cooperação com a essência do sentimentalismo nacional que se pretendia criar, com vistas à formação de uma sociedade ideologicamente coesa. Os casos específicos de Getúlio Vargas e Emílio Garrastazu Médici são destrinchados de acordo com as suas respectivas propostas e analisados sob a ótica do nacionalismo autoritário.

Por fim, o terceiro capítulo tem como objetivo aplicar a análise geral nas páginas de *A Manhã* e *Manchete*, observando as estruturas internas dos periódicos e seu modelo de funcionamento, além de examinar as mensagens emitidas no recorte dos governos por meio do arcabouço metodológico já apresentado. O propósito final será estabelecer relações entre o formato e intensidade das mensagens produzidas e difundidas pelos periódicos e as reações da população em relação a esses governos, considerando os efeitos gerados pela proposta do nacionalismo unificador no seio do povo brasileiro e as repercussões produzidas a partir do trabalho desenvolvido pelos governos Vargas e Médici.

1. PERIÓDICOS, PROPAGANDA POLÍTICA E “A CONQUISTA DE CORAÇÕES E MENTES”

1.1. *Propaganda política, massa e consenso: um panorama conceitual.*

Ao empreender uma análise histórica determinada, os historiadores têm por hábito – e até mesmo por necessidade – aplicar conceitos que desempenhem corretamente o papel de expressar, esclarecer e abranger as ideias pretendidas por eles. Os conceitos objetivam, dentro de uma perspectiva histórica, reunir de maneira mais elaborada ideias antes esparsas, condensando e aprofundando pensamentos que, geralmente, se repetem e se aplicam em momentos diferentes. De acordo com José D’Assunção Barros (2016), os conceitos podem exercer diversas funções no processo de produção de conhecimento, entre elas: organizar, comunicar, comparar, generalizar, aprofundar e problematizar. Além disso, Barros aponta que não há rigidez absoluta, muito menos imutabilidade nos conceitos, uma vez que estes estão mergulhados no processo histórico, passando por constantes readequações e reelaborações.

Assim sendo, a análise histórica que pretendemos executar necessita, do ponto de vista teórico, do suporte central de três conceitos: *propaganda política, massa e consenso*. Ao observar as fontes e a produção historiográfica acerca dos objetos de comparação dessa pesquisa, esses conceitos se apresentam enquanto ferramentas imprescindíveis para a compreensão das implicações geradas pela utilização dos meios de comunicação na forma de difusores de estratégias de controle e homogeneização social e ideológica, uma vez que estes representam, respectivamente, forma, alvo e objetivo.

A propaganda política enquanto conceito tem sua notabilidade mais afluída a partir do início do século XX, quando as dinâmicas internacionais apontavam para uma acentuada necessidade de desenvolver estratégias de comunicação para os mais variados fins. Seja em relação a defesas institucionais de governos, promoção de conflitos armados ou propagação de ideologias, a propaganda política se capilarizou durante o início do Breve Século, passando a ser um instrumento do qual não se poderia prescindir em caso de pretensão de sucesso político. Os eventos que se sucedem durante a primeira metade dos Novecentos evidenciam o êxito alcançado por governantes, partidos políticos e personalidades quando estes utilizam essa ferramenta tão poderosa.

De acordo com o linguista Noam Chomsky (2014), desde a propaganda dos Estados Unidos da América no contexto da Primeira Guerra Mundial, sob a presidência de Woodrow Wilson, a Era Contemporânea passou a experimentar um novo formato de envolvimento entre

Estado e técnicas de convencimento. A operação proposta no governo Wilson tinha, segundo Chomsky, o objetivo de mobilizar a população norte-americana em relação à necessidade da intervenção dos EUA no conflito, pauta que ainda era enxergada com certa distância pelos cidadãos.

A partir de um movimento que envolveu setores do Estado e da iniciativa privada, o trabalho de propaganda em questão objetivou transformar uma população, em tese, pacifista nesse assunto em um grupo de cidadãos engajados e desejosos pelo conflito. Para isso, a aposta da propaganda política norte-americana nesse contexto foi a construção e ampliação de um inimigo: nesse caso, o império alemão. Os efeitos dessa estratégia foram positivos, e em um curto período de tempo a população dos Estados Unidos estava convencida de que a entrada no conflito era uma necessidade inadiável, sobretudo no que diz respeito à defesa dos interesses e do futuro do país.

A partir de então, esse tipo de trabalho de convencimento foi largamente instrumentalizado ao redor do mundo e nos mais variados contextos. Dentro do próprio Estados Unidos, a ascensão do socialismo na Rússia foi encarada pela mesma perspectiva de enfrentamento, através de campanhas que visavam ressaltar a necessidade de combater o “perigo vermelho”, tratado como uma grande ameaça às bases morais, sociais e econômicas do país norte-americano. As consequências desse tipo de propaganda – não só nos EUA, mas em muitas experiências do século XX - foram de amplo e profundo alcance porque, de acordo com Chomsky, o aparato estatal apoiado pelas elites não promovia espaço para vozes dissonantes, fazendo com que as informações divulgadas pelo governo e pelos seus aliados tomassem forma de verdade incontestável.

O trabalho de controle exercido nesse modelo de estrutura propagandística parte de um pressuposto que considera a existência de classes dirigentes e classes a serem dirigidas, levando em consideração papéis engendrados dentro da sociedade em questão. No caso norte-americano, compreendia-se as classes dirigentes enquanto os grandes membros da elite empresarial, em aliança com os principais líderes políticos. Esses agentes tinham como objetivo direcionar à população em geral ideias e pensamentos que eram considerados por eles como indispensáveis em uma realidade específica. Parafraseando Chomsky²⁴, havia uma necessidade de obter a concordância do povo através da instrumentalização da propaganda política e dos meios de comunicação.

²⁴ Chomsky, 2014, p. 8.

Esse trabalho em busca do consenso – conceito que trabalharemos adiante – tinha uma série de objetivos correlatos, que variavam de acordo com a conjuntura na qual estava inserido. Entre eles, especificamente nos casos do Estado Novo e do governo Médici, havia um esforço intenso pela desmobilização popular no que se refere a anseios extraoficiais, intensificando a perspectiva de uma coletividade homogênea que, em hipótese alguma, deveria se fragmentar. Nesse sentido, a noção de privação de organização ao povo era erigida a partir da dinâmica da outorga²⁵, da consciência de coletividade nacional e do próprio consenso, instigando a população a questionar suas próprias convicções e a embarcar em um processo de abnegação em favor de um bem coletivo maior e supostamente necessário.

Todo esse processo de ampliação do uso da propaganda política desenvolvido ao longo do século XX indica, pela perspectiva apresentada por Chomsky, a recorrência de algumas características que foram exploradas pelos mais diversos regimes, como a necessidade de instigar e amedrontar a população, por meio da criação e amplificação de inimigos externos e internos, o processo de falseamento da história, através do que o autor chama de “representação como realidade”²⁶, a construção de narrativas favoráveis ao discurso central e, mais especificamente nos casos que são os objetos de nossa análise, a polarização entre defensores e inimigos da nação. Era fundamental, antes de tudo, manter viva a consciência de que havia extrema necessidade em determinadas ações oriundas dos regimes, como forma de justificar decisões que, em outros contextos, seriam fortemente impopulares.

Jean-Marie Domenach (2001) conceitua a propaganda como uma linguagem destinada às massas, que busca influenciar as atitudes destas por meio da ressignificação de ideias, propagação de simbologias e difusão de pressupostos ideológicos. O autor demarca a propaganda política enquanto um instrumento que direciona alteração comportamental, promovendo possibilidades de controle coletivo e intelectual.

A análise de Domenach coaduna com o que aponta Chomsky ao destacar o crescimento intenso das demandas pela propaganda como conhecemos no início do século XX, uma vez que o intelectual francês indica que as questões que permearam aquele momento histórico – a saber, desarticulação de pressupostos políticos e econômicos, avanço dos meios

²⁵ A noção de outorga, nesse sentido, tem relação com uma dinâmica de assistência estatal aliada a estratégias de convencimento que desejam indicar que direitos, avanços socioeconômicos ou transformações estruturais são frutos de uma concessão feita exclusivamente pelo Estado e pelos seus dirigentes, não tendo raiz em lutas e mobilizações de setores outros. A historiadora Maria Helena Rolim Capelato (2009), ao trabalhar o paternalismo varguista, apresenta a noção de ideologia da outorga para exemplificar a dinâmica executada pelo getulismo em relação à população brasileira.

²⁶ Chomsky, 2014, p. 20.

de comunicação, instabilidades internacionais e construção de cenários belicosos – contribuíram para o surgimento de “massas ávidas de informações”²⁷.

Nesse sentido, o contexto do início dos Novecentos é terreno fértil para o desenvolvimento de novas técnicas de propaganda que, de acordo com o autor, utilizam os fundamentos tradicionais – escrita, palavra e imagem – através de novos mecanismos, impulsionados pelo avanço tecnológico do período. Dessa forma, as tais “massas ávidas de informações” teriam contato com métodos cada vez mais eficazes.

A própria imprensa escrita, historicamente mais tradicional, ganha traços de modernidade nessa fase, uma vez que, segundo Domenach, o avanço da tecnologia e do maquinário permitiu tiragens maiores e mais baratas, possibilidades maiores de difusão e distribuição – a partir do avanço dos meios de transporte – e articulação de grandes agências de informação. Os preços baixos e a alta circulação tornaram os jornais, por exemplo, meios de disseminação de informação extremamente eficazes, estando esses cada vez mais a serviço do grande capital e do Estado.

Essa perspectiva nos leva a compreender que a propaganda política promove, através dos meios de comunicação, a representação de interesses determinados, que, geralmente, dizem respeito às pretensões das elites econômicas ou do próprio Estado, sobretudo em processos onde se busca legitimação, concordância e apoio. Quando tratamos de aparelhos estatais permeados pelo autoritarismo, essa noção se expande, uma vez que se limitam ainda mais as possibilidades de contraposição. De acordo com Domenach, propagandas aplicadas nesse modelo de governo decorrem da fusão entre ideologia e política, buscando não apenas produzir uma consciência passageira, mas sim uma construção política concreta, mobilizada a partir da conquista das massas. Nos casos do Estado Novo e do governo Médiçi, o nacionalismo foi o meio ideológico através do qual se objetivou construir essa consciência.

As possibilidades a serem exploradas pela propaganda política são diversas, mas Domenach, ao discorrer sobre esse conceito, apresenta diretrizes que, quando utilizadas, representam altas chances de sucesso. O autor menciona, contudo, que essas diretrizes – por ele chamadas de leis – não encerram e nem pretendem definir por completo a temática, mas ajudam a compreender as potencialidades envolvidas na propaganda política.

A primeira perspectiva apresentada por Domenach é a chamada “lei de simplificação e do inimigo único”²⁸. Essa diretriz trata, inicialmente, acerca da capacidade sintética e objetiva da propaganda. Delimitação do assunto a ser abordado e, sobretudo, precisão quanto à forma

²⁷ Domenach, 2001, p. 16.

²⁸ Ibidem, p. 68.

de abordá-lo proporcionam maiores possibilidades de difusão e de penetração ideológica, conduzindo a uma maior contaminação junto às massas. Dessa forma, a propaganda que se pretende eficaz utiliza simbologias, slogans, palavras de ordem e estratégias outras para tornar a mensagem simples e de fácil compreensão.

Para além disso, o autor ainda aponta que dificilmente uma propaganda competente se atém a mais de um objetivo por vez, já que, pelo contrário, os efeitos são mais notórios quando o foco recai sobre um elemento específico. Desse modo, até mesmo a contraposição deveria ser feita de maneira direcionada, estratégia largamente utilizada durante o século XX, através da qual se buscava fazer com que um único adversário fosse compreendido como raiz dos males e dificuldades enfrentadas por um determinado regime ou sociedade.

Na sequência, o autor apresenta a “lei da ampliação e desfiguração”²⁹, que guarda relação com a amplificação exagerada de notícias, sobretudo as positivas. Nos casos particulares que são objeto desse trabalho, essa diretriz é facilmente observável, sobretudo no que se refere ao aspecto socioeconômico. Tanto no Estado Novo quanto no governo Médici os avanços nesses índices eram utilizados como porta aberta para o espalhamento da ideia de que o país estava em um acelerado ritmo de crescimento em todas as áreas, ainda que a realidade não fosse puramente essa.

A terceira diretriz abordada por Domenach é a chamada “lei da orquestração”³⁰, que trata da repetição de temas principais a partir de diversas perspectivas. A variação dos temas, no geral, é limitada, uma vez que aspectos específicos do âmbito econômico, ideológico ou social sempre protagonizam as propagandas. O que varia, no entanto, é o formato de apresentação. Nesse sentido, compreende-se que as diferentes formas através das quais se apresentam os temas criam condições para uma perpetração mais intensa das mensagens no seio das massas.

Em seguida, o autor aponta também a “lei da transfusão”³¹, que indica a utilização pela propaganda de aspectos já existente no meio no qual ela se insere. Por essa perspectiva, se compreende que a propaganda não age do nada: ao contrário, ela absorve elementos que compõem determinada sociedade e utiliza esses elementos como meio de identificação coletiva. A percepção e exploração de gostos populares, tradições e hábitos cria condições para a produção de uma propaganda mais assertiva e eficaz, uma vez que se desenvolve, através desses traços, uma relação de proximidade com o público-alvo. É sempre importante

²⁹ Ibidem, p. 75.

³⁰ Ibidem, p. 77.

³¹ Ibidem, p. 86.

ressaltar que as pessoas que são atingidas pela ação da propaganda política não são inertes ou passivas, sendo necessário adaptar estratégias para que o convencimento seja de fato executado e carregue consigo um aspecto duradouro.

Por fim, o último elemento que Domenach aponta é a “lei de unanimidade e de contágio”³². Nessa diretriz, a proposta é de que a propaganda possa incentivar um ideal de harmonização, em que a perspectiva coletiva sempre se sobreponha à perspectiva individual. Termos como “o povo” ou “os trabalhadores” são largamente utilizados com o objetivo de englobar o maior número possível de pessoas, visando a produção de uma perspectiva unitária. De acordo com o autor, “a propaganda dispõe de toda espécie de recurso para criar a ilusão de unanimidade”³³.

A partir de todo o exposto pelas leis de Domenach, é possível inferir que a propaganda política é pensada, produzida e direcionada para um determinado público, uma determinada coletividade. Essa coletividade, normalmente, está lotada em um mesmo espaço e comunga de características semelhantes, que são, conforme mencionado anteriormente, aproveitadas pelos agentes das propagandas. Essa noção de coletividade a que nos referimos pode ser compreendida, a partir de um refino teórico mais apurado, através do conceito de *massa*.

O antropólogo Jesús Martín-Barbero (2008), ao mobilizar esse conceito, aponta que a ideia de sociedade de massas remonta ao século XIX e às alterações produzidas pelas sociedades industriais no âmbito das cidades, tendo suscitado as visões negativas da burguesia acerca do proletariado urbano, enxergado como ameaça à estabilidade da sociedade capitalista. O autor aponta que essa crescente da sociedade de massas resultou em um arrefecimento do ímpeto revolucionário da burguesia europeia, verificado a partir do século XVII, fazendo com que essa classe buscasse conter as agitações que permeavam as classes populares, sobretudo urbanas. Há a percepção de que, naquele momento, a burguesia passara a representar o *status quo* que se objetivava manter, sendo qualquer movimento de ruptura extremamente prejudicial aos interesses desse grupo.

A teoria sobre as novas relações das massas com a sociedade constituirá um dos pivôs fundamentais da racionalização com que se recompõe a hegemonia e se readequa o papel de uma burguesia que, de revolucionária, passa nesse momento a controlar e frear qualquer revolução. (Martín-Barbero, 2008, p. 44)

Após se debruçar sobre um complexo apanhado teórico, envolvendo as análises de Tocqueville, Friedrich Engels e Stuart Mill acerca das conversões na percepção do conceito

³² Ibidem, p. 89.

³³ Ibidem, p. 93.

de massa, o autor desenvolve uma abordagem conceitual das massas que direciona a análise aqui pretendida: massa é um fenômeno através do qual os indivíduos – permeados por inúmeras diferenças – passam a estar dotados de uma “alma coletiva”³⁴ capaz de alterar a forma através da qual esses indivíduos se portariam de maneira destacada. São elementos capazes de aguçar esse senso coletivo: a afetividade, a sensação de pertencimento, a crença em um líder, a pretensa defesa de um bem maior. E é partindo dessa conceituação das massas que é possível pensar em governos, regimes e governantes que instrumentalizam questões caras a uma sociedade específica com vistas ao direcionamento político e ao convencimento dessas coletividades.

O aspecto da liderança e os aspectos afetivos são centrais nas experiências que analisaremos. Quando se busca pensar no Estado Novo, é impossível não fazer uma associação direta a Getúlio Vargas e a toda a sua proposta de aproximação com as massas. Quando se pensa, em conjunto, no governo Médici, é impossível não notar a forte presença do aspecto nacionalista e da pretensa necessidade de defender a honra da nação a qualquer custo. Esses elementos são capazes de promover nas massas a consciência de que a união é o elemento-chave para a conquista de objetivos como o sucesso, o desenvolvimento nacional e a preservação das tradições brasileiras.

Barbero ressalta a lógica cultural como um aspecto de hegemonia, e quando observamos o incentivo de regimes autoritários a uma unificação cultural é possível notar interesses profundamente ligados ao controle ideológico coletivo. O autor aborda a ligação necessária entre centralização política e unificação cultural, em uma perspectiva de verticalidade e horizontalidade, respectivamente. No caso da ligação vertical, se compreende a conexão do indivíduo com o governo e seus níveis de confiança e apego às lideranças, enquanto a ligação horizontal representa justamente esse cenário de conexões entre indivíduos e grupos em um sentido agregador e unificado, visando afastar segmentações que possam, de alguma forma, construir divergências em relação ao poder centralizado.

Nesse sentido, a mentalidade nacional se constitui como fio condutor da vontade do poder institucional, uma vez que, segundo Barbero: “Os foros e particularidades regionais, em que se expressam as diferenças culturais, se convertem em obstáculos à unidade nacional que sustenta o poder estatal”³⁵. A perspectiva de nacionalidade, nesse contexto, acaba sendo encampada pelo Estado, na medida em que é ele quem exerce o papel de integração de grupos inicialmente separados.

³⁴ Ibidem, p. 47.

³⁵ Ibidem, p. 47.

O autor aponta ainda que a produção cultural que toma esse rumo no sentido da construção de uma consciência coletiva das massas não parte apenas de um processo puramente repressivo, também utiliza narrativas e elementos de identificação que são capazes de construir uma hegemonia. Esse panorama aponta para a construção de uma cultura de massa, que não é produzida de maneira inteiramente artificial, uma vez que se constrói a partir de traços identificados no seio da coletividade.

Essa perspectiva remonta a uma visão gramsciana pautada na construção da hegemonia, na medida em que se aponta para uma relação de construção e desenvolvimento cultural que envolve também a sociedade civil, não apenas o comando burocrático do Estado. De acordo com Norberto Bobbio (1982), a visão reformista trabalhada por Gramsci acerca do aspecto da construção da hegemonia pelo paradigma da direção cultural se pautava por uma forte transformação no que tange à cultura e aos costumes, sendo isto possível apenas a partir da atuação e da interferência de grupos que não estão propriamente a serviço do aparelho estatal.

Barbero (2008) trabalha com a ideia de cultura massiva gerada a partir do que é popular, em um processo que direciona informações que são familiares à população de uma maneira em que se limite o pensamento àquilo que fora pretendido pelo aparelho do Estado. Em nossos casos particulares, se um traço de cultura popular pode, de alguma forma, colaborar para a difusão de uma mentalidade nacionalista que favoreça as ditaduras em questão, esse traço será trabalhado, moldado e direcionado às massas em uma estratégia de convencimento e uniformização.

Assim sendo, esse processo difusor precisa, necessariamente, de um meio para atingir as massas. E é justamente nesse momento que se destaca a importância dos meios de comunicação, uma vez que são eles os responsáveis pela massificação do processo de convencimento através dos elementos de identificação popular. Esses meios exercem papel de mediação entre os anseios estatais e a dinâmica das massas, promovendo a elaboração de uma sociedade cada vez mais próxima da estatização e da uniformização. Acerca disso, Jesús Martín-Barbero escreve:

Os dispositivos da mediação de massa acham-se assim ligados estruturalmente aos movimentos no âmbito da legitimidade que articula a cultura: uma sociabilidade que realiza a abstração da forma mercantil na materialidade tecnológica da fábrica e do jornal, e uma mediação que encobre o conflito entre as classes produzindo sua resolução no imaginário, assegurando assim o consentimento ativo dos dominados. Essa mediação e esse consentimento, no entanto, só foram historicamente possíveis na medida em que a cultura de massa foi constituída acionando e deformando ao

mesmo tempo sinais de identidade da antiga cultura popular e integrando ao mercado as novas demandas das massas. (Martin-Barbero, 2008, p. 169)

A partir dessa perspectiva, a conceituação de massa aponta, nas sociedades contemporâneas, para outro fenômeno conceitual importante. Ora, se a cultura de massa visa promoção da universalização, é possível inferir que o objetivo de uma política de direcionamento das massas é o *consenso*. Esse conceito, inserido em nossa análise específica, aponta para a construção de um cenário que possa garantir estabilidade e longevidade para os governos autoritários em questão – a saber, o Estado Novo e o governo Médici – através da promoção de um discurso coletivo conduzido pelas ideologias promovidas pelo Estado nesses recortes.

A rejeição ao individualismo, às fragmentações e às polissegmentações só faz sentido se acompanhada de um projeto unificador que conduza as massas a um objetivo específico. Quando se fala em consenso, se fala na percepção das possibilidades de conduzir a população à concórdia em relação às propostas e decisões tomadas pelas esferas de poder, mesmo quando essas propostas e decisões são controversas e/ou moralmente reprováveis. Busca-se, sobretudo, alçar governantes e sistemas políticos a um patamar de sabedoria elevada e de defesa de interesses coletivos, fazendo-se necessária, por sua vez, a colaboração das massas para que os objetivos sejam atingidos. Dessa forma, o caminho natural no processo de instrumentalização das massas para o consenso consiste na promoção de temas que agucem a afetividade dessas pessoas em detrimento à pura e simples racionalidade.

Contudo, é necessário destacar que aqui não pretendemos definir a coletividade como irracional. Na verdade, o pensamento consiste em um processo de convencimento pesado e intenso, que é capaz de produzir uma distinção clara entre o anseio individual e o anseio coletivo, fazendo com se induza à criação de uma racionalidade coletiva. Logo, há sentido em pensar coletivamente, e não há demérito em fazer isso através da afetividade e das emoções suscitadas pelo direcionamento de massas.

Como já apontamos, o sociólogo Pierre Ansart (1977) trabalha a ideia de construção de um consenso através da sua lógica de tipologia de mensagens, a partir da chamada ortodoxia consentida. Esse pensamento, que se desenvolve através da produção de mensagens por parte de regimes autoritários, busca o condicionamento do pensamento das massas em torno de um objetivo em comum. Assim sendo, a atuação dos meios de comunicação se relaciona com propostas de dominação ideológica que precisam, necessariamente, coadunar com as diretrizes do Estado.

Esse processo de produção de consenso pode variar de formato em diferentes sistemas. Em nossos casos de análise, existem diferenças claras na forma de atuação nos governos de Vargas e Médici – distinções essas que trabalharemos a fundo adiante -, entre as quais está a forma de atuação dos meios de comunicação. No caso Vargas, observaremos uma intervenção estatal mais direta, com a criação e a encampação de periódicos e outros meios de difusão de informações por parte do Estado, enquanto no caso Médici será possível notar uma presença mais marcante da iniciativa privada nesse trabalho de convencimento, que, junto às diretrizes emitidas pelo regime, trabalharam pelo alinhamento de vontades e expectativas junto às massas. No fim das contas, o conceito de consenso que aqui instrumentalizamos representa isso: o alinhamento ideológico e político entre os governantes e a massa de governados, em um processo que, nos casos dos governos autoritários, não é nem um pouco equilibrado e/ou democrático.

Um elemento norteador largamente utilizado para o desenvolvimento do consenso em uma série de casos, inclusive nos casos analisados nesse trabalho, é o nacionalismo. Objetivamente, a ideia de nação se desenvolve, segundo Ernest Gellner (2001), a partir de uma noção de pertencimento e ligação cultural, o que nos remete diretamente à perspectiva de massificação que o consenso busca alcançar. O processo que geralmente é objetivado tem a ver com o aprimoramento da ideia de nação no sentido da construção e difusão de uma ideologia nacionalista completa e bem estruturada.³⁶

Nesse sentido, o estímulo à consciência nacional se apresenta como o fio condutor da construção de uma realidade consensual, uma vez que a busca pela eliminação de dissensões e dissonâncias, sejam elas de classe, ideologia ou política, passa a ter o pensamento nacionalista como aliado, em um processo que visa sobrepor uma noção de bem-estar nacional em relação a anseios individuais e/ou fragmentados. Nessa linha, o historiador das ideias Isaiah Berlin (1997), ao teorizar as relações entre nacionalismo e poder, aponta que uma das características do pensamento nacionalista consiste justamente na crença na ideia de pertencimento, promovendo, assim, uma identidade coletiva que suprime, aos poucos, o individual. O ser coletivo prioriza a coletividade, incentiva uma visão mais agregadora e, por conseguinte, toma decisões que não tomaria de maneira isolada. A noção de afetividade aponta justamente para essa lógica, haja vista o movimento no sentido da construção de uma racionalidade coletiva, que se sobrepõe a uma perspectiva individual ou segmentada.

³⁶ Os conceitos de nação e nacionalismo, embora apresentem certa proximidade, não apresentam a mesma definição. Em momento oportuno seguinte, essa diferenciação será feita de maneira elaborada.

O nacionalismo trabalha em favor do consenso uma vez que aponta para uma perspectiva de abnegação. Ora, se a defesa do coletivo em sobreposição ao individual é a máxima a ser seguida, o “eu” passa a ser supérfluo e as vontades particulares podem ser prescindidas, e é justamente a partir dessa noção que os meios de comunicação utilizam o nacionalismo para a produção do consenso. A homogeneidade produzida pela ideia de irmandade nacional é entendida como fundamental para a legitimação de diversas atitudes de regimes e governos, uma vez que o discurso que é massificado aponta para uma busca intransigente pelo bem coletivo.

Em síntese, os conceitos de propaganda política, massa e consenso trabalham em conjunto nas análises empreendidas nessa obra. Não é possível compreender as questões relacionadas ao Estado Novo e ao governo Médici, bem como aos periódicos *A Manhã* e *Manchete*, sem traçar um panorama que correlacione os regimes, suas intenções, formas de atuação, público-alvo e resultados obtidos. A propaganda política busca, através de seus meios, conduzir as massas a uma mentalidade consensual, que crie bases de apoio para suas atuações.

1.2. Os meios de comunicação instrumentalizados pelo autoritarismo: os periódicos e suas funções sócio-políticas.

As articulações entre massa, consenso e propaganda política encontram nos meios de comunicação, conforme supracitado, grandes aliados. A partir do cenário que se segue à Revolução Industrial, veículos de comunicação desempenham papéis cada vez mais relevantes em contextos sociais, políticos e econômicos, produzindo dinâmicas de informação, convencimento e difusão que se tornam cada vez mais presentes com a fase final do período moderno e limiar da Era Contemporânea.

Ao analisar a perspectiva do controle dos meios de comunicação em um dos nossos recortes temporais – O Estado Novo – a historiadora Maria Helena Rolim Capelato (1999) afirma que os meios de comunicação são responsáveis pelo aquecimento das sensibilidades, sendo combinados com outros elementos como a arte, a literatura, as festas, marchas cívicas e eventos esportivos. Assim sendo, os meios de comunicação podem ser compreendidos como elementos desencadeadores e fortalecedores de percepções coletivas que tendem a se tornar cada vez mais sólidas.

Essas definições indicam que os meios de comunicação não representam apenas meros reprodutores de fatos, notícias e informações. Antes, atuam como agentes históricos³⁷, uma vez que as suas intervenções produzem alterações, mudanças, articulações e relações no decorrer do processo histórico. Portanto, esses meios, nas suas mais variadas formas, se apresentam enquanto veículos afastados da ideia de neutralidade – mesmo que afirmem ser neutros –, uma vez que carregam consigo as marcas de regimes políticos, modelos econômicos, pensamentos individuais e anseios do grande capital. Assim sendo, é possível utilizá-los como fontes históricas, inserindo-os no devido contexto ao qual pertencem enquanto agentes dotados de vieses, direcionamentos, vontades e intervenções individuais, coletivas e/ou institucionais.

O historiador José D’Assunção Barros (2023) aborda essa complexidade e aponta que todo discurso, de maneira geral, está ligado a perspectivas, pontos de vista e ao que o próprio autor chama em outra obra de “lugar de produção”³⁸. Logo, é preciso que se tenha o devido rigor historiográfico ao analisar uma fonte advinda de um meio de comunicação, e, principalmente, ao tomá-lo como objeto. É por isso que, mediante nossa temática, se faz necessária a definição dos meios que serão abordados, além de um panorama acerca das especificidades observadas em cada modalidade que nos servirá como objeto.

Os meios de comunicação evoluíram nas últimas décadas, alcançando dinâmicas novas, ocupando espaços diferentes e utilizando estratégias que se adaptem às novas realidades, e isso não pode ser, de maneira nenhuma, ignorado. As produções audiovisuais e a internet desenvolveram uma nova forma de enxergar o papel dos meios na política e na sociedade. Entretanto, vamos nos ater a uma modalidade de comunicação mais antiga e que carrega consigo um enorme lastro de influências, articulações políticas e transformações históricas: a imprensa escrita, que alcança, a partir do século XVIII, uma relevância extremamente contundente.

Quando se trata de imprensa escrita, o termo que utilizaremos e que apresenta uma maior compatibilidade com nossa análise é o termo *periódicos*, que, segundo Barros, “são, efetivamente, todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra”³⁹. Nesse sentido, os critérios que definem um veículo de imprensa enquanto periódico

³⁷ Barros, 2023, p. 13.

³⁸ Barros, 2020.

³⁹ Barros, 2023, p. 26.

são, essencialmente, a forma impressa de sua veiculação e a periodicidade de sua publicação, abrangendo, dessa forma, jornais, revistas, catálogos, entre outros.

A partir dessa definição, nota-se que os periódicos podem se apresentar das mais variadas formas, sendo compostos por elementos diversos, com temáticas diversas e, conseqüentemente, objetivos diversos. Toda essa pluralidade gera uma enorme gama de possibilidades, uma vez que as mais sutis diferenças entre periódicos específicos podem produzir resultados profundamente distintos. Ora, um jornal veiculado diariamente não é, definitivamente, produzido da mesma forma que uma revista publicada semanalmente. Essa única distinção na periodização produz diferenças na política editorial do periódico, no conteúdo a ser reunido nas edições, na forma através da qual as mensagens são produzidas e veiculadas, no número de páginas do produto final, no preço a ser cobrado e no alcance da publicação em questão. As variáveis são muitas, e quando analisamos projetos de comunicação emanados de governos e/ou regimes, todas elas são levadas em consideração, visando o resultado final.

Ao se tratar dos jornais, Barros aponta que, na contemporaneidade, esse tipo de periódico se apresenta como um modelo de meio de comunicação que tem por objetivo captar as massas. Isso se dá, entre outros aspectos, pela larga abrangência comumente observada nesse tipo de veículo, constituído por assuntos em diversas áreas e segmentos. Nesse sentido, os jornais são armas poderosas no interior das sociedades principalmente por conta de sua periodicidade recorrente e por sua grande abrangência.

Inicialmente, é preciso compreender o lugar a partir do qual percebemos o papel dos jornais. José D'Assunção Barros faz um apontamento fundamental acerca desse tipo de publicação periódica ao traçar uma diferenciação entre meio de informação e meio de comunicação. O historiador afirma que tratar jornais enquanto meios de informação não chega a ser uma incongruência grave, mas ressalta que o termo 'meio de comunicação' é mais adequado em uma perspectiva histórica e sociológica, isso porque a pura e simples transmissão de informações não consegue definir na completude a função e o objetivo dos jornais. Antes, esses veículos têm por objetivo a interação, a construção e difusão de ideias e conceitos, a interferência em assuntos de cunho político, social e econômico, entre outros. Logo, compreender comunicação enquanto função central dos jornais, em detrimento à pura perspectiva informativa, traz para esse tipo de periódico uma função clara de agente social.

A partir disso, o desafio que se apresenta é o de enquadrar os jornais dentro da perspectiva histórica. E, para isso, é preciso compreender qual o papel que o veículo vai exercer no cerne da pesquisa: o de fonte histórica ou o de objeto de pesquisa. Essa distinção

do papel dos jornais em uma pesquisa é fundamental para a compreensão da forma como a análise pretendida deve ser empreendida, uma vez que a utilização do jornal enquanto fonte deve levar aspectos específicos em consideração, enquanto a utilização enquanto objeto deve enquadrar outra prática metodológica. De toda forma, a conduta do historiador ao lidar com os jornais deve sempre partir do pressuposto que não considera o contido nas páginas como verdade absoluta. Ponderação, análise e compreensão do entorno e do contexto são fundamentais para uma análise histórica fidedigna a partir não só dos jornais, mas de periódicos como um todo.

No caso das revistas, é comum que esse tipo de publicação tenha característica tematizada e menos imediata. Isso se deve ao fato de que as revistas normalmente possuem uma periodização mais espaçada, elemento pelo qual se busca apostar em uma profundidade temática maior em contraste com a menor possibilidade de se observar um caráter informativo mais direto e ágil. As colunas de uma revista buscam, sobretudo, apontar aspectos mais elaborados e robustos sobre os temas que abordam, seguindo, claro, a política editorial do título e as pretensões de seus diretores.

Barros aponta algumas questões que se revelam quando utilizamos artefatos textuais – entre eles os periódicos – na condição de fontes históricas. Dentre elas a possibilidade da presença de elementos falsos e/ou tendenciosos nos discursos apresentados por essas fontes. É preciso que o historiador considere que, mesmo que não seja de maneira intencional, existe a possibilidade da existência de aspectos, frases e informações presentes nessas fontes que não condigam com a realidade dos fatos, ou que representem parcialmente o recorte analisado. Nesse caso, não se descarta completamente a fonte: ao contrário, o papel do pesquisador é buscar elementos que contextualizem o texto analisado, fazendo com que as divergências e os silêncios também tragam contribuições, revelando aspectos e interesses circunscritos ao explícito.

Dessa forma, ao analisar periódicos – e, principalmente, os jornais – a busca não deve ser exclusivamente por elementos factuais, mas sim pela compreensão da conjuntura na qual aquele texto é produzido, bem como a profundidade dos discursos e dos interesses presentes no veículo. Essas nuances se aplicam tanto à utilização dos jornais enquanto fontes históricas quanto à análise destes enquanto objetos de estudo, em um movimento de produção de consciência que considere os jornais como veículos vivos, que expressam em suas páginas as vontades, desejos, interesses, contradições e objetivos de determinados grupos em determinados contextos e recortes.

Ao ler as fontes jornalísticas de um outro tempo, precisamos aprender a ler nas entrelinhas, perceber os seus silêncios, seus entreditos e interditos. Precisamos compreender os autores sociais que estão por trás do texto, e é imprescindível nos apercebermos do que é dito voluntária e involuntariamente. (Barros, 2023, p. 23)

É preciso destacar ainda que até mesmo os jornais que mais ostentam o verniz da neutralidade, possuem inevitável tendência. Barros afirma que a simples escolha do que informar, do como informar e do quando informar representam um filtro perpassado por posicionamentos, convicções e diretrizes, que podem partir do colunista, do editor, do proprietário do periódico e, até mesmo, de instâncias públicas que direcionem, direta ou indiretamente, as publicações do veículo. O peso dado aos tentáculos dessas influências varia de acordo com o objetivo do periódico, ou mesmo da seção do periódico observado.

O autor diferencia o discurso informativo do discurso opinativo, destacando que deve ser uma preocupação do historiador analisar e compreender a finalidade do texto que está sendo analisado. Ao observar essa diferença, Barros problematiza essas terminologias, questionando se é possível informar sem opinar e sem aplicar na informação vieses presentes no olhar de quem escreve. Para ele, é necessário que o historiador coloque para si essas questões ao analisar um periódico, visando alcançar uma clareza maior quanto à fonte e ao contexto observado, uma vez que a vertente opinativa não se apresenta apenas de maneira explícita, mas também se encontra implícita em textos que denotam objetividade e isenção. A análise do discurso tende a ser muito mais efetiva quando compreendemos objetivo declarado pelo autor, pois, dessa maneira, é possível analisar também aquilo que não é explicitamente apontado, mas que está presente no texto.

A historiadora Tânia Regina de Luca (2005) ressalta a importância dessa análise nos periódicos ao apontar a distinção entre notícia e interpretação. Para Tânia, é fundamental encarar as páginas de um periódico como a narração desenvolvida acerca de um determinado acontecimento, e não como um relato integralmente fiel à realidade, uma vez que um veículo de comunicação tende a mesclar aspectos reais e parciais, sendo essa ambiguidade uma característica deveras presente em jornais e revistas.

Também é essencial encarar o corpo que constrói e mantém um periódico com a pluralidade que lhe é característica. Como em qualquer meio social, as redações e instalações de um periódico compreendem uma gama de pessoas, com pensamentos diferentes, orientações políticas diferentes e visões sobre o mundo distintas, e é justamente a partir dessa multiplicidade que os periódicos são construídos. Existe, no entanto, uma diretriz comum a cada título, que, via de regra, emana do seu corpo diretor, mas não se pode inferir que esse

direcionamento anula por completa as individualidades. E é justamente a partir desse amplo campo de percepções que o estudo através dos periódicos se constrói e se mostra necessário, pois há uma riqueza de elementos históricos nas entrelinhas de uma publicação. Para Luca (2005), essa “intensa atividade de bastidores”⁴⁰ constitui o real objetivo do historiador ao manusear uma fonte periódica, levando em consideração não apenas as frias letras do papel, mas também o jogo de poderes e intelectualidades que se revela a partir do que é publicado.

Em outra instância, de acordo com Tânia de Luca, os elementos materiais que permeiam os periódicos também possuem grande importância na análise histórica destes. O tipo e a qualidade do papel no qual o periódico é emitido, a pluralidade de tipos de texto – verbal e não-verbal –, a distribuição e diagramação dos elementos textuais, as escolhas feitas nas capas e outras singularidades auxiliam a construção de uma visão de fato completa sobre o meio de comunicação, demonstrando, em parte, sua capacidade financeira, o público com o qual deseja dialogar e a forma como deseja construir esse diálogo. De todo modo, examinar jornais e revistas é um exercício que demanda um esforço para além da simples leitura das páginas, uma vez que é preciso inserir essa inspeção no contexto do “lugar de produção”.

Partindo desse pressuposto, é possível perceber que os periódicos sofrem, via de regra, impactos do entorno no qual estão inseridos, e isso abarca contextos sociais, econômicos e, principalmente, políticos. O funcionamento de um veículo de imprensa varia de acordo com as diretrizes que o coordenam, e essas diretrizes também variam de acordo com os modelos político e de governo que dirigem o território no qual o periódico está localizado. Ora, em um regime democrático e de garantia das liberdades um jornal ou uma revista possuem um leque maior de possibilidades de atuação. Possibilidades estas que, sem dúvida, podem sofrer influências dos próprios grupos políticos ou de elementos de ordem econômica, mas que, por outro lado, encontram no sistema de governo a viabilidade de apresentar pontos de vistas diversos e até mesmo que diverjam em relação às esferas de poder. É comum, portanto, considerar que, em regimes democráticos, a imprensa encontra uma liberdade de associação, de informação e de opinião, sem que haja um processo explícito e deliberado de censura, direcionamento ou encampação.

Em regimes autoritários essa lógica, no entanto, se altera. A partir de uma compreensão que enxerga os meios de comunicação como responsáveis pelo aquecimento das sensibilidades⁴¹, os regimes de cunho autoritário compreendem que a instrumentalização destes meios pode ser um caminho para a garantia de sua estabilidade e legitimação,

⁴⁰ Luca, 2005, p. 141.

⁴¹ Capelato, 1999, p. 168.

transformando periódicos em mecanismos de transmissão de ideias, revalorização de conceitos e amplificação de notícias, produzindo um contato com a população que seja pautado nas pretensões intrínsecas às políticas de um governo autoritário.

Além disso, os periódicos que de alguma forma são permeados⁴² por um estado autoritário também apresentam traços dessa relação através do que decidem não veicular em suas páginas. Os silêncios e as ausências podem representar orientações diretas dos regimes ou demonstrar as relações entre empresas privadas do ramo da comunicação e o aparelho estatal, em um processo de enquadramento que, por vezes, esconde elementos que possam produzir agitações e divergências e ressaltam elementos que possam gerar consenso e unidade. Dessa forma, o “lugar de produção” autoritário apresenta interferências profundamente notórias em jornais e revistas, uma vez que estes constituem meios de contato direto com a população que estes regimes visam controlar.

É necessário ressaltar, no entanto, que regimes autoritários não apresentam uma única conformação. Existem variações quanto às propostas, intenções e necessidades de regimes autoritários, e essa pluralidade também é perceptível no reflexo das políticas ideológicas dos regimes nas páginas dos periódicos que são por eles aparelhados. Como exemplo desses reflexos, é possível tomar os casos referentes à emergência do nazifascismo na Europa na primeira metade do século XX, nos territórios alemão e italiano. Embora existam diferenças essenciais⁴³ desses regimes em relação aos casos-objetos dessa pesquisa, é possível notar como um ambiente autoritário impacta na produção dos meios de comunicação.

Alemanha e Itália mergulham nas ditaduras fascistas em um período aproximado, em um contexto permeado pelos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, que promoveram um cenário de crises econômicas e calamidade social em ambos os territórios. Essa realidade produziu uma forte descrença no modelo liberal vigente nos dois territórios, incentivando a crescente de movimentos ultranacionalistas calcados em duas lideranças fortemente centralizadoras e intervencionistas: Adolf Hitler, na Alemanha, e Benito Mussolini, na Itália. A partir de então, o quadro que se desenvolve nesses países – cada um com suas particularidades – é de incentivo ao fortalecimento de uma concepção unificadora, que se

⁴² Esse tipo de permeabilidade pode ser percebido em diversos formatos, que vão desde a encampação direta e a tomada do controle do periódico pelo Estado, passando pelos recortes feitos por agências estatais e chegando até as sugestões de pautas e assuntos em uma relação de proximidade público-privada.

⁴³ O nazifascismo europeu guarda características que não são repetidas em sua completude nem no Estado Novo, nem no governo Médici. Embora a ditadura varguista coexistia a esses governos e apresente alguns traços de proximidade, não é possível englobar todos esses regimes em um mesmo grupo, uma vez que as condições vividas na Alemanha e na Itália promovem experiências fortemente peculiares. Em relação ao governo Médici e à Ditadura Civil-Militar, as assimetrias são ainda mais perceptíveis, sendo a mais evidente a ausência da lógica unipartidária e a alteração na figura de liderança ao longo dos 21 anos de regime.

baseava na supressão de grupos particularizados em vista da construção de uma coletividade nacional a partir do aparelho estatal.

De acordo com Mussolini (1936), o Estado é um elemento absoluto em meio a grupos e individualidades que se apresentam como relativos, sendo a dinâmica do Estado a essencial para o funcionamento integral da sociedade. Dessa forma, a concepção do Estado enquanto fator de regulação e ajuizamento das liberdades define diretrizes nas mais diversas áreas da sociedade, inclusive nos meios de comunicação, que passam a exercer o papel de agentes sociais e de portadores dos anseios emanados pelos dirigentes do Estado.

No caso italiano, por exemplo, observa-se um intenso controle do *Duce*⁴⁴ sobre os periódicos – que eram os meios de comunicação mais estimados e utilizados por Mussolini –, fazendo com que esses se tornassem elementos que refletissem e replicassem os objetivos do fascismo italiano.

Mussolini era exaltado como o jornalista mais famoso do país (fora diretor do *Avanti* e depois do *Popolo d'Italia*), e a maioria dos dirigentes fascistas também já exercera essa atividade. No regime fascista, a imprensa tornou-se um instrumento do Estado a serviço da nação: notícia e informação deviam ser não um fim em si mesmo, mas instrumento de desenvolvimento e moldagem da consciência nacional. A imprensa italiana tornou-se o mais importante canal pelo qual o regime transmitia às massas as linhas de sua política interna. (Capelato, 1999, p. 173-174)

No caso alemão, a atuação do Ministro da Propaganda Joseph Goebbels durante a ditadura hitlerista representa, de acordo com Domenach (2001), uma transformação na concepção da propaganda política, que perdura mesmo em cenários distintos do nazista alemão. A instigação de emoções, o estímulo sensorial e a utilização desses elementos como formas de agitação, direcionamento e condicionamento são contribuições do modelo de propaganda política da Alemanha dos anos 30 e 40 que encontraram terreno fértil em outras experiências ao redor do mundo e na sequência do processo histórico, em um movimento de construção de métodos considerados eficazes quando se pensa em convencimento coletivo. Elementos como a simplificação de assuntos, o foco em determinados pontos e o estímulo a tópicos que promovam comoção foram de grande valia na metodologia de propaganda política do nazismo, e o sucesso dessa propaganda acabou acarretando na replicação do seu modo de produção, mesmo que com outros focos que não sejam os pensamentos peculiares do regime de Hitler⁴⁵.

⁴⁴ Alcinha dada a Mussolini, que significa “líder”.

⁴⁵ O que objetivamos apontar aqui é que conceitos como o de raça ariana e espaço vital, que são próprios do regime nazista, não necessariamente se tornam espelhos para outros regimes. O foco aqui é metodológico: a forma como Hitler e Goebbels potencializam a propaganda através dos meios de comunicação se torna alvo de inspiração para outros modelos políticos de diferentes naturezas.

Diante do exposto, é possível notar que nesses, como em outros regimes, o autoritarismo é um aspecto a ser levado em consideração durante a análise de um periódico ou de um outro meio de comunicação, uma vez que um veículo inserido em um contexto de autoritarismo expressa, em maior ou menor grau, a força que o regime de exceção exprime sobre ele e através dele. Nos casos do Estado Novo varguista e do auge da repressão militar com Médici não é diferente: é possível observar como as respectivas estruturas estatais e seus braços de atuação nos meios de comunicação exercem impacto e influência nos mais diversos tipos de veículos, e, mais especificamente, nos periódicos *A Manhã* e *Manchete*. Só é possível compreender o dito nas páginas desses periódicos através da análise dos entreditos por parte dos governos em questão.

1.3. O Estado Novo (1937-1945) e o Governo Médici (1969-1974): estruturas gerais de propaganda e busca por adesão.

Mediante todo esse cenário, é possível depreender que as duas ditaduras brasileiras em questão se inserem em um contexto de disseminação da propaganda política, em que, em decorrência dos mais diversos fatores observados nas décadas iniciais dos Novecentos, se torna cada vez mais latente a necessidade de estruturar, fortalecer e potencializar essa ferramenta no seio dos mais diversos governos pelo mundo, sobretudo nos regimes de exceção. Desse modo, o Estado Novo varguista e o governo Médici se valem de suas estratégias peculiares de comunicação e propaganda, visando, sobretudo, a construção de laços fortalecidos com as massas, para que o componente autoritário desses governos fosse visto como um mero detalhe frente às realizações e missões maiores preconizadas por eles.

A título de esclarecimento, é preciso ressaltar que há uma relação de interação entre essas duas fases da história brasileira. O fato de o governo do general Emílio Médici (1969-1974) se iniciar após 24 anos do encerramento do Estado Novo (1937-1945) nos traz um elemento de grande importância para a interpretação e comparação dos dois processos: os efeitos gerados pela Era Vargas como um todo – e principalmente pelo período estadonovista – se tornam referenciais para as práticas políticas dos anos seguintes, seja no sentido da aproximação, seja no sentido do afastamento. Getúlio Vargas, enquanto o presidente da República que por mais tempo ocupou a chefia do Executivo federal, era visto como o elemento norteador das dinâmicas do Estado brasileiro, uma vez que, a partir de seus governos, a função da presidência e o peso dado as decisões e intervenções do presidente mudaram drasticamente, em um processo que conferiu cada vez mais protagonismo ao poder

central da República, em oposição ao liberalismo regionalizado vigente no período oligárquico.

Por conseguinte, as decisões tomadas por Getúlio e as estruturas por ele erigidas se tornaram paradigmas a serem copiados ou superados, a depender das intenções dos governantes seguintes, e isso não foi diferente ao longo da Ditadura Civil-Militar. Aqui, deve-se ressaltar que o regime instituído em 1964 não pretendia se apresentar declaradamente como uma ditadura. Segundo o jornalista Elio Gaspari (2002), a Ditadura brasileira, sobretudo em seus momentos iniciais, se apresentava enquanto um regime envergonhado, que não se assumia como um governo autoritário, visando produzir, sempre que possível, condições para que os elementos que remetessem ao autoritarismo fossem encobertos por falsos traços de democracia e representação. Esse verniz democrático pretendido pelos militares acabava por tomar o Estado Novo como exemplo do que não deveria ser feito, uma vez que o autoritarismo varguista tomava para si a função de mediador-mor da sociedade brasileira, sobretudo a partir da glorificação da figura do próprio presidente.

O exemplo varguista, portanto, é vivo e presente na memória dos brasileiros, inclusive na dos gestores dos governos militares, que buscam, de alguma forma, afastar-se do modelo de ditadura empreendido por Vargas nos anos 30 e 40, sendo esse afastamento aplicado na gestão política, na economia e, inclusive, nas políticas de propaganda. Características como o bipartidarismo – em oposição à extinção dos partidos políticos pela Constituição de 1937 –, a alternância de poder e a existência de eleições, mesmo que indiretas, para a presidência da República – enquanto ao longo do Estado Novo esse elemento fora extinto – e a proposta de um outro modelo de intervenção nos meios de comunicação são notórios movimentos de diferenciação e afastamento da Ditadura em relação ao período estadonovista, visando construir uma imagem que apontasse para uma suposta manutenção de um regime de normalidade. A relação de cruzamento entre o legado varguista e as ações dos militares é notória, podendo, por conta disso, ser percebida de maneira cristalina nas concepções das políticas de comunicação dos governos.

Isto posto, é exequível a construção de um panorama acerca das intercorrências da comunicação no seio da ditadura varguista. Quando percebemos, conforme abordado anteriormente, o início do Estado Novo como a sequência do projeto iniciado pela Revolução de 1930, notamos que a maturidade institucional do novo modelo de governança atinge um patamar mais elevado a partir desse momento. A superação da ordem liberal oligárquica mediante um intervencionismo estatal cada vez mais intenso começa a gerar frutos que se tornam cada vez mais anexados ao formato de organização da sociedade brasileira.

Há uma percepção cada vez maior de um modelo político verticalizado, que compreende o aparelho estatal e seu gestor maior enquanto os grandes portadores da vontade geral e da sabedoria para a melhor condução do país. Desse modo, a pretensão de transformar as massas em subordinadas dos interesses estatais ganha cada vez mais força, gerando uma demanda cada vez maior por um sistema de comunicação que potencializasse a visão de superioridade e sapiência dos homens de Estado em detrimento aos anseios individualistas e mal construídos das massas. É justamente nessa cena de movimentações que se discute a implantação de um órgão governamental para assuntos concernentes à propaganda política, à censura e aos meios de comunicação.

Ao longo das duas primeiras fases da Era Vargas – a saber, o Governo Provisório (1930-1934) e o Governo Constitucional (1934-1937) – existiram algumas organizações voltadas para as questões de propaganda política, que, de alguma forma, precederam as políticas mais agressivas e intensas aplicadas no Estado Novo. Em 1931, pouco tempo após a vitória da Revolução, foi criado o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), associado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e com a função de fornecer informações oficiais aos veículos de imprensa, em uma espécie de assessoria.

Essa organização é substituída, em 1934, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que atuava em áreas como o cinema e a produção de cultura em geral, mas sem abandonar o afinamento ideológico com o varguismo e suas pretensões doutrinadoras. A liderança desse órgão ficou a cargo do jornalista Lourival Fontes, profundo entusiasta do regime de Mussolini na Itália e que, portanto, tinha o modelo de governo italiano como inspiração. Já durante o Estado Novo, o DPDC fora substituído pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), ainda sob a liderança de Fontes, passando a atuar através de um objetivo que Alzira Alves de Abreu (2001) aponta como “educação nacional”, relacionado a diversos campos da difusão da ideologia estadonovista.

Embora essas organizações tenham sido criadas ao longo dos subperíodos da Era Vargas, uma atenção concreta e bem organizada aos assuntos de propaganda política não pôde ser percebida sequer nos primeiros momentos do Estado Novo. De acordo com Capelato (2009), o caráter golpista e autoritário que marcara a implantação dessa fase da Era Vargas explica essa postura inicial de pouca preocupação efetiva com os elementos de convencimento popular, o que se altera com o decorrer dos anos.

Essa aplicação prática desenvolvida na sequência do governo é amparada, todavia, por um conjunto legislativo produzido no processo de outorga da Constituição de 1937, que legalizou a censura – um dos braços de atuação das políticas de controle dos meios de

comunicação – de maneira prévia. Capelato aponta também que, por meio da legislação estadonovista, a imprensa se tornou elemento de caráter público, transformando-se em instrumento de um Estado que buscava moldar as atividades da comunicação de acordo com seus interesses e necessidades. Desse modo, se constituía de maneira legalizada um enquadramento nas mais diversas áreas referentes a comunicação⁴⁶, sob a alegação de preservação da paz, da ordem e da segurança pública.

É só ao final de 1939 que o governo Vargas se empenha na criação de um órgão realmente abrangente e efetivo. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é instituído com a finalidade de coordenar os assuntos relacionados à informação e à propaganda política em todos os setores do governo federal, sendo a chave de um sistema que reunia as atividades de censura, propaganda e difusão ideológica, em consonância com as determinações apresentadas pela carta constitucional então vigente. Assim, a exemplo dos regimes autoritários europeus já mencionados, a ditadura varguista dedica um espaço exclusivo e prestigiado para tratar das relações de convencimento e da produção de consenso.

O DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuar em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira. (CAPELATO, 2009, p. 81)

Um dos diferenciais desse Departamento em relação aos seus antecessores é a ligação direta ao gabinete do presidente Vargas. Dividido em diversos setores - a saber: Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Divulgação, Divisão de Turismo, Divisão de Radiodifusão e Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares -, o DIP tinha seu núcleo duro indicado diretamente por Vargas, demonstrando a importância conferida pelo governo à propaganda política naquele momento. Outro elemento que a estruturação do Departamento permite identificar é a forte centralização das decisões na mão de Getúlio, o que corrobora os elementos de culto ao líder e de promoção da imagem pessoal do “Pai dos Pobres” pelos veículos de comunicação e informação.

Por ocasião do avanço dessa estruturação nas políticas de comunicação do regime, se fazia necessário um processo de registro dos veículos preexistentes junto ao Departamento, com o objetivo de garantir a sequência de suas atividades com a autorização do governo.

⁴⁶ A extinção da liberdade de imprensa, conforme apontado pela legislação constitucional, preconizava o controle sobre elementos como o teatro, o cinema, o rádio e a imprensa escrita. De acordo com Capelato (2009), a lei conferia às autoridades competentes a possibilidade de proibir a circulação e a difusão de determinadas informações e de determinados veículos.

Segundo Capelato, 420 jornais e 346 revistas não lograram êxito na sua pretensão de registro, o que demonstra o rigor aplicado pelas diretrizes do órgão. Mesmo os veículos que conseguiam registro no DIP passavam por uma forte inspeção de suas publicações, com a finalidade de averiguar o teor do que era veiculado e o nível de comprometimento do meio de comunicação com o regime e suas diretrizes.

Capelato aponta que os veículos que optaram por manter sua independência editorial acabaram por perder seus registros, e as publicações que, de algum modo, teciam críticas às decisões governamentais eram suprimidas. De acordo com Nelson Jahr Garcia (1999), o DIP exercia seu poder de censura através da expressa proibição de assuntos relacionados ao descontentamento com o Estado Novo, instabilidades econômicas, dilemas morais ou tragédias de quaisquer espécies. A partir de sua função pública, a imprensa⁴⁷ deveria cumprir um papel estritamente relacionado com a promoção das agendas ansiadas pelo governo e com um contato cada vez mais intenso com as massas de trabalhadores.

O DIP, portanto, foi um órgão de notória robustez e intenso intervencionismo que, de maneira explícita, cumpria a função de regulador das liberdades de comunicação em prol de um projeto autoritário que havia sido concebido antes de sua fundação. Os braços da propaganda e da censura que advinham do DIP representavam um dos setores estratégicos de perpetuação de Getúlio Vargas no poder, na medida em que se produzia uma memória cada vez mais cristalizada do que era o Brasil nas décadas de 30 e 40 e, principalmente, do que era a figura do então presidente. As encampações, os recortes, os destaques e as promoções de imagem demonstravam, de maneira deliberada, o poder que o Estado exercia sobre as liberdades – de expressão, de organização e de debate – e sobre as massas.

Em contrapartida, os sistemas de propaganda política e direcionamento de informações durante o governo do general Emílio Médici se apresentam de outra maneira. A proximidade temporal com o Estado Novo e a pretensão de ocultar parcialmente a vocação autoritária da Ditadura Civil-Militar, conforme apontado anteriormente, são elementos que concorrem para o desenvolvimento de uma outra dinâmica de aparelhamento e controle dos meios de comunicação no período entre 1969-1974.

O primeiro elemento de divergência a ser destacado entre os dois sistemas consiste justamente no porte do órgão de controle dos meios. Diferente do DIP varguista, a Ditadura

⁴⁷ Aqui destacamos o destaque dado pelo Estado Novo à imprensa escrita. De acordo com Capelato (2009), a exemplo de Mussolini, Vargas colocou seus esforços de maneira mais contundente nos veículos de imprensa escrita, o que não significa um abandono a outros meios, a exemplo do rádio, que também era um elemento fundamental nas políticas de comunicação do governo e que era rigidamente controlado pelo DIP, passando por uma forte atividade de censura.

Civil-Militar lida com a questão da comunicação e da propaganda política com aparelhos de controle bem menos robustos. Isso, de forma alguma, representa um abandono dessa questão, mas aponta um outro modelo de gestão desses elementos de comunicação, por um viés mais compatível com a postura de negação do autoritarismo assumida pelos militares.

Carlos Fico (1997) destaca, inclusive, a existência de um forte embate entre a alta cúpula militar em relação ao papel da propaganda no novo regime. Segundo o historiador, o general Castelo Branco era uma das figuras que apresentavam opinião contrária a uma estruturação mais intensa da propaganda política, por associar diretamente as propostas de mobilização dos meios de comunicação ao modelo do DIP varguista. Fico ressalta, inclusive, que o general era considerado um “udenista”⁴⁸ por conta dessa postura de afastamento e negação da necessidade de propaganda.

A historiadora Nina Schneider (2017) divide a propaganda política do cenário da Ditadura instalada em 1964 em 3 momentos: no primeiro, ela ressalta o cenário imediatamente anterior e posterior ao golpe, onde a propaganda privada exercia um papel central na mobilização da sociedade civil, em um recorte temporal que vai de 1962 a 1968.

A partir de então, ainda no governo do general Arthur da Costa e Silva, é criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que tem seus trabalhos estendidos até o ano de 1974, sendo criada para o seu lugar dois anos depois a Assessoria de Relações Públicas (ARP). Essas duas agências cumprem papel central nos momentos de auge da Ditadura, onde instrumentos repressivos estão cada vez mais fortalecidos – a exemplo do Ato Institucional nº 5 – e as questões econômicas estão cada vez mais em voga, gerando, portanto, a necessidade de lidar com uma gama extensa de informações.

Por fim, Schneider ressalta a propaganda gerida pela Secretaria Especial de Comunicação (SECOM), já no contexto da abertura, pós-1979. A autora ressalta o número reduzido de pesquisas sobre essa última fase em específico, mas aponta um nível maior de complexidade e profissionalização desta em comparação às anteriores.

Nosso interesse maior, em decorrência do recorte temporal, reside na segunda fase, que compreende as dinâmicas inseridas na AERP e na ARP. A primeira agência dessa segunda fase é criada nos anos finais da década de 1960, em um contexto em que uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) indicou

⁴⁸ Esse termo faz referência à União Democrática Nacional (UDN), partido de cunho liberal que esteve em vigência no período da República Democrática – ou Populista. Esse partido, que teve na figura de Carlos Lacerda o seu grande expoente, era ferrenho opositor das políticas estatistas de Getúlio Vargas e de seu Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A associação de Castelo Branco a um pensamento “udenista” nessa ocasião se deve justamente à rejeição a uma estratégia semelhante à aplicada por Vargas.

um baixo índice de popularidade do regime⁴⁹, revelando a necessidade de fortalecer os discursos que os militares defendiam.

Desse modo, entre 1967 e 1968 se observou a estruturação da AERP, dirigida inicialmente pelo coronel Hernani D'Aguiar e ainda em busca de um caminho bem delimitado. Havia a clara compreensão de que a nova agência não deveria se comportar como o antigo DIP, mas não se tinha a mesma clareza quanto às diretrizes que deveriam basear a atuação do novo órgão, o que, por muitas vezes, gerou atividades que guardavam semelhança com as propostas de propaganda dos anos 30 e 40.

É sob a chefia do Coronel Otávio Costa que as pretensões começam a ficar mais notórias, com uma estrutura própria reduzida e uma influência robusta em agências e meios de comunicação privados, delegando as produções de peças governamentais a esses agentes ligados a outro setor. Desse modo, se pretendia reforçar o verniz democrático inflado pela Ditadura, associando as propagandas favoráveis ao governo a uma suposta liberdade de expressão. Segundo o que avalia Garcia (2005), a AERP buscou solidificar a ideia de integração do povo com o governo, em um processo que, por vezes, buscou destacar a participação popular como aspecto fundamental para o avanço do país.

A realidade, no entanto, era outra. A partir de 1968, com a publicação do AI-5, e, principalmente, ao longo da gestão do general Médici é notória a intensificação do uso dos instrumentos de censura prévia e direcionamento dos meios de comunicação, que aconteciam, por muitas vezes, através de relações entre essas agências governamentais e as chefias de veículos privados. Esse processo não era fruto de uma apropriação direta dos meios e nem da estatização dessas empresas particulares, mas sim de uma proximidade própria da Ditadura com o alto escalão do empresariado brasileiro, onde se encontravam os grandes nomes da gestão da comunicação.

Com a chegada do general Ernesto Geisel ao poder (1974-1979), os trabalhos da AERP são interrompidos. Mas, logo em seguida, o general percebe a necessidade de reconstruir o cenário da propaganda política, haja vista o momento vivido pelo Brasil com os impactos econômicos do período imediatamente posterior ao Milagre, que revelava algumas inconsistências com o ideal de otimismo e grandeza nacional tão amplamente trabalhado e divulgado pela AERP. Nesse contexto, em 1976, é criada a ARP, com a finalidade de recuperar alguns traços de sua agência antecessora. Chefiada pelo Coronel José Maria de Toledo Camargo, a ARP surge para recuperar a perspectiva de confiança das massas no

⁴⁹ Schneider, 2017, p. 339.

regime, arrefecida pelo cenário de fragilização econômica e de baixa nos índices apresentados no governo anterior. A metodologia encontrada pela agência consiste na retomada dos marcos deixados pela era do Milagre Econômico, buscando reaquecer o mesmo sentimento de coletividade e unidade propalado pela AERP.

Os princípios que nortearam a atuação da Aerp/ARP, no período posterior ao de Hernani D'Aguilar, foram estabelecidos por Octávio Costa e Toledo Camargo durante o fim de semana imediatamente posterior à posse de Médici na presidência da República. Como militares disciplinados que eram, usaram as técnicas de estudo de situação ensinadas pela Escola de Estado-Maior para entenderem qual seria sua missão. Foi nesses dias que estabeleceram os objetivos e métodos que perdurariam por muitos anos orientando a atuação da Aerp/ARP. Foi também nessa mesma reunião que consolidaram sua posição contrária ao tipo de propaganda de Hernani D'Aguilar e favorável a algo mais sutil.

As competências e objetivos da Aerp estabeleceram um jargão que seria largamente usado a partir de então por seus profissionais. “Motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento”, por exemplo, foi expressão muito utilizada para justificar a propaganda da época. (Fico, 1997, p. 94)

Nota-se, a partir desses elementos, os contrastes existentes entre o modelo varguista de propaganda, amparado por um aparato público mais elaborado, e as propostas desenvolvidas durante a Ditadura, tendo como auge o governo Médici, onde se valorizavam as alianças público-privadas em relação às políticas de comunicação. Embora as diferenças sejam marcantes no que diz respeito às estruturas das organizações em questão, as temáticas desenvolvidas nos dois recortes também demandam atenção e análise.

Existem similaridades e assimetrias marcantes nos dois projetos de comunicação perpetrados por meio do DIP e da AERP/ARP com vistas ao convencimento das massas e à produção de consenso. Em maior ou menor grau, os objetivos são encaminhados através de meios e mensagens inseridas nos contextos específicos, ressaltando elementos característicos dos momentos em questão, sem ignorar, claro, os atravessamentos históricos e os fatores pré-existent no seio da sociedade.

2. NACIONALISMO E PROPAGANDA POLÍTICA: TRABALHADORES DE UM BRASIL QUE VAI PARA FRENTE

2.1. Construindo um nacionalismo autoritário e unificador: o consenso político através da unidade nacional.

Tendo em vista o que já abordamos, as missões definidas pelos regimes de Vargas e Médici, embora tragam traços de disparidades, apresentam um elemento norteador em comum: o pensamento nacionalista, que funciona como propulsor de uma mentalidade consensual e unificadora. As perspectivas apresentadas por Ernest Gellner (2001) e Isaiah Berlin (1997) nos levam a compreender o papel do nacionalismo enquanto uma ferramenta profundamente eficaz no processo de construção do consenso, uma vez que através dele se prospecta a criação de um pensamento coletivo direcionado para objetivos concernentes à nação, enfraquecendo as ações e visões individualizadas ou de grupos particularizados.

Dessa forma, o conceito de nacionalismo se apresenta como um componente fundamental das dinâmicas da sociedade republicana brasileira, tendo em vista o trabalho executado em favor da construção e do desenvolvimento dessa ideia a partir dos momentos finais do século XIX e ao longo do século XX. O processo de transição entre o Império e a República produz a necessidade de se constituírem simbologias que fortalecessem os laços entre os diferentes grupos do país que, naquele momento, viviam uma fase de tensão e de divergências. Foi nesse momento que elementos como a Bandeira e o Hino Nacional ganharam novas versões, personagens históricos receberam uma maior valorização e a consciência da formação nacional brasileira se fortaleceu, sobretudo do ponto de vista do discurso oficial.

Observar esses e outros movimentos suscita os seguintes questionamentos: como se desenvolve o fenômeno nacionalista? Quais as relações entre Estado, nação e nacionalismo? Quais são as implicações do nacionalismo dentro de uma sociedade como a brasileira? Essas e outras questões se inserem em intensos debates na historiografia e em outros campos de produção de conhecimento, revelando a necessidade de uma definição apurada da perspectiva nacionalista da qual se fala.

Um ponto inicial e fundamental a ser destacado é o que trata da distinção entre as concepções de nação e de nacionalismo. Embora sejam conceitos aproximados, não possuem as mesmas definições e nem as mesmas finalidades. Gellner (2001) afirma a simultaneidade das duas ideias, apontando a existência de uma forte correlação entre o

construto nacionalista – que o autor afirma não ser inerente ou natural – e a perspectiva de nação.

Segundo Gellner, a ideia de nação está conectada a aspectos voltados à noção de pertencimento e ligação cultural. O autor ressalta que esses aspectos não são essencialmente unitários e/ou imutáveis, mas os elementos que garantem a leitura de uma coletividade enquanto nação partem de pressupostos de identificação como a cultura, o idioma, as expressões sociais, componentes históricos, os símbolos e os fundamentos que organizam determinada população. A concepção de nação, portanto, parte desses marcadores de coletividade presentes no seio de uma sociedade, sendo composta por elementos que se conectam de alguma forma com o imaginário daquela população determinada.

Essa ideia, no entanto, não pode ser vista apenas como uma vaga abstração. É importante ressaltar que a perspectiva de nação sofre e exerce influências claras em outras áreas componentes de uma sociedade. Atores práticos e objetivos, como a política, o território e o modelo econômico perpassam a questão nacional, produzindo novas relações e visões acerca do tema, assim como o próprio conceito de nação é utilizado como força motriz para discussões acerca desses componentes objetivos. O fato é que a definição da ideia de nação ganha força quando conectada à perspectiva do nacionalismo, tornando esses dois conceitos em elementos profundamente associados e em constante construção e redefinição.

Desse modo, é concreta a ideia de que o nacionalismo não se constitui de maneira integralmente artificial ou produzida. Antes, se articula com aspectos comuns à coletividade nacional, exercendo o papel de refinar as ideias e torna-las mais coesas e transmissíveis. O grande desafio que o pensamento nacionalista pretende encarar é transformar elementos nacionais por vezes esparsos em um discurso mais condensado, que, muitas vezes, assume formas mais voltadas à garantia de interesses de grupos de poder. Pensar em nação e nacionalismo no Brasil é pensar em uma mescla de aspectos populares, espontâneos, produzidos, direcionados, enquadrados e moldados de acordo com diversas variáveis, levando em consideração a forma como o produto dessas alterações vai impactar as massas.

Nesse sentido, o Estado tem a possibilidade de atuar no desenvolvimento de uma mentalidade nacionalista, uma vez que tem o papel de determinar diretrizes e organizar uma nação em um determinado território, reunindo, desse modo, elementos capazes de articular uma visão que comungue de fatores coletivos, culturais, históricos e sociais. De acordo com Gellner, o pensamento nacionalista surge da congruência entre a unidade nacional e a política, podendo se apresentar na forma de sentimento ou na forma de movimento. Para o

autor, a ideia de movimento nacionalista se revela como fruto do desenvolvimento do sentimento, compreendendo que a mobilização só se torna possível a partir das emoções suscitadas pela ideia em si.

E é justamente por essa definição que compreendemos a possibilidade – e, por vezes, o interesse – do Estado em mobilizar essa questão: exercer controle sobre os cenários de mobilização que podem ser produzidos a partir do sentimento nacionalista. Gellner utiliza a leitura weberiana de Estado, afirmando que este é um agente que monopoliza a força legítima dentro de uma sociedade, reunindo prerrogativas que nenhuma outra instituição reúne, por um pretenso objetivo que nenhuma outra instituição apresenta com tanta propriedade: a definição das fronteiras e o desenho dos caminhos que uma sociedade precisa se ater ou percorrer.

Dessa forma, o nacionalismo se manifesta como um elemento de unidade cultural entre governantes e governados, levando em consideração elementos pré-existent no contexto da nação e sendo fundamentado, inclusive, pela ação dos meios de comunicação. De acordo com Gellner, esses meios não apresentam apenas uma visão pronta do nacionalismo, mas trabalham na sua construção através da linguagem, da forma e dos traços presentes no interior das sociedades. Ora, sendo os veículos de comunicação agentes de seu tempo, o desenvolvimento do pensamento nacionalista também passa pela atuação destes, uma vez que têm a possibilidade de produzir contatos verticais – entre Estado e população – e horizontais – no seio das próprias massas.

Isaiah Berlin (1997), no sentido do que aponta Gellner, determina que o nacionalismo é uma doutrina consciente, fruto de uma rede intensa de relações e fatores. Para este autor, 4 elementos centrais definem a construção do pensamento nacionalista: a crença na necessidade de pertencimento, as relações orgânicas entre elementos nacionais, a valorização do interno – no sentido de rejeitar uma universalização de valores – e a contraposição ao outro. A articulação desses fatores produz a compreensão de que as visões do nacionalismo variam de acordo com a nação em que surgem, já que os traços de identificação coletiva, histórica e social variam entre as populações. Assim, a proposta nacionalista desenvolvida e aplicada em um território não se reproduz de maneira integral em outro, o que gera a formação de fenômenos peculiares e irrepetíveis ao longo do processo histórico.

A partir disso, percebemos que o nacionalismo reúne características concernentes a uma estrutura ideológica, apresentando métodos a serem aplicados de acordo com as particularidades de cada sociedade. Ao analisar a propaganda política no Brasil da Ditadura,

Nelson Jahr Garcia (2005) indica que a ideologia é fortemente influenciada pelas condições nas quais é produzida, tendo a atuação humana papel imprescindível nesse processo de construção. No caso da ideologia nacionalista, essas peculiaridades são ainda mais relevantes para a compreensão de casos específicos, tendo em vista as variações presentes nas simbologias e demandas de cada território. Garcia ainda constata que uma ideologia, através da atuação humana, comporta três estágios – aos quais o autor chama de “níveis de ideias interligadas” – pelos quais se desenvolve a combinação entre pensamento ideológico e sociedade.

Os agentes sociais sempre veem a realidade de uma certa forma, percebem possibilidades de algumas mudanças e pensam maneiras de realizá-las ou impedi-las. Tal fato nos leva à constatação de que a ideologia comporta três níveis de ideias interligadas. As "representações", explicativas do "ser" da realidade, a descrevem na sua estrutura, organização e funcionamento. Os "valores" propõem o "dever ser" da realidade, formulados a partir da percepção de uma possibilidade de transformação, que estimule o interesse de realizá-la ou obstá-la. As "normas", finalmente, contêm o "como fazer", prescrevem as condutas a serem adotadas para mover a realidade, do estado em que se encontra, indicado pelas representações, para outra situação, orientada pelos valores, ou para mantê-la como está. (Garcia, 2005, p. 17-18)

Por essa leitura, podemos compreender a mobilização da ideologia nacionalista enquanto elemento produtor de universalização, na medida em que são instrumentalizados fatores pré-existent na perspectiva da nação, a partir dos quais se desenvolvem modelos ideais de comportamento e organização que devem ser aplicados na sequência da propagação dessas ideias. De acordo com o autor, a grande função da ideologia é orientar pensamentos e atitudes, na medida em que desenvolve uma meta para o alcance das suas premissas.

Esse construto ideológico, de acordo com o que conceitua Ricardo Silva (1998), é fruto de uma relação direta entre a ideologia e dominação. Ao trazer as visões de Thompson e Marx, o autor indica que o pensamento ideológico guarda relação com a mobilização de sentidos e significados em função do poder, em um movimento de legitimação de sistemas de dominação através de disseminação de premissas. Nesse sentido, Ricardo Silva aponta que essa visão de ideologia não pode ser fruto do acaso, da naturalidade ou apenas da espontaneidade das classes populares, antes, se relaciona com os interesses da elite, de instituições de poder e, principalmente, do próprio Estado.

O papel do Estado nesse processo de construção ideológica é uma questão a ser ressaltada. Teóricos como Oliveira Vianna, Alberto Torres e Francisco Campos apontam o Estado como elemento-símbolo da perspectiva nacional, na medida em que este trabalha para organizar e fundamentar a coletividade representada pela nação, sendo a instituição capaz e

responsável por desenvolver uma visão convincente e agregadora para as massas que comanda.

Desse modo, o Estado se apresenta como instrumento fundamental para o desenvolvimento do nacionalismo no Brasil, na medida em que assume a responsabilidade de elaborar e propagar as diretrizes para seus comandados, em um processo que leva em consideração as intenções empregadas pelos comandantes do Estado naquele momento específico. Essas intenções podem variar entre aspectos de política econômica, de projeto de governo e, até mesmo, de modelo de Estado.

No caso dos regimes de Vargas e Médici, nos valeremos do modelo definido como Estado Autoritário. De acordo com Silva, esse tipo de política estatal representa “uma estrutura de dominação estatista, tecnocrática e desmobilizadora”⁵⁰, que compreende o Estado como o gestor soberano das massas, sem abrir precedente real e factível para a participação legítima dessas massas nos processos de escolha e decisão. Dessa forma, a sociedade passa a ter uma distinção clara entre dominantes e dominados, embora esse discurso nem sempre seja verbalizado de forma clara.

Pela perspectiva do autoritarismo, as massas não são capazes de desenhar seus próprios caminhos e muito menos de exercer a política em sua plenitude. A ideia de soberania popular, característica da teoria contratualista de Rousseau, é considerada inconsistente e perigosa, tendo o Estado a missão de direcionar essas massas, supostamente incapazes, por um caminho consistente e coerente.

Essa presumida incapacidade das massas no Brasil é uma das âncoras fundamentais do pensamento autoritário no país, em um processo que visa transferir o bônus do comando para as classes dirigentes do Estado – tradicionalmente as elites – e o ônus da obediência a essas massas inicialmente amórficas, mas que devem ser moldadas pelo nacionalismo produzido a partir desse Estado. Pela perspectiva marxista de classes, o autoritarismo estatal representa mais um tentáculo do processo de sobreposição das elites sobre as classes populares, trabalhando com a perspectiva de limitação das possibilidades de articulação entre as massas.

Essa rejeição da noção de conflito de classes está presente nas análises dos principais teóricos do Estado autoritário. Ao apresentar uma corrente ideológica pautada na ação protagonista do aparelho estatal, esses autores constroem postulados direcionados à deslegitimação de outros modelos de sociedade, naturalizando o organismo autoritário como se esse fosse o mais adequado modelo de organização social, sobretudo em relação ao Brasil.

⁵⁰ Silva, 1998. p. 50.

Para isso, vertentes distintas de ordenamento sócio-político, desde as mais liberais às mais classistas, são descaracterizadas em defesa do pensamento autoritário. O contexto do Brasil na Era Vargas privilegiava essa construção ideológica, haja vista a proximidade temporal com a experiência oligárquica, marcada, de acordo com esses teóricos, por um acentuado liberalismo político e pela falta de uma gestão coesa e comprometida com a nação.

Azevedo Amaral (2002) trabalha com a solidificação da ideia de Estado autoritário ao afirmar que é da natureza política das mais primárias organizações sociais a presença de autoridade constituída. O autor afirma também que, embora a perspectiva de Rousseau tenha apresentado contrapontos a essa noção, as democracias modernas mantiveram os traços de autoridade na maioria dos âmbitos do Estado, tendo apenas a questão econômica tomado rumos que divergem da centralidade do poder. Amaral reforça que o Estado autoritário não escapa da perspectiva democrática, uma vez que o autoritarismo não pode separar-se da prática de governo, estando inerente à organização estatal⁵¹.

Amaral traz uma leitura de um Estado autoritário que coaduna com o que trabalhamos acerca das relações entre massa e consenso. Para ele, o intervencionismo estatal existe para garantir o bem público, tendo o seu caráter mais autoritário revelado quando os anseios individuais comprometem, de alguma forma, essa coletividade. Desse modo, o Estado autoritário se coloca em uma posição intermediária entre o modelo de Estado liberal clássico – onde não há mediação real dos governantes frente ao funcionamento da sociedade – e o Estado totalitário – onde a intervenção prescinde da garantia das liberdades individuais de maneira mais aprofundada –, em um processo que posiciona o Estado como agente de uma relação entre governo e massa, que é desenvolvida a partir de um comando centrado em direção a uma população comprometida com os interesses nacionais.

Nesse sentido, Azevedo Amaral compreende a conexão entre nação e Estado autoritário como um “todo perfeito e indissolúvel”⁵², em um movimento em que esse modelo de Estado não representasse um movimento puramente verticalizado, mas sim a confluência dos anseios nacionais em busca de uma representação coesa e dotada de sentido e relação com a própria coletividade nacional. Essa identificação, nas palavras do autor, não era bem expressa nem pelo modelo liberal, nem pelo modelo totalitário, uma vez que, no primeiro caso, as individualidades prezadas acabavam por produzir uma ampla defesa de interesses particulares e, no segundo caso, a verticalização exacerbada das esferas de poder acabava por afastar as possibilidades de entroncamento entre as massas e o governo.

⁵¹ Amaral, 2002, p. 160.

⁵² Ibidem, p. 201.

Essas teorias de Azevedo Amaral são fruto de estudos, análises e pensamentos produzidos durante o processo de instalação do Estado Novo varguista, o que permite que apontemos a estrutura da Primeira República brasileira e as experiências totalitárias europeias como os exemplos de Estado liberal e Estado totalitário, respectivamente, apontados pelo autor. Amaral considera o Estado Novo enquanto o caminho do meio entre essas experiências, pois este promoveria uma nova versão de modelo de governança no Brasil, no qual seria possível harmonizar uma ordem política sólida e a perspectiva nacional.

Nesse sentido, Azevedo Amaral aponta o Estado Novo como um regime democrático, tendo bases autoritárias que serviam para direcionar melhor o formato de organização do Estado. Sendo essas duas características – democracia e autoritarismo –, na visão do autor, não excludentes, o regime estadonovista combinava-as como uma forma de garantir a perspectiva nacional de desenvolvimento e soberania.

O estilo do Estado Novo define-se por duas características inconfundíveis. É democrático e é nacionalista. Estes dois traços conjugam-se em uma unidade harmoniosa que representa o equilíbrio entre os elementos da formação brasileira e o sentido histórico do nosso futuro. O Estado Novo é democrático porque é nacionalista. E somente corresponde à ideia nacional por ser democrático. (Amaral, 2002, p. 191)

Essa perspectiva ressalta a importância do pensamento nacionalista na composição do Estado autoritário brasileiro, uma vez que o elemento que justifica as ações autoritárias e centralistas do Estado Novo é o nacionalismo, em sua perspectiva unificadora. Ora, o que Amaral indica é que os postulados democráticos só são permeados por uma força autoritária quando há a necessidade de preservar os pressupostos da nacionalidade e da união, em busca do sucesso da nação.

Essa união é expressa na unidade política do Estado autoritário, que preza pela pavimentação de um caminho mais unificado e de diretrizes mais coesas. Nesse sentido, Azevedo Amaral aponta para o caráter dispensável dos partidos políticos, que, no contexto do Estado Novo, foram extintos. De acordo com ele, a ideia de política partidária não era compatível com a diretriz ideológica da nacionalidade, uma vez que os partidos traziam consigo bandeiras individualizadas, projetos políticos dispersos e questões de potenciais desacordos. Desse modo, o Estado varguista, a partir do qual o autor desenvolve seu pensamento, age de maneira consciente ao eliminar essas possibilidades de disputa de projetos e definir uma política nacional centrada na figura do presidente da República, compreendido como o grande condutor nacional. Daí em diante, a ideologia nacionalista autoritária se solidifica a partir dessa perspectiva: há um futuro que só será desbravado a partir da unidade

de pensamento, construída através da rejeição à divergência e à pluralidade de visões e propostas.

Oliveira Viana, teórico que também produz suas análises no decorrer do período varguista, corrobora a visão de Azevedo Amaral em relação a essa unificação ideológica produzida pelo autoritarismo de Estado. De acordo com Viana, em sua obra *O Idealismo da Constituição* (1939), as soluções que se apresentavam para a superação da fragmentação partidária no Brasil eram duas: a saída pela via do partido único ou pela via do presidente único.

O autor aponta que a primeira solução – a do partido único – é incompatível com a realidade brasileira, uma vez que quando um pequeno grupo partidário se apossasse do poder, a preocupação deste seria, gradualmente, convertida em pessoal e não nacional. Esse fenômeno se daria por conta das condições vividas pelo país e pela ausência de um elemento que provocasse um compromisso maior entre a população e a força partidária. Para Oliveira Viana, no Brasil, o caminho pela via do partido único tendia a se converter na formação de uma “oligarquia única”⁵³, o que poderia produzir discordâncias e agitações das mais diversas naturezas.

Portanto, a saída ideal para o Estado Brasileiro era pela via do presidente único. A organização política do país precisava se fundamentar a partir da existência de uma figura presidencial sólida e ativa, que não estivesse subordinada a nenhum tipo de interesse que não fosse o nacional. Desse modo, o presidente seria “a afirmação da unidade e da personalidade da Nação, a sua expressão definitiva e resplandecente”⁵⁴, sendo este capaz de conduzir as massas a um futuro de solidez e desenvolvimento.

Essa visão, desenvolvida a partir da primeira experiência sólida de Estado na República brasileira, fortalece a noção de que o nacionalismo seria o meio através do qual o Brasil construiria sua soberania, abandonando a subserviência aos interesses pessoais oligárquicos rumo a uma perspectiva mais abrangente. O Estado autoritário seria o caminho pelo qual as pretensões e interesses a serem garantidos pelas esferas de governo mudariam de eixo, tomando forma de diligência coletiva, potencializada através de um pensamento nacionalista que tratava de produzir uma confluência de interesses díspares sob a égide do agrupamento do corpo social brasileiro.

Na visão de teóricos como Oliveira Viana, não existia meio mais eficaz de fomentar o nacionalismo e a identificação das massas com essa ideologia que o Estado autoritário. A

⁵³ Viana, 1939, p. 204.

⁵⁴ Ibidem, p. 208.

convergência de pensamentos, vontades e intenções seria mais factível a partir de um processo em que o Estado se apresenta como o grande comandante das massas, produzindo nelas – e junto a elas – uma visão hegemônica pautada na perspectiva de nacionalidade. Nesse sentido, a proposta do Estado autoritário trabalha para privilegiar a ordem pretendida – ordem essa coletiva, hegemônica e nacional – em comparação com a premissa da liberdade – individual, de associação, de expressão política -, buscando disseminar a compreensão de que a verdadeira liberdade diz respeito à soberania da nação à qual o indivíduo pertence, não havendo prosperidade sem coletividade. O eixo central da visão de Oliveira Viana – e, em parte, dos demais teóricos do autoritarismo de Estado no Brasil – é perfeitamente resumido por Gildo Marçal Brandão (2007), quando afirma: “Direitos civis e unidade nacional garantidas pela centralização política, eis o programa de Oliveira Viana.”⁵⁵.

Essa mesma noção de centralismo nacional é defendida por Alberto Torres (2002), que considera que o Estado é a única força capaz de manter a coesão de um país no sentido do desenvolvimento e da prosperidade. De acordo com o autor, a nação que não é amparada por um aparelho estatal sólido tende a ser suplantada pelos interesses de outras nações que se encontram estruturadas. Torres aponta que a lógica individualista que prescinde da autoridade estatal forte substitui o “despotismo de Estado” pelo “despotismo de indivíduos e grupos eventualmente mais fortes”⁵⁶, transformando a suposta liberdade democrática em uma ilusão fragmentadora.

Desse modo, Alberto Torres compreende o nacionalismo aplicado ao Estado autoritário centralizado como um instrumento de produção de organização, sendo o meio através do qual o Brasil poderia encontrar sua vocação de soberania e desenvolvimento. Sem estes elementos, o caminho seria o de uma sociedade amórfica, díspar e desorganizada.

O nosso nacionalismo não é uma aspiração sentimental, nem um programa doutrinário, que pressuponha um colorido mais forte do sentimento ou do conceito patriótico. É um simples movimento de restauração conservadora e reorganizadora. E, em torno deste objetivo moral e político, deve concentrar-se, não mais a atenção, nem o espírito, dos que respondem pela sorte do Brasil, mas a sua atividade, para que não esteja longe a alvorada em que nos sintamos de posse da direção dos nossos destinos. (Torres, 2002, p. 163)

Oliveira Vianna, Alberto Torres e Francisco Campos, compõem um escopo teórico fundamental para a ideia do Estado Autoritário, uma vez que desenvolvem análises fundamentais para a compreensão desse modelo de aparelho estatal, tendo a perspectiva da

⁵⁵ Brandão, 2007, p. 102.

⁵⁶ Torres, 2002, p. 143.

ideologia como instrumento para a legitimação das ações que o autoritarismo tende a aplicar. Ora, se o conceito de ideologia tem relação com aspectos de dominação, em um aparelho de Estado permeado pelo autoritarismo ele ganha contornos ainda mais contundentes, trabalhando, assim, pelo recrudescimento da estrutura de dominação e pela legitimação desta junto às massas.

O Estado autoritário, quando perpassado pela ideologia, tende a alcançar um sucesso maior em suas premissas de controle. E o pensamento nacionalista cumpre de maneira eficaz esse papel ideológico, na medida em que a justificativa da coesão nacional fundamenta um panorama de concordância em relação às decisões verticalizadas pelo Estado. Desse modo, é possível afirmar que o pensamento nacionalista autoritário esteia as políticas de organização do aparelho estatal, na medida em que associa o centralismo da autoridade do Estado a uma perspectiva de coletividade amparada pela defesa do discurso nacionalista, em que os representantes do governo agem – em teoria – para a promoção do triunfo da nação. Assim, a verticalidade do Estado autoritário se encontra com a horizontalidade do consenso entre as massas, promovendo estabilidade e segurança para a manutenção dos preceitos e pretensões dos homens de poder.

No caso brasileiro, essa guinada autoritária produzida a partir dos anos 1930 acaba por ressoar ao longo das décadas seguintes. O processo erguido a partir dessa década modifica o peso do cargo de presidente da República, conferindo a este um papel cada vez mais importante e simbólico. De acordo com o historiador Boris Fausto (2001), o reflexo de todo esse pensamento nacionalista autoritário erigido a partir do Estado Novo encontra espaço na Ditadura Civil-Militar, primeira experiência arbitrária posterior ao varguismo, em um processo de adaptação dessa mentalidade a um novo contexto nacional e internacional.

As teorias de Torres, Amaral e Viana, somadas à visão de Francisco Campos, intelectual presente nas duas experiências, representaram uma ligação conceitual entre o Estado Novo e a Ditadura, tornando perceptível em ambos os casos – mas cada um à sua maneira – uma utilização do autoritarismo de viés nacionalista para a concretização das pretensões gestadas pelos governos. Embora não haja, durante o período da Ditadura, uma absorção declarada das teorias autoritárias – uma vez que o discurso público, sobretudo no início do regime, era de afastamento das premissas estadonovistas –, alguns elementos se mantiveram, a exemplo do discurso de união e cooperação, afastando a noção de conflito de classes, e da compreensão da nova composição do Estado enquanto mediador das necessidades coletivas nacionais, frente a modelos anteriores compreendidos pelos partícipes do regime como desordenados.

O Estado Novo, portanto, declarava-se autoritário e manifestava-se em favor das teorias acima observadas, enquanto a Ditadura Civil-Militar, embora não declarasse a defesa desses postulados e alegasse a manutenção da normalidade democrática, apresentava traços de associação ao discurso autoritário, defendendo premissas semelhantes, especialmente em relação ao afastamento da tese do conflito de classes e à ampliação da noção de coletividade nacional. Em cada um desses casos, os elementos através dos quais o nacionalismo autoritário era propagado transitava por entre as demandas daquele tempo, em um processo potencializado pelos meios de comunicação e pelo apelo que determinadas demandas detinham em cada um dos contextos. No caso Vargas, a questão do trabalho ganha destaque, enquanto durante o governo Médici os feitos econômicos eram alvo de exaltação e disseminação.

2.2. O pensamento nacionalista no Estado Novo: o cidadão-trabalhador.

Em decorrência do processo desenvolvido ao longo dos anos 1930, que englobava as transformações no âmbito do Estado, das políticas econômicas e das dinâmicas sociais, o Brasil passara a desenvolver também uma nova perspectiva de cidadania, que se distanciava do formato de articulação social observado nos períodos anteriores de nossa república. Ora, se a Revolução de 1930 e o golpe do Estado Novo em 1937 promoveram outras propostas de Estado e de diretrizes governamentais, o modo com o qual esse novo aparelho estatal lida com as massas governadas também é outro, na medida em que a concepção de país que estava em construção dependia de uma relação mais afinada entre a nação e as diretrizes sociais orientadas pelo presidente Getúlio Vargas.

Essa nova dinâmica de cidadania começa a ser erigida a partir do Governo Provisório, com a elaboração do já mencionado Código Eleitoral de 1932. Esse Código fundamenta as novas bases da participação política do Brasil, reduzindo a maioria eleitoral em relação à Constituição de 1891 e estendendo a possibilidade de voto para as mulheres, sinalização que pretendia produzir novos cenários dentro da política nacional, em um claro processo de superação da ordem oligárquica.

Embora a estrutura autoritária do Estado Novo tenha se sobreposto a essas possibilidades, havia uma clara sinalização de que o novo regime tinha preocupações em relação ao papel das massas em relação ao governo. Se, em decurso dos fatores que constituíram o Estado Novo, essas políticas eleitorais não eram, na visão do regime,

integralmente aplicáveis, havia a necessidade de incluir a população brasileira, mesmo que de maneira simbólica, na construção desse novo país.

Para tal pretensão, o elemento a ser instrumentalizado como uma das bases das relações entre governo e massas é o trabalho. Em decorrência dos avanços na temática desde o início da Era Vargas, a questão trabalhista tornou-se a grande marca do processo de reorientação sócio-política promovido por Getúlio e seus aliados, na medida em que o Brasil inaugurava uma nova era nos âmbitos da seguridade social e da produtividade econômica, desenvolvendo alternativas em relação às vinculações de trabalho pré-existentes, sobretudo no âmbito rural. Todas as alterações que foram produzidas, reunidas, consolidadas e reorganizadas ao longo de todo o período varguista contribuíram para que o trabalho, agora cada vez mais legalizado, passasse a ser um fator norteador das demandas que o Brasil deveria cumprir para alcançar sua plenitude e progresso.

Ângela de Castro Gomes (2005) aborda o componente do trabalho como um aspecto com várias ramificações. As disputas acerca da composição dessa temática perpassam a historiografia do período varguista, produzindo visões distintas em relação ao processo de elaboração das leis, consolidação dos direitos e relações entre trabalhadores, patronato e Estado.

Não podemos ignorar, ao discutir esse processo, os movimentos organizados de trabalhadores que ganham força nas primeiras décadas do século XX. O crescimento das organizações classistas, a penetração das ideologias trabalhistas europeias e o surgimento e fortalecimento de movimentos de luta por melhoria nas condições de trabalho representam as novas articulações das quais a República brasileira precisava – mas, até os anos 30, não conseguia – dar conta. O processo de sindicalização e disputa no campo do trabalho era respondido com repressão durante a Primeira República, contando com punições a imigrantes que promovessem ideias voltadas a rebeliões e cerceamento do direito de protesto e reivindicação⁵⁷. Pouca era a predisposição das autoridades brasileiras em encarar as demandas produzidas por uma sociedade em processo de urbanização gradual.

A partir da Revolução de 30, o que era questão de polícia passa a ser questão social e de Estado. Vargas e seu entorno entenderam que era inevitável encarar as demandas do trabalho de frente, sendo necessário, portanto, concentrar os esforços do governo em constituir novas relações e regras no que tange aos laços trabalhistas no Brasil. Para além de

⁵⁷ A Lei Adolfo Gordo (1907) e a Lei Celerada (1927) são as principais barreiras de repressão aos movimentos de trabalhadores presentes na legislação da República Velha. A primeira dispunha sobre a possibilidade de deportação de estrangeiros considerados subversivos e/ou ameaçadores da integridade do Brasil. Já a segunda apontava para a criminalização de movimentos amotinados de empregados contra seus empregadores.

criar um ambiente mais sólido e produtivo, Getúlio decide transformar o que era problema em solução: o trabalhismo será a bandeira levantada pelo regime para promover a união entre Estado, detentores do capital e trabalhadores.

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em novembro de 1930 representa o pontapé inicial para essas pretensões, uma vez que dedica espaço importante e exclusivo dentro do governo para tratar das mudanças que necessitavam ser empreendidas em relação a essa questão. Ao longo da Era Vargas, esse Ministério foi chefiado por nomes como Lindolfo Collor, Joaquim Pedro Salgado Filho, Agamenon Sérgio de Magalhães, Waldemar Falcão e Marcondes Filho, que trabalharam, através de diferentes estratégias, em favor da construção de um cenário propício ao desenvolvimento das questões relacionadas ao trabalho e à produção. O desejo de reorientar o cenário conflitivo que caracterizava as relações trabalhistas no Brasil é o grande propulsor do desenho de novas articulações e procedimentos em nosso cenário social.

Para isso, o governo Vargas concentrou seus esforços na construção de uma série de leis trabalhistas que objetivaram definir as regras para uma relação de trabalho saudável. A definição de uma jornada de trabalho máxima de 8 horas por dia, férias remuneradas, salário mínimo e outros pilares de segurança social representaram o papel de mediação que o governo pretendia exercer entre os vínculos de patrões e empregados, de modo a proporcionar uma realidade mais definida e clara no que se refere aos direitos e deveres dentro de um elo trabalhista. A criação da Justiça do Trabalho, consolidada em 1941, demonstrava os esforços dedicados pelo governo no sentido do controle com mãos firmes sobre essa questão, tornando o Estado cada vez mais protagonista em relação a esse componente social tão relevante.

Em 1943, todo esse processo se solidifica quando da criação da Consolidação das Leis do Trabalho. Esse documento, inspirado nas mais frequentes discussões acerca da seguridade social e regulamentação trabalhista pelo mundo, concentrava todas as legislações produzidas anteriormente, instituindo a Carteira Profissional como o firmamento de garantia desses vínculos e dos compromissos firmados entre as partes envolvidas no contrato de trabalho. Desse modo e de maneira inédita em sua história, o Brasil, através de seu governo, inaugurava uma fase de maior regulamentação e clareza em relação a um pilar fundamental de suas dinâmicas sociais e econômicas, em um movimento que concretiza cada vez mais o projeto de mudança do papel do trabalho e das vinculações trabalhistas de um estágio de conflito para um patamar de representação de soberania, crescimento e congraçamento.

Por outro lado, o projeto varguista concebia uma missão de desmobilização da luta trabalhista. A sindicalização, apesar de não ter sido proibida, passou a ser necessariamente associada às estruturas governamentais, em um processo que transforma o sindicato em um espaço de ligação entre os trabalhadores e o governo, e não mais um ambiente de mobilização e reivindicação intensificada. Desse modo, Getúlio inicia e potencializa um processo de construção de dependência das massas trabalhadoras em relação a uma suposta benevolência estatal, reduzindo os embates e tornando a melhoria das realidades de trabalho em uma missão estatal irrevogável, da qual os trabalhadores teriam parte não em um movimento de constante luta, mas sim através do apoio, fortalecimento e defesa das diretrizes do governo.

Gomes (2005) trata essa relação como um pacto social. Nessa visão, as massas trabalhadoras brasileiras firmaram um acordo com o Estado varguista, em que a segurança social produzida pelas leis trabalhistas seria compensada pela adesão ao projeto político do governo e às novas determinações quanto à organização sindical. A historiadora afirma que essa mentalidade indica, em geral, um cálculo de custo-benefício por parte dos trabalhadores, que compreendem os ganhos que teriam ao adotar as proposições e condições apresentadas pelo varguismo. De fato, apenas essa relação não é suficiente para dar conta dos desdobramentos da questão sindical no período Vargas, uma vez que ainda se fazia presente a repressão a grupos sindicais que se recusavam a aderir à proposta de tutela como contraponto à legislação social. Contudo, esta era uma condição: apenas o trabalhador alinhado às fileiras do sindicalismo de Estado tinha acesso pleno à legislação trabalhista.

Essa leitura afasta uma perspectiva perigosa e que pretendemos rechaçar em nossa análise. Não podemos compreender as massas trabalhadoras do Brasil nessa fase como meros elementos facilmente manipuláveis, sem possibilidade de expressão de suas vontades e necessidades, mas sim como agentes fundamentais na construção dessa dinâmica de acordo entre regime e população. Ora, a obediência às determinações do governo só viria acompanhada da garantia de direitos que foram alvo de reivindicação por muitos anos, em um processo de compreensão de beneficiamento direto aos trabalhadores. Gomes ressalta que o pacto social estava fundado na lógica da reciprocidade, onde tanto governo quanto massa de trabalhadores consideravam seus ganhos práticos e simbólicos.

Ao associar as leis ao comportamento dos trabalhadores, o governo Vargas objetivou uma alteração no papel dos trabalhadores e do Estado em relação às políticas de garantia social. A nova dinâmica prezava por um corpo de trabalhadores cada vez mais afastado da

conquista e dependente da entrega, em um claro processo de desmobilização condizente com o Estado autoritário que o Brasil passou a viver, sobretudo no pós-1937.

A visão de um aparelho estatal centralista fortalece a ideia de que apenas os representantes do Estado poderiam garantir as necessidades das massas, em uma missão nobre de desenvolvimento nacional. Dessa forma, não há conquista, há entrega, outorga, concessão, sem a necessidade de mobilização. Embora a lógica do pacto social ressalte a importância da posição das massas de trabalhadores para a permanência desse acordo, através dele se fortaleciam as noções de que a mais eficaz das lutas era a que se travava ao lado do governo, e não contra ele. E é justamente a partir dessa perspectiva que o Estado Novo amplia sua política de produção de consenso: somando trabalho, coletividade nacional e autoritarismo de Estado.

A visão que o regime estadonovista se esforça em construir se fundamenta na noção de que o trabalho é o elemento constituinte da nacionalidade, e que sem ele não há perspectiva de desenvolvimento nacional. As relações trabalhistas pautadas por essa cooperação entre as partes deveriam significar um esforço de abnegação e costura política, onde trabalhador e empregador se concentram na construção de uma realidade estável e saudável que facilite o crescimento do país. Desse modo, as necessidades coletivas estão, mais uma vez, sendo colocadas acima dos anseios individuais, sendo propalada a concepção de que os interesses da nação deveriam ser priorizados em quaisquer circunstâncias.

A lógica da cidadania no Brasil do Estado Novo tinha como esteio, portanto, dois elementos centrais: o trabalhismo e o nacionalismo. O cidadão brasileiro deveria ser dotado, necessariamente, dessas duas virtudes: o trabalho, não apenas enquanto elemento produtivo, mas como propósito de vida, e o apego à mentalidade nacional, em uma compreensão de que a vida não poderia se pautar apenas nas necessidades individuais, mas sim em um sentido de crescimento coletivo, arregimentado pela nacionalidade e por uma visão de futuro que só poderia ser alcançada mediante uma construção coletiva, que levasse em consideração não apenas as ações do governo, mas também a boa compreensão das massas em relação ao seu papel.

De acordo com Gomes (2005), a difusão dessa concepção de cidadania nacional-trabalhista era uma das preocupações centrais do governo, sobretudo sob a gestão do ministro Marcondes Filho, que chefiara a pasta do trabalho entre 1941 e 1945. Para além dos discursos, Gomes indica que o governo mantinha seus esforços concentrados na missão de solidificar a compreensão dos trabalhadores em relação à necessidade de cooperação com o regime, tendo, para este fim, o fundamental auxílio das organizações sindicais tuteladas.

Uma vez que eram requisito para o alcance dos direitos trabalhistas, os sindicatos foram o meio encontrado pelo Estado Novo para disciplinar as massas trabalhadoras a partir desse novo entendimento de cidadania.

O Estado, dessa forma, fortalecia o seu novo papel de gestor das massas em um processo que pretendia conduzi-las a um estágio de submissão consentida, uma vez que gradualmente era potencializada a noção de que o governo era o grande portador da rota nacional até a prosperidade. A partir de então, os vínculos transcendem a simples ligação entre governantes e governados e começa a tomar outros rumos, tendo, nesse caso em específico, um importante sobressalto em relação ao personalismo da figura do presidente Getúlio Vargas.

A dimensão familiar impetrada à nacionalidade é um dos mecanismos instrumentalizados pelo Estado Novo. Em *Sacralização da Política*, Alcir Lenharo (1986) disserta atentamente sobre essa questão, ressaltando o papel de um Estado que, ao concentrar em si o monopólio do discurso, age como mediador, condutor e agente político único. Essa função estatal, na visão de Lenharo, é cada vez mais tensionada à perspectiva de família, sendo o aparelho do Estado, na figura de seu líder, o elemento paterno que age pensando no bem dos membros de sua família.

Desse modo, se produz uma noção correlata ao autoritarismo desmobilizador, uma vez que se dissemina a crença de que as decisões, atitudes e determinações partem justamente dessa figura paterna imanente do Estado, cabendo ao corpo nacional o papel de cooperação e construção conjunta, não o de transformação e reivindicação. O elemento das classes se dissolve frente a um sentimento que é cultivado em conjunto, através do amor pela nação, expresso na obediência dos desígnios do governo, na figura de seu chefe. Era Getúlio o portador da retomada dos caminhos soberanos do Brasil, que, segundo a compreensão do próprio regime, havia se perdido em meio ao liberalismo exacerbado da República Oligárquica, dando exagerada ênfase aos individualismos e às dissensões.

Em Getúlio, coexistem o guia espiritual e o domador de almas; sua oratória e seus gestos são exemplos de equilíbrio de um chefe que nunca dominou despoticamente a massa. Suas palavras são plácidas (referência às palavras meigas e sábias de Jesus Cristo...) e, ao mesmo tempo, enérgicas e convincentes. Mesmo nos momentos difíceis, Getúlio nunca modificou a sua maneira de se apresentar ante as multidões, mantendo-se sempre sereno e livre de acenos teatrais (Lenharo, 1986, p. 48-49)

A figura de liderança expressa por Getúlio Vargas pretendia afastar-se da possibilidade de um comando distante, puramente autocrático e autocentrado. O meio encontrado para tal

propósito é justamente o nacionalismo, que funcionou como um fator de identificação e proximidade do governante em relação às massas, uma vez que, por esse prisma, as decisões do presidente, por mais autoritárias que fossem, não miravam uma finalidade própria, mas sim o bem comum. A família a ser construída a partir dessas ideias teria, portanto, um pai presente, cuidadoso e exortador, quando necessário, mas que tudo fazia em abnegação de suas vontades e em dedicação à nação. O autoritarismo varguista é acompanhado pela noção da autoridade paternalista.

Para a construção dessa imagem, os meios de comunicação são instrumentos fundamentais. Era clara, para o presidente e para o governo, a importância da imprensa quanto à formação da opinião pública acerca de ambos, fato evidenciado a partir da evolução dos setores de comunicação dentro do período varguista, culminando, então, na criação do DIP no Estado Novo. A imprensa, desse modo, não era apenas um setor ligado às pretensões privadas e empresariais: antes, exercia função de serviço público, buscando, a partir de seus meios, cooperar com o projeto de avanço nacional condensado pelo regime estadonovista, bem como com a construção e fortalecimento dessa visão que concentrava nas mãos de Getúlio Vargas o poder de decisão e condução da nação brasileira ao seu auge.

Gomes (1997) trabalha toda essa construção a partir de uma perspectiva que vincula, em nações como o Brasil, o imaginário político e o pensamento social, sendo este vínculo desenvolvido pela concepção histórica de um país outrora colonizado. A partir do movimento iniciado nos anos 30 e 40, iniciou-se um processo que prezava pela conexão entre Estado e sociedade, buscando equilíbrio e coesão entre esses elementos, em uma diretriz política que, segundo a historiadora, buscava superar as artificialidades características das fases anteriores da República.

A grande questão apontada é que esse Estado, agora chefiado por Vargas, cumpre um papel autoritário fortemente constituído, gestado a partir da figura do próprio presidente, que faz questão de reafirmar, sempre que possível, as suas condições de comando e acessibilidade. Ora, o mesmo Getúlio que se apresenta como o chefe supremo desse novo modelo de Estado também é um trabalhador, um elemento presente no seio das massas, um homem ciente e conectado às necessidades do Brasil e, conseqüentemente, de seu povo. Esse estadista, que emerge a partir da demanda de solução para os problemas arraigados no país, é também um cidadão, e, neste caso específico, um cidadão-trabalhador, que não se priva da conexão com as massas.

Esse elemento de liderança personalista é fundamental dentro da noção de nacionalismo trabalhista propalada pelo regime, uma vez que dada a existência dessa

liderança tão compatível com as demandas populares e portadora da condução ideal da nação ao seu futuro, não há necessidade de nenhum outro tipo de mobilização de cunho político ou social. Basta, dessa forma, seguir as orientações de Vargas para alcançar prosperidade e desenvolvimento, prescindindo o Brasil, então, de uma política partidária sólida ou de outros poderes fortalecidos na República. O consenso, portanto, se desenha através de um Estado que, ao ser dirigido por um líder que preza pela questão nacional e pelo elemento do trabalho enquanto componente central da cidadania, não necessita de outros caminhos ou determinações, pois tem nesses elementos um caminho pavimentado para um sólido desenvolvimento.

O pensamento nacionalista autoritário, quando concentrado em uma figura como a de Getúlio Vargas, ultrapassa os limites da abstração e do subjetivo, construindo suas bases a partir de uma liderança sólida e concreta. A coletividade nacional e os elementos de coesão encontram no presidente da República – o chefe da Nação – a expressão definitiva da vontade coletiva e dos anseios nacionais, o que torna muito mais simples o cumprimento de desígnios e obrigações.

Gomes (1997) define esse processo como uma personalização do Estado, desenvolvida a partir da apuração da mentalidade autoritária. Para a autora, se desenvolve uma relação de “intimidade hierárquica”⁵⁸ entre povo e presidente, fundamentada a partir do encontro entre uma forte estrutura de propaganda política e ideológica e políticas públicas sólidas e de notável efetividade na vida das massas. Nesse ponto, destacam-se, sobretudo, as novas bases aplicadas sobre as relações de trabalho, que, sem dúvidas, impactaram a vida dos brasileiros e trouxeram maiores possibilidades de construção de vidas dignas.

Essas melhorias notadas na esfera privada e individual dos trabalhadores traziam uma confiança cada vez mais fortalecida destes em relação ao regime e ao presidente, tornando, assim, o discurso incensado pela propaganda política do governo cada vez mais dotado de sentido. Pois, se a ação do regime, de forma mais verticalizada, é suficientemente comprometida com as massas para a melhoria de suas condições de vida, não há necessidade real, por essa lógica, de uma intensa mobilização social desses trabalhadores.

O elemento de coesão e consenso nacionalista, nesse caso, subverteria a lógica marxista da constante luta de classes, uma vez que se compreende o Estado enquanto o mecanismo conciliador entre a dignidade social e as necessidades da economia. Desse modo, se abdica da luta em favor da união, que tem a nacionalidade brasileira como ponto central e

⁵⁸ Gomes, 1997, p. 525.

decisivo, tornado o Brasil em uma nação que não é pautada pela divisão de classes, mas sim pela congruência coletiva, quase familiar.

Elites e massas enfim integradas numa comunicação “direta e afetiva”, sem intermediários. Por isso, a capacidade incomparável de Getúlio de se comunicar com todo o povo, que via nele o “chefe-guia” e o “amigo-pai”, o qual vibrava no mesmo compasso que sua “família”. É bom ressaltar que uma das imagens mais frequentes a que os discursos estado-novistas recorriam para caracterizar o processo de construção do Estado Nacional, era a formação de uma grande família. Nela, as lideranças sindicais eram como irmãos mais velhos, e o presidente, o pai de um povo nobre e trabalhador – “o pai dos pobres” -, a quem ele se dirigia com uma interpelação que se tornaria famosa: “Trabalhadores do Brasil”. (Gomes, 1997, p. 527-528)

Vargas representa, desse modo, a tônica do presidencialismo vivenciado no Brasil dali em diante. Francisco Campos, um dos grandes fiadores dessa mística da função presidencial, embasa a ideia de uma chefia do Executivo cada vez mais forte e centralizada, em um trabalho que ressalta o personalismo frente ao sistema e/ou às classes e ideologias. Getúlio, enquanto essa primeira figura presidencial relativamente forte na República brasileira, pavimenta esse caminho a partir do seu autoritarismo nacionalista erigido no Estado Novo, tendo a garantia do apoio popular constituída pelo elemento trabalhista e pela dita “intimidade hierárquica” criada entre ele e as massas com auxílio da propaganda política e dos meios de comunicação.

Esse olhar de superioridade despejado sobre Getúlio Vargas implica em uma visão colateral em relação às massas. Ora, se há uma liderança tão poderosa, abnegada e dotada de sabedoria, as massas que a seguem são compreendidas como grupos a serem iluminados por ela, sendo limitados a atuarem de acordo ou em contraposição às decisões do Estado Novo e, por consequência, aos interesses da nação. A partir disso, as massas eram vistas como cooperadoras ou perturbadoras da ordem nacional desenhada e prezada pelo regime, na figura de seu chefe maior.

Maria Helena Capelato (2009) aponta que essa visão se sustentava a partir da suposição de uma incapacidade das massas, ressaltando a necessidade de uma liderança paternal que, através de um sentimento fortemente altruísta, dedicava sua vida para dirigir esse povo ao avanço. As massas, segundo Capelato, eram vistas como detentoras de uma ingenuidade infantil, sendo, desse modo, imprescindível a presença de uma liderança madura e consciente, que não era advinda de grupos partidários, movimentos sociais ou organizações locais, mas sim da mais pura representação do autoritarismo de Estado e do centralismo personalista, representante do discurso único produzido pela congruência nacional.

A noção do cidadão-operário ou cidadão-trabalhador contribui de maneira inegável para o fortalecimento dessa perspectiva unificadora e desmobilizadora, uma vez que tornar o cidadão em uma peça de uma complexa engrenagem social e econômica coloca, ao mesmo tempo, um senso de responsabilidade, participação e importância – compreendendo que o esforço do trabalho também é parte do esforço nacional – e uma noção de coesão e hierarquia – uma vez que essa engrenagem só faz sentido quando ligada a uma estrutura mais complexa e verticalmente gerida.

A noção defendida pelos teóricos do nacionalismo autoritário, como Viana, Torres e Amaral, que mescla autoritarismo e democracia tem nessa perspectiva um esteio muito importante, uma vez que) a cidadania não era mais definida pelos direitos civis ou políticos – muitos deles suprimidos em virtude do regime estadonovista -, mas sim pelo pertencimento do indivíduo às bases proporcionadas pela nova realidade do trabalho, atrelado ao ideário de justiça social. A filiação a um sindicato corporativo, o contrato trabalhista firmado a partir da CLT e, finalmente, a posse das benesses concedidas pelo Estado, conforme direcionamento varguista, eram os requisitos para a integração real entre o homem e a pátria.

Essa nova dinâmica, impulsionada pelos meios de comunicação, tinha por objetivo redefinir a forma como os cidadãos enxergavam o papel do Estado, em um processo que minimizava a necessidade da garantia das liberdades políticas e amplificava os benefícios e concessões dispensadas pelo regime à população. A missão projetada e cumprida pela atuação da propaganda política visava criar um cenário em que, antes de reclamar do autoritarismo, o cidadão expressasse sua gratidão pela mudança no panorama social promovida pela boa vontade do governo e de Getúlio.

Esse processo era carregado de sentido pois os elementos sociais, de fato, receberam impulso a partir da Revolução em 1930. É inegável o aprimoramento em relação às questões relativas ao bem-estar social, sobretudo quanto aos aspectos trabalhistas, ainda mais quando em comparação com a precariedade vivenciada no período liberal-oligárquico. As massas envolvidas nesse processo de construção de uma nova cidadania mergulham nessa nova realidade porque, além de serem alvo de intensa atuação das propagandas políticas e do discurso oficial do governo, viam, na prática, a aplicação da questão social e as consequências positivas trazidas por essas mudanças.

Nesse processo baseado em trocas e concessões, as massas, agora dotadas dessa cidadania-trabalhista, concedem o comando autoritário a Vargas, pois recebem dele as concessões voltadas à justiça social. É uma relação onde, ao mesmo tempo, se ganha, se

perde, se concede e se beneficia, onde não há ingenuidade própria ou manipulação completa, mas antes um arranjo inédito na realidade política do Brasil republicano até então.

Nelson Jahr Garcia (1999) aponta que, para aplacar os efeitos do discurso marxista da luta de classes e, conseqüentemente, mitigar os conflitos entre patrão e empregado, o Estado Novo utilizava o discurso de cooperação, onde um grupo dependia, necessariamente, do outro para existir e se desenvolver. Desse modo, a unidade nacional, preconizada em detrimento à divisão de classes, justificaria todas as relações pavimentadas pela ação estatal, em um discurso que, segundo o autor, nivelava todos os grupos sociais entre si e ao presidente, todos sob a alcunha de “trabalhador”.

O elemento do trabalho era, portanto, definidor da cidadania, do compromisso com a nacionalidade, da dignidade e do nível de comprometimento com o Estado Novo. Era a forma pela qual o DIP e os seus grupos subordinados introduziam o discurso oficial e a perspectiva de dominação autoritário do novo formato de Estado vivenciado no Brasil. Os discursos de Vargas, os panfletos e cartazes e as marchas cívicas, sobretudo as do dia 1º de maio, caminhavam lado a lado com o trabalho diário exercido pelos meios de comunicação no sentido de perpetuar e naturalizar esse novo conceito de cidadania.

Garcia aponta que deveria haver uma congruência em todos os âmbitos da sociedade brasileira, e isso era expresso a partir da produção de um discurso afinado que deveria conectar aos anseios do Estado as mais diferentes instituições: Igreja, sistema educacional, grupos empresariais e, especialmente, a imprensa. A função pública dessa última deveria ser evidenciada justamente na difusão de toda essa nova mentalidade, uma vez que, através dela, seria possível potencializar a produção do consenso e a solidificação da base de apoio almejada pelo governo em todos os outros níveis e setores.

A Manhã se apresentava como um importante tentáculo dessa atuação da imprensa ao propagar justamente essa congruência, difundindo, desde a sua primeira edição, a nova mentalidade que o Estado Novo pretendia solidificar. Na edição inaugural do periódico, datada do dia 9 de agosto de 1941, Cassiano Ricardo ressalta o processo de ressurgimento do “corpo e alma do Brasil” a partir da construção do regime. Além disso, o ministro Francisco Campos deixa sua contribuição na edição ao tratar da função social da imprensa no sentido da “criação da Pátria” e do aprofundamento da coletividade. Esses aspectos denotam a ligação do periódico, desde sua fase mais embrionária, com os propósitos ideológicos do regime estadonovista.

Desse modo, a sociedade brasileira era apresentada à um novo formato de cidadania, que deveria unir um legítimo sentimento nacionalista ao apego e valorização intransigentes

do aspecto do trabalho, que agora estava repleto de mecanismos de garantia de seguridade e estabilidade, frutos da pretensa benevolência do Estado e de seu chefe. Fundamentalmente, pensar em coletivo no Brasil do Estado Novo era pensar pelos meios proporcionados pelo regime, defendendo discursos propagados pelo regime através dos meios de comunicação e integrando a indivisível coletividade nacional.

2.3. O pensamento nacionalista no Governo Médici: o Brasil em crescimento.

O caso da Ditadura Civil-Militar, em especial durante o governo do general Médici, se sustenta em outras bases para fundamentar a sua perspectiva de nacionalismo. É factual o reflexo de toda essa postura pautada na cidadania nacional-trabalhista que fora propagada no regime autoritário que precedeu à Ditadura de 64, bem como a presença de dinâmicas semeadas pelo varguismo em vários âmbitos da sociedade brasileira. Contudo, como já apontamos, o exemplo do Estado Novo não é integralmente seguido pelos militares; ao contrário, muitas das estratégias desenvolvidas e perpetuadas por Vargas são alvo de crítica e alteração durante esse período ditatorial.

No entanto, a questão nacionalista seguiu sendo o mote do discurso que objetivava a produção do consenso e do apoio popular ao governo. Nesse momento, o discurso ufanista ganha contornos cada vez mais contundentes, embora afastados, em parte, da forma como o varguismo o mobilizava. Uma das discrepâncias mais evidentes é ilustrada pela falta de uma liderança unificada, que pudesse cumprir o papel de Getúlio como o grande chefe da Nação. Ao longo da Ditadura, cinco nomes destacaram-se na condução da presidência da República, em um processo que não solidificou uma liderança que pudesse, de fato, estampar o projeto definido a partir do golpe em 64 e desenvolvido nos 21 anos seguintes.

Há, sem dúvidas, nesse processo um impacto da visão construída pelos militares e sua base de apoio acerca do período varguista, que consistia, no geral, em um estigma negativo e ultrapassado. O formato de gestão do Estado e da própria relação entre população e governante era visto como algo a ser superado, fazendo com que a Ditadura inaugurasse um formato diferente de autoritarismo, calcado em outras bases e sem a dependência de uma figura exclusiva e autocentrada.

Essa mentalidade tem relação, inclusive, com o próprio processo do golpe, advindo de um combinado de forças que pregavam a queda do governo do presidente João Goulart⁵⁹.

⁵⁹ Nisso, há um elemento importante: João Goulart havia sido ministro do Trabalho (1953-1954) e figura próxima de Getúlio Vargas, herdando deste a liderança do PTB e a base do movimento trabalhista conquistada

Nesse contexto, grupos de diversas vertentes se agruparam em torno do objetivo comum: obstaculizar o projeto das reformas de base e derrubar o governo de Jango, a essa altura já extremamente fragilizado. Setores como os latifundiários, representantes do capital nacional e estrangeiro, a Igreja Católica, entre outros, se uniram às Forças Armadas para a garantia desse propósito. Logo, embora o poder tenha ficado a cargo do Exército ao longo da Ditadura, outras forças se fizeram presentes desde a concepção dessa nova forma de governo, o que, sem dúvidas, dificultou a existência de uma liderança tão centralista como fora a de Vargas no Estado Novo.

Essa ausência de um personalismo político – também corporificada na lógica bipartidária inaugurada pelo AI-2 – determina elementos distintos dos presentes durante o regime varguista, mas, por outro lado, não anula completamente algumas noções, sobretudo a noção da coletividade perpassada pelo elemento nacional.

David Antônio de Castro Netto (2019) ressalta a presença de muitas dessas dinâmicas que suscitam a coletividade. O elemento familiar, por exemplo, não é descartado em virtude da ausência dessa liderança paternal mais pessoalizada. Há, no entanto, uma mudança de foco, que incide sobre a congruência coletiva das massas, sob o signo nacionalista, e na figura do Estado enquanto instituição e do regime enquanto modelo político. Esses aspectos seguem diretrizes próximas ao discurso nacionalista propagado na experiência estadonovista, tendo como objetivo naturalizar as decisões autocráticas do governo através de uma fala nacionalista, abnegada e focada exclusivamente em garantir os interesses dos brasileiros.

É importante destacar também que, assim como era sob a batuta de Vargas, essa coletividade só é possível mediante a concórdia das massas, que faziam coro a parte desses discursos como forma de ação política, em busca de algum tipo de benefício ou salvaguarda de sua segurança. De acordo com Castro Netto, o propósito político que um regime autoritário visa sustentar tem base em três elementos conjugados: a censura, a perseguição política e a propaganda. Esses aspectos foram os sustentáculos do propósito ideológico do regime, amparado em questões da pauta moral, da estrutura política e do modelo econômico.

A conjugação de elementos que derivam do uso da força e também do controle ideológico não são exclusividade da Ditadura brasileira. Antes, representam um traço não raro entre outros regimes autoritários que, sem prescindir da utilização da truculência e de outros elementos repressivos, lançam mão da propaganda política e do controle dos meios de

por Vargas desde a sua primeira passagem pela presidência da República. Esse elemento contribuiu para a antipatia que vários grupos cultivaram em relação a Goulart, sobretudo no contexto que levou a deposição deste da presidência em 1964, cargo que havia alcançado quando da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961.

comunicação como forma de, segundo Castro Netto, “manter os níveis de lealdade das massas”⁶⁰. E, sobretudo no contexto da segunda metade do século XX, esse combinado de fatores deixou de ser algo apenas possível para os regimes autoritários, se tornando, mediante todo o contexto político internacional, necessário para o fortalecimento e a perpetuação do autoritarismo.

Mediante o cenário da Guerra Fria, a polarização conduzida pelas superpotências também promove a agitação das massas em diversos sentidos. No caso do bloco capitalista, é possível observar o crescimento de uma mentalidade que já era fortemente presente desde as fases finais do século XIX: o anticomunismo. Os Estados Unidos, enquanto protagonista desse bloco, mobilizava essa questão de maneira eficaz tanto internamente quanto em seus países aliados, promovendo uma aversão ao modelo político vigente na União Soviética e aos seus desdobramentos. O “fantasma do comunismo” passou, então, a ser cada vez mais o elemento mobilizador de uma aversão ideológica, que produzira um cenário de perseguição e combate ao pensamento comunista e aos seus agentes.

No contexto da América Latina – e, conseqüentemente, no caso brasileiro – esse anticomunismo se acentua mediante o contexto da Revolução Cubana e do alinhamento da ilha às políticas soviéticas. Esse fator produz nos Estados Unidos um temor pela sua hegemonia no continente, fazendo com que o país trabalhasse para garantir seu domínio e afastar as possibilidades de novos movimentos de revolução à esquerda. Para isso, não bastava apenas mobilizar articulações para a queda de governos populares ou utilizar da força física e da repressão, antes, era necessário também trabalhar e condensar essa mentalidade anticomunista junto às massas, incentivando uma visão que compreendia as atuações das esquerdas como pouco contributivas ao crescimento e desenvolvimento nacional.

Outra visão potencializada por esse anticomunismo que se propaga a partir da década de 1960 tem a ver com elementos de moralidade. Se associava as práticas das esquerdas ao afastamento das tradições morais e religiosas intrínsecas à formação social brasileira, sendo o nacionalismo, portanto, um elemento de coesão, mas também de preservação dos costumes mais tradicionais das massas do país. Dessa forma, era fortalecida a ideia de que a integridade da família e dos hábitos de boa fama só seria mantida através da defesa intransigente do nacionalismo e dos seus guardiões – a saber, os representantes do regime.

É importante mencionar mais uma vez que, ao embasar o projeto ideológico dos militares a partir do nacionalismo, era afastada e condenada a premissa marxista da luta de

⁶⁰ Castro Netto, 2019, p. 80.

classes, em um processo que, ao mesmo tempo, cumpria dois papéis: o de preservar a coletividade nacional e o discurso uníssono do país e o de mitigar os conflitos de classe, que têm base justamente na doutrina comunista. Assim, instigar as massas pela ampliação do temor das ideologias de esquerda era um caminho de muito valor para os regimes autoritários dessa fase da história, em consonância com as dinâmicas da política internacional à época. Embora os militares não assumissem o regime enquanto autoritário, esse projeto ideológico aproxima, em parte, o pensamento nacionalista da Ditadura ao do Estado Novo

Outro elemento importante a ser ressaltado no contexto que demarca a implantação e os primeiros momentos da Ditadura é a crise econômica que afetava o país desde o início dos anos 60. Fruto do endividamento externo, da desigualdade regional e de renda e das sucessivas crises políticas que afetavam o país, a crise econômica assolava o Brasil com altos índices inflacionários, uma grande estagnação econômica e um cenário social caótico. Esse aspecto também foi utilizado pelos militares a fim de amplificar os benefícios que a Ditadura poderia construir, caso se mantivesse afirmada e fosse fortemente apoiada em seus propósitos de desenvolvimento.

Embora ao longo dos dois primeiros governos militares – Castelo Branco e Costa e Silva – seja possível notar movimentações econômicas importantes⁶¹, é na gestão de Emílio Médici que esse aspecto recebe maior atenção, em um processo que reforça a perspectiva de grandeza do Brasil, bem como a necessidade de construir e trilhar um caminho que conduza a nação ao seu destino de glórias. Essa megalomania nacional seria garantida, em parte, pelo sucesso do principal projeto do governo Médici: o milagre econômico.

O milagre econômico se estendeu por quase todo o mandato do general Médici, consistindo em um crescimento nos índices gerais da economia brasileira e uma aceleração nos objetivos de desenvolvimento infraestrutural no Brasil. Entre 1969 e 1973, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 10% ou mais em todos os anos, expressando o aumento da entrada de capital no Brasil e um avanço numérico expressivo na nossa economia. Nesse mesmo recorte, a inflação – que chegou a atingir 90% em 1964 – atinge níveis controlados, oscilando entre 16 e 23%. Esses índices⁶² sinalizavam que o país estava abandonando o

⁶¹ No governo Castelo Branco (1964-1967), por exemplo, foi implementado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que, entre outras medidas, implementou um corte de gastos e subsídios públicos, promoveu um arrocho salarial, eliminou a estabilidade de emprego e implantou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

⁶² Freire, 2004.

cenário caótico vivenciado no início da década de 1960 e, segundo o discurso oficial, estava embarcando rumo ao futuro, rumo ao “Brasil Grande”⁶³.

O elemento nacionalista enxertado ao autoritarismo da Ditadura ganha corpo a partir dessa questão, sobretudo. O fato do governo não ter sido constituído mediante majoritário apoio das massas traz à tona a necessidade de construir e reafirmar essa base de apoio, e é o fator inserido pelo milagre econômico que mais potencializa esse discurso, haja vista que é através das ações da Ditadura que o Brasil está alcançando um patamar de desenvolvimento que em outros momentos era improvável.

A leitura de Carlos Fico (1997) sustenta essa visão ao afirmar que as questões concernentes ao milagre econômico funcionam como um grande catalisador por conta de seus traços profundamente factuais. Os dados de crescimento do país eram públicos e evidentes, servindo, assim, de sólido argumento para sustentar a noção de grandeza que era difundida pelo regime. Desse modo - e segundo Fico - o golpe de 1964 era interpretado como um importante marco temporal de ruptura, em um processo de entrada do Brasil em um rumo seguro, que apontava para essa vocação de grandeza do país.

O governo Médici funcionava, nesse sentido, como um grande elemento de reafirmação dos propósitos da Ditadura, fortalecendo a visão de futuro e desenvolvimento que, ao longo dos dois governos anteriores, havia passado por algumas oscilações e desconfianças. Através do milagre, Médici recuperava um argumento de justificação do regime, que, agora, não estava apenas relacionado à superação de uma crise moral ou ao afastamento do suposto perigo comunista, mas sim à busca pelo desenvolvimento concreto e pela exclusiva preocupação com o futuro da nação.

Esse aspecto dá fôlego aos discursos que mobilizavam a propaganda política em torno do nacionalismo. A generalização contida nos símbolos “Brasil” e “brasileiros” cumprem o já mencionado papel de uniformização, incentivando um pensamento coletivo que deveria estar sempre voltado à construção do país do futuro. Economicamente, o milagre era justamente a expressão maior de que esse futuro estava sendo construído, representando, assim, o início do cumprimento dessa missão adotada pelos militares. A tônica da mobilização dos meios de comunicação durante o governo Médici era mobilizada justamente em torno da economia, sendo ela a prova de que as massas deveriam depositar sua confiança no regime, com vistas ao bem-estar nacional.

⁶³ Castro Netto, 2019, p. 91.

O trabalho da AERP seria focado justamente nessa ideia. Sendo um órgão que buscava demarcar costumeiramente as suas diferenças em relação ao DIP varguista, a Assessoria conduzia a propaganda ideológica do governo em um processo de negação da própria propaganda, tratando-a como um elemento educativo e de coesão, e não propriamente de convencimento. Dessa forma, as narrativas utilizadas pela AERP – e também pela sua sucessora, a ARP – consistiam sobretudo na questão nacionalista e nas perspectivas de futuro que estavam postas pela Ditadura. O “país que vai para frente” precisava de uma intensa dedicação e cooperação dos próprios brasileiros para cumprir o seu propósito de grandeza.

A criação da AERP passava também por um objetivo fortemente pedagógico e instrucional. Assim como, no período varguista se buscava erigir um novo tipo de cidadania, Fico (1997) indica que a Ditadura buscou, através da Assessoria, instaurar uma perspectiva de cidadania voltada ao nacionalismo e à coletividade, ocultando elementos que pudessem produzir agitações e falas contrárias e potencializando aspectos voltados ao pensamento comum e à concessão de autonomia e confiança das massas em relação ao governo. Esse processo visava integrar os governados na premissa ideológica que a Ditadura, sobretudo durante o governo Médici, visava passar: o pensamento nacionalista e a coletividade são requisitos básicos para que o Brasil caminhe rumo ao progresso.

Um nítido padrão pedagógico, portanto, criador de uma pauta de preocupações cívicas, e que pretendia estabelecer um tipo de cidadania decorativa, que permitiria a presença ou a “participação” de todos através de iniciativas adjetivas, secundárias, compondo algo como um “cenário de democracia” por meio de comemorações enaltecidas dos feitos dos brasileiros e do Brasil. (Fico, 1997, p.93)

O milagre econômico e seus desdobramentos funcionavam justamente como catalisadores desse discurso voltado à alma coletiva brasileira e ao caráter naturalmente positivo presente em nossa população, que, mais uma vez, precisava apenas de uma condução firme e competente para construir o Brasil ideal. O sucesso das políticas aplicadas durante o governo Médici e a partir da gestão econômica do ministro Delfim Neto representava a eficácia governamental da qual o país estava, supostamente, carente, e reforçava o discurso dos militares, que apontava para o caráter imprescindível do golpe e para a utilidade da Ditadura.

As diretrizes oficiais do governo, que perpassavam a AERP e os meios de comunicação associados, apontavam para os índices positivos daquele período como forma de exaltar a boa capacidade de gestão de Médici, o planejamento impecável do ministro Delfim Neto e o resultado da cooperação desprendida das massas, reforçando a narrativa unitarista e

consensual. Os militares, nesse sentido, haviam cumprido o papel de dar forma às potencialidades adormecidas do Brasil, canalizando os esforços nacionais para o que, de fato, importava: a decolagem do país rumo ao patamar dos países mais desenvolvidos.

Nota-se, cada vez mais, a veiculação de uma narrativa voltada a um compromisso superior, a uma missão quase que espiritual que levava os governantes a abdicarem de sua zona de conforto em nome de um amor ao país, em busca de cumprir o dever cívico de salvar o Brasil da incapacidade de suas massas de conduzirem a si próprias. Essa visão também objetivava angariar um apoio mais firme à figura do presidente, em nome da necessidade de honrar a disposição deste em erigir um futuro de solidez e desenvolvimento para o país.

Essa construção em torno do milagre deveria funcionar, inclusive, como um elemento que conquistaria o apoio de grupos que antes se opuseram ao golpe e à Ditadura. A coesão nacional, justificada pelos índices crescentes do PIB e decrescentes da inflação, serviria para, na visão do governo, suplantar as discordâncias políticas e a polarização que marcou a queda do governo Goulart e a implantação da Ditadura em 1964. O clima de otimismo, conceito pavimentado por Fico (1997), construído por meio do nacionalismo e ao redor do milagre econômico deveria contaminar a população e solidificar o consenso em torno do governo.

Para o historiador, esse clima de otimismo não advinha de um elemento unitário, mas variava de acordo com as necessidades das classes. O elemento do milagre econômico assumiria diferentes frentes e expectativas a depender do grupo social que o interpretava. Carlos Fico aponta que para as elites e classes médias, o otimismo centrava-se na expectativa de inserção do Brasil no patamar do desenvolvimento internacional, enquanto para os trabalhadores e grupos mais humildes, o crescimento econômico do Brasil trazia a esperança de melhores condições de trabalho, vida e renda.

De todo modo, percebemos mais uma vez a inexistência de uma suposta inércia completa das massas, pois há também pela parte delas interesses em disputa. O discurso de país da grandeza e do futuro só encontra espaço por conta da existência da expectativa de algum retorno. Há, por esse ponto, uma diferença crucial em relação à ligação entre as massas e o Estado Novo: o atendimento dessas expectativas. O milagre econômico, embora robusto em números gerais de crescimento, não promoveu distribuição de renda, benesses sociais ou outros aspectos práticos que pudessem justificar a manutenção dessa esperança das massas, convertida em apoio e incentivo ao governo. Na verdade, os próprios índices brutos da economia caíram nos anos seguintes, representando uma forte retração no país e uma fragilização de todo o discurso propagado pelo governo Médici.

Era necessário, portanto, aproveitar ao máximo o auge dessa onda de crescimento e otimismo. Esse era o caminho para solidificar determinados princípios éticos e fortalecer a imagem da Ditadura junto aos mais diversos setores da sociedade, reafirmando a ideia de que o autoritarismo, naquele contexto, era essencial para garantir o desenvolvimento do país. De acordo com Castro Netto (2018), essas premissas caminhavam pela via do “nacionalismo ingênuo”, que, embora fosse fruto do autoritarismo ditatorial, embasava seu discurso em outros elementos, como o conagraçamento coletivo, a unidade familiar da pátria, a cooperação entre as classes e o bem-estar de todos os brasileiros. Por meio dessa visão, Médici objetivava consolidar a imagem de um governo técnico, competente e preocupado exclusivamente com o avanço da nação a qual chefiava.

Além do milagre econômico, outro esteio importante do nacionalismo autoritário fundamentado pela Ditadura foi a Copa do Mundo de 1970, sediada no México e vencida pela seleção brasileira, que alcançou o tricampeonato. Esses dois elementos eram utilizados pela AERP como uma demonstração do estágio de franco desenvolvimento no qual o Brasil se encontrava, que só era possível em decorrência da união nacional chefiada e conduzida pelos militares. Slogans, músicas, peças publicitárias, filmetes e documentários eram produzidos e difundidos com a pretensão de fortalecer a imagem do governo, em torno desse momento de euforia e sucesso.

Além desses aspectos, a comemoração do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972, também foi utilizada como propulsora desse nacionalismo otimista e eufórico. Esses festejos foram considerados a maior mobilização popular em torno do governo Médici e própria da Ditadura, pois representaram a capacidade que a construção ideológica ao redor daquela fase apresentou. Segundo Cordeiro (2011), se constituiu uma grande articulação para planejar e executar o projeto das comemorações, que reuniu setores do governo, militares e representantes da sociedade civil que visaram, em coletivo, desenvolver uma extensa agenda de comemorações que teriam culminância no dia 7 de setembro.

A Comissão Executiva Central, nome dado a essa articulação de setores em torno das festas, projetou, segundo Cordeiro, o início do calendário de comemorações no dia 21 de abril, data que marca o feriado de Tiradentes, com a proposta dos Encontros Cívicos Nacionais. Esses Encontros, que deveriam realizar-se em todo o país, seriam a representação prática de todo o discurso de consenso, conagraçamento e unidade que o governo Médici tanto trabalhou para construir.

Entre abril e setembro, os restos mortais do primeiro imperador do Brasil, D. Pedro I, peregrinaram pelo país em um ato de louvação a quem, supostamente, representara a

conquista da liberdade logo na gênese do Brasil. O ato final, no dia 7 de setembro, consistiria na alocação do corpo do antigo imperador ao lado da imperatriz Leopoldina, em um retorno do “libertador” ao território que foi alvo de seu “ato de bravura”.

Ao mobilizar todo esse símbolo, a Ditadura também traçava um paralelo com as suas ações que, naquele ano, completavam 8 anos em curso: assim como D. Pedro I alçou o país à liberdade ao proclamar a independência em relação a Portugal, os militares e seu dito processo de “revolução” também haviam garantido ao Brasil a soberania e a liberdade necessárias naquele contexto que permeava a segunda metade do século XX. Segundo Cordeiro, era um movimento que resgatava o passado, visando exaltar o presente e apontar para o futuro, que, pelo discurso oficial, seria garantido com o consenso ao redor da Ditadura.

Assim, uma das características que garantiram o sucesso da festa foi justamente sua capacidade de mobilizar e tocar a vida cotidiana das pessoas. Ora, uma comemoração que se propõe uma duração de quase seis meses, não sobrevive apenas de grandes eventos, embora estes tenham sido relativamente numerosos e verdadeiramente grandiosos. Dessa forma, os valores, os heróis do passado, as conquistas presentes e a construção do futuro, as idéias centrais com as quais a comissão organizadora dos festejos trabalhou, ia ao encontro dos anseios de camadas significativas da sociedade, sendo capaz de mobilizá-las em seus ambientes mais cotidianos: escolas, bairros, sindicatos, supermercados, estádios de futebol, etc. Tudo remetia à ideia de que havia algo para se festejar. (Cordeiro, 2011, p. 3)

A autora indica que o sucesso da festa se relaciona à sua naturalização, ao seu caráter cotidiano. Esse fato se relaciona com o próprio perfil de comunicação ideológica do regime, que se define através de um caráter cívico, desmobilizador, pacato e naturalizado, onde não existe manipulação e propaganda, mas sim um trabalho pela garantia da paz, da brasilidade e do desenvolvimento.

Carlos Fico (1997) aponta que o governo ressalta que suas medidas no âmbito da comunicação são focadas em produzir um estado de espírito. Observando por esse prisma, o sucesso das festas do Sesquicentenário baseou-se justamente nesse aspecto da normalidade e da neutralidade, onde se busca fortalecer a ideia de que o governo Médici não obrigava ou direcionava, de maneira tendenciosa, nenhuma ação da sociedade ou discurso de união; antes, era a própria sociedade que construía o clima de consenso e harmonia, tendo o Estado como o seu condutor e representante.

A figura do presidente Médici nesse jogo de construção de coletividade é extremamente relevante. Embora fosse figura de inegável destaque, sobretudo em comparação aos outros presidentes-generais, Médici não carregava em si o personalismo político característico de outros governos autoritários, como era o caso do próprio Getúlio Vargas.

Forte defensor da inserção da propaganda política na Ditadura, Médici não atrai para si os holofotes de maneira exacerbada ou acima do tom institucional do regime, mas é naturalmente interpretado como uma grande liderança, sobretudo quando percebemos que os movimentos mais marcantes e intensos de todo o regime se sucedem sob o comando dele.

Ricardo Martins (1999) aponta que a própria visão construída sobre o general Médici pela revista *Manchete* aponta para as características de abnegação do presidente, que abria mão do seu descanso para cumprir o papel de chefe de Estado e de representante de um país que caminhava para o desenvolvimento. Visto como um governante capacitado, sóbrio e conciliador, Médici é apontado como o governante certo no momento certo, sendo o responsável por equilibrar os efeitos dos anos de prosperidade econômica com os impactos dos anos de chumbo e do auge da repressão militar, dando cada vez mais ênfase ao primeiro aspecto que ao segundo.

Desse modo, temos em Médici a liderança ideal para aquela fase do regime: um homem forte, hábil, patriota e capaz de mitigar conflitos e ampliar as potencialidades do Brasil. Embora não se trate de uma liderança personalista e profundamente carismática como era Getúlio Vargas, Emílio Médici desponta como um presidente extremamente difícil de ser substituído, uma peça fundamental para o funcionamento da Ditadura.

Ricardo Martins aponta que a revista *Manchete* faz questão de ressaltar a missão difícil que teria o sucessor de Médici ao receber um país supostamente em ordem, tendo a missão de manter o equilíbrio político e econômico em um cenário onde a balança já pendia de maneira um pouco mais desproporcional, uma vez que os efeitos do milagre econômico já começavam a passar e o tom da avaliação do regime já começava a mudar de rumo.

De todo modo, o nacionalismo autoritário propagado ao longo do governo Médici, seja pela ação direta da AERP, seja pela ação dos veículos de comunicação aliados da Ditadura, tinha no crescimento econômico o seu aspecto mais valioso. O consenso e a união nacional eram pregados através do discurso do desenvolvimento e fortalecidos através dos resultados positivos cada vez mais amplificados pelo governo e por sua propaganda política. Assim, a lógica de cidadania desenvolvida pelo governo do general Médici se sustentava justamente na concórdia em torno do objetivo nacional da busca pelo país do futuro.

3. ESTUDOS DE CASO: OS PERIÓDICOS *A MANHÃ* (1941-1945) E *MANCHETE* (1969-1974) COMO VEÍCULOS DE PROPAGANDA NACIONALISTA

3.1. A estrutura interna e as relações periódicos-governos.

A análise da estruturação prática desses pressupostos de propaganda política desenvolvidos no seio dos governos de Vargas e Médici pode ser feita através de metódica investigação nas páginas de dois dos principais periódicos em circulação nesses recortes. Ao analisar veículos de comunicação do porte de *A Manhã* e *Manchete*, inseridos em contexto de regimes de exceção, é necessário ponderar as influências externas, os movimentos relativos ao jogo do poder e outros elementos que perpassam as páginas e que vão além das manchetes.

De acordo com Luca (2005), o historiador, ao analisar órgãos de grande imprensa, deve levar em consideração as ambiguidades, os descaminhos, as relações de poder e as questões de ordem financeira, buscando compreender o que leva um periódico a ter determinada característica e expressar visão de mundo e/ou juízo de valor específico. Nos casos de *A Manhã* e *Manchete*, é necessário levar em consideração, sobretudo, o fato de serem dois veículos fortemente influenciados por governos que interferiam, por métodos distintos, no processo produtivo e difusor dos meios de comunicação, visando ampliar seus tentáculos de dominação e arraigar suas premissas ideológicas junto às massas.

A Manhã e *Manchete* apresentam notáveis diferenças em diversos aspectos que analisaremos a seguir, mas se assemelham, sem dúvida, a partir desse elemento: foram veículos de grande alcance que, de algum modo, serviram como instrumento de contato entre o governo e seus governados. E, por conta disso, suas páginas refletem intenções, propósitos, orientações e diretrizes que são notáveis em seus mais diversos aspectos. Luca (2005) ressalta que múltiplos detalhes, por mais singelos que pareçam, são importantes de serem verificados durante a análise minuciosa de um periódico, uma vez que esses detalhes fazem parte de uma complexa construção que objetiva resultados ideológicos contundentes.

Em síntese, os aspectos até agora destacados enfatizaram a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas. (Luca, 2005, p. 138-139)

O jornal *A Manhã* traz consigo alguns traços importantes que exemplificam a postura ideológica e de controle dos meios de comunicação aplicada pelo regime estadonovista. Em primeiro plano, é importante ressaltar que a fundação do periódico – datada no ano de 1941 – é fruto de ação governamental e já se insere no contexto de vigência do DIP, o que indica que o jornal foi planejado para atuar como um braço do governo no âmbito da comunicação. Nesse sentido, *A Manhã* é um veículo pensado, direcionado e orientado para servir aos propósitos do Estado Novo, sendo, desde a sua concepção, dotado de características doutrinárias e marcadamente sectárias.

A fundação do jornal tem ligação direta com a atuação da Superintendência das Empresas Incorporadas à União, órgão então liderado por Luiz Carlos da Costa Netto e que também administrava um outro periódico carioca de viés governista – *A Noite*, liderado por André Carrazzoni. Essa Superintendência integrava esses jornais à complexa estrutura do DIP, fazendo com que estes se tornassem engrenagens de um mecanismo de difusão ideológica ligado diretamente ao gabinete de Vargas.

No caso de *A Manhã*, há de se destacar o fato da criação do periódico advir do próprio desejo do Estado Novo em propalar suas atuações e feitos, diferente de outros periódicos ligados à Superintendência que tinham a sua fundação relacionada a outros momentos históricos e intencionalidades, e que haviam sido encampados por ordem do governo. Esse aspecto é fundamental pois demonstra que os pormenores existentes na estrutura do jornal são pensados estrategicamente pelo governo na sua concepção, o que torna *A Manhã* uma das representações mais fiéis dos propósitos ideológicos e de propaganda política do Estado Novo.

O jornal nasce, portanto, sob a chefia de Cassiano Ricardo, diretor indicado pela Superintendência das Empresas Incorporadas à União, que demarca suas posições frente aos mais frescos debates ideológicos no âmbito nacional e internacional. Cassiano Ricardo havia publicado um livro em 1937 intitulado *O Brasil no original*, no qual defendia um posicionamento político logrado em uma terceira via, afastando-se do comunismo e do fascismo, regimes em voga em importantes países do mundo naquela ocasião. Segundo Brasil (2015), essa perspectiva política agradou o entorno do governo, pois coadunava com as visões do próprio presidente Getúlio Vargas, e, em termos, confirmou as expectativas depositadas no nome de Cassiano Ricardo para chefiar o que seria um veículo de imprensa com ares de comunicação governamental oficial.

O diretor do novo jornal é investido de poderes para escolher sua equipe gestora e

definir a linha editorial a ser seguida por *A Manhã*. Na primeira edição do periódico, veiculada no dia 9 de agosto de 1941, são apresentados os nomes de Barros Vidal, no cargo de secretário, e Álvaro Caldas, na função de gerente, ambos subordinados a Cassiano, que tinha conexão direta com a Superintendência das Empresas Incorporadas à União e com o DIP. Essa estrutura conectava os aspectos mais práticos e operacionais do jornal às premissas mais táticas e estratégicas desenvolvidas pelo governo varguista, em um processo que transformava *A Manhã* em um elemento próprio e característico da gestão do presidente Getúlio Vargas e das diretrizes políticas e ideológicas do Estado Novo.

Ainda nessa primeira edição, Cassiano Ricardo escreveu uma coluna que tinha o objetivo de revelar a linha editorial de *A Manhã*, apresentando aos leitores os propósitos centrais do novo jornal. Na coluna intitulada *A Manhã e seu programa* (Anexo A), Cassiano Ricardo (1941) ressaltou, inicialmente, que o novo periódico não se contentava em ser apenas mais um jornal. Antes, objetivava ser um veículo de abrangência nacional, inovador do ponto de vista técnico e dotado de uma função doutrinária, que seria seu propósito de criação.

Segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2001), esse aspecto doutrinário apareceria no debate acerca das questões econômicas e sociais do país, bem como em relação à política de Estado a ser seguida. A posição de Cassiano Ricardo quando ao distanciamento ideológico do fascismo europeu e do socialismo soviético aparece na defesa de um regime forte, afastado dos princípios clássicos da democracia liberal e que devesse lutar pela preservação das liberdades e da integridade social brasileira. A construção desse modelo de política de Estado, evidenciado por *A Manhã* e suas lideranças, estaria a cargo do Estado Novo, em forte cooperação com os brasileiros, no sentido do fortalecimento de uma mentalidade nacionalista de coletividade.

Essa perspectiva nacionalista é reafirmada por Cassiano ao longo da seção, quando afirma que *A Manhã* teria o papel de “colaborar na formação da consciência brasileira, na defesa do nosso sistema de vida e no combate às ideologias malsãs e forasteiras que pretendam violentar a índole do nosso povo”⁶⁴. A sequência do texto aponta que o jornal viria para exercer uma função pública, em consonância com as políticas de governo implementadas pelo Estado Novo, enxergado como um modelo de governo comprometido com as garantias de soberania, desenvolvimento e nacionalismo.

O texto indica ainda que o acontecimento do dia 10 de novembro de 1937 havia sido responsável por dar fim à desunião brasileira, em um processo de reconfiguração da unidade

⁶⁴ Ricardo, 1941, p. 4

nacional, e que, por conta disso, *A Manhã* nascera com o objetivo de incentivar o conagraamento brasileiro e fundamentar um ideal de nacionalidade compatível com o novo momento inaugurado pelo Estado Novo. Para isso, a ideia era de que o jornal deveria se afastar de previsões pessimistas, mantendo seu enfoque nos feitos do governo e nessa lógica pautada no espírito de grandeza nacional, em mais um movimento apegado a uma pretensa elevação ou capacidade inata do povo brasileiro.

A linha editorial apresentada na primeira edição de *A Manhã* revelava muito do que o jornal praticaria na sequência do período estadonovista. Ao se apresentar como um veículo ligado às aspirações e propósitos do regime varguista, *A Manhã* assumia o compromisso de coadunar com aquilo que o Estado Novo defendia sob o título de “interesses da nação”, prezando pela propagação de uma mentalidade coletiva e reveladora do novo momento instaurado no país. Ao longo de suas publicações e edições, o jornal trabalha em prol desse consenso, estimulando o pensamento nacional e erigindo uma imagem de associação imediata entre o regime e o progresso brasileiro.

Uma vez lançado o novo periódico e definidas as suas bases editoriais, é fundamental nos atentarmos a algumas condições práticas de elaboração e veiculação. Em sua primeira edição, *A Manhã* fixa a sua precificação para venda avulsa e para assinaturas semestrais e anuais. Nos dias úteis, o jornal custava 300 réis, enquanto aos domingos o custo subia para 400. Semestralmente, era possível adquirir uma assinatura no valor de 50 mil réis, enquanto anualmente o valor era de 65 mil réis.

O valor de um exemplar avulso de *A Manhã* em dia útil representava cerca de 0,12% do salário mínimo determinado pelo Decreto-Lei 2162, do ano anterior ao seu lançamento, o que tornava o periódico acessível ao público e, conseqüentemente, de grande circulação entre as massas. Esse aspecto gerava uma ampliação das possibilidades de comunicação entre o governo e as massas, o que reforçava a importância de ter um periódico pautado pelas diretrizes ideológicas do governo.

Francisco Campos, nome de destaque no Estado Novo, reafirmou os propósitos de função social que enxergava na imprensa a partir da fundação de *A Manhã*. Ainda na edição de 9 de agosto de 1941, Campos indicou seu desejo de que o novo jornal fosse a expressão do novo destino do Brasil, pautado na defesa do bem coletivo e, por conseguinte, do Estado, compreendido como o guardião e defensor dos interesses públicos. Essa mensagem reforçava as bases do novo periódico e indicava, de maneira ainda mais clara, a missão que esse meio de comunicação deveria cumprir.

Quanto à sua estrutura interna, *A Manhã* apresentava traços muito próprios de um

jornal de grande porte e trazia em suas páginas uma comunicação assertiva quanto ao seu propósito de fundação. O periódico prezava, necessariamente, por uma quantidade dominante de comunicação textual, lançando mão de recursos imagéticos pontuais. As colunas de texto eram variadas em relação à sua diagramação, o que fazia com que uma mesma página do jornal comportasse informações distintas, de naturezas temáticas distintas. Essa mescla de algumas colunas mais estreitas com outras mais alargadas, algumas vezes intervaladas por imagens ou elementos de propaganda tornava *A Manhã* um periódico dinamizado, que buscava capturar a atenção do leitor por diferentes caminhos.

Outro ponto a se ressaltar é que, diferente do outro periódico alvo de nossa análise – a revista *Manchete* –, *A Manhã* tem sua impressão realizada em preto e branco, o que, em parte, justifica a priorização de elementos textuais a elementos imagéticos. Além, é claro, das inerentes distinções entre um jornal e uma revista, sobretudo em relação à profundidade das matérias e ao tamanho dos exemplares, fatores que potencializavam a utilização de imagens em *Manchete* e reduziam em *A Manhã*.

Em relação à estruturação interna do periódico quanto às seções e colunas, a análise dos exemplares de *A Manhã* entre 1941 e 1945 revela a presença recorrente de colunas como “Trabalho e Assistência Social”. Nessa seção, o jornal desempenhava um papel pedagógico, elucidando a nova legislação trabalhista e apresentando o governo como um protetor dos direitos dos trabalhadores. Ao enfatizar a importância do trabalho e a harmonia entre Estado e proletariado, *A Manhã* contribuía para a construção de um discurso que legitimava o Estado Novo e suas políticas sociais.

A coluna “Presidência da República” complementava essa estratégia de propaganda, humanizando a figura de Getúlio Vargas e reforçando seu papel como líder nacional. Através da descrição detalhada de suas atividades e da divulgação de mensagens e telegramas, o jornal buscava cultivar um culto à personalidade do presidente, associando-o diretamente aos interesses da nação, reafirmando, assim, a política de comunicação do Estado Novo, que visava fundamentar uma visão sobre Vargas que o definisse como o grande condutor do Brasil, que rumava para um futuro de desenvolvimento. Além disso, a seção “O Dia de Ontem em todos os Ministérios” trazia um panorama acerca das atuações do corpo ministerial varguista em diferentes áreas, ressaltando as agendas dos ministros e as decisões relevantes que as pastas haviam tomado.

A publicação diária de perguntas sobre a História do Brasil e de personagens importantes para a nação demonstra outra faceta da estratégia de propaganda do Estado Novo. Ao promover o conhecimento da história nacional e a construção de uma identidade coletiva,

o governo buscava fortalecer o sentimento de pertencimento e, por conseguinte, a ideologia nacionalista. A valorização de figuras como Tiradentes, Deodoro da Fonseca e Cipriano Barata, além do próprio Getúlio Vargas, contribuía para a criação de um imaginário nacional unificado, no qual o indivíduo deveria submeter seus interesses pessoais aos objetivos do Estado.

O periódico também dedicava espaço para divulgar a vida cultural da capital. Atividades teatrais, musicais e artísticas eram anunciadas pelas páginas de *A Manhã* em seções como “O Rio e as suas diversões” e “Onde iremos hoje? ”, em um movimento que também pretendia trazer ares de maior naturalidade ao jornal governista e integrá-lo às dinâmicas da sociedade carioca, que era seu público-alvo. A grande paixão nacional, o futebol, também tinha seu espaço no jornal, que recorrentemente trazia informações acerca dos principais clubes cariocas, e, também, de outras modalidades esportivas.

Há de se ressaltar ainda que A Manhã apresentava em suas páginas um robusto número de anúncios comerciais, dos mais variados tipos. Isso, sem dúvidas, ratifica o alcance e o peso que o jornal alcançara desde os seus primeiros momentos, uma vez que o alto número de anúncios publicitários indica que o mercado considerava as páginas de *A Manhã* extremamente rentáveis e interessantes do ponto de vista comercial.

Todos esses elementos demonstram que a veiculação de *A Manhã* seguiu, claro, o seu propósito ideológico e institucional de criação, seguindo o caminho pavimentado pelas estruturas do DIP, mas também buscou cumprir papéis comuns, recorrentes em jornais independentes e mais tradicionais. É importante compreender que a criação de um periódico fundamentalmente estatista não significa o desenvolvimento de um jornal completamente engessado ou preso a um único foco. Na verdade, para que as políticas de comunicação e direcionamento do Estado Novo surtíssem efeito através de *A Manhã*, era necessário que o jornal tivesse abrangência, circulação, sutileza e métodos de inserção das mensagens oficiais e nacionalistas.

A revista *Manchete*, por sua vez, reúne algumas características distintas das presentes em *A Manhã*. O primeiro grande ponto de distinção diz respeito à sua fundação, que data de 1952, durante a segunda passagem de Getúlio Vargas no poder. Diferente de *A Manhã*, que fora fundada durante o regime autoritário estadonovista, *Manchete* nasce 12 anos antes da instalação da Ditadura Civil-Militar e, mais especificamente, 17 anos antes da chegada do general Médici ao poder. Esse fator indica que o propósito da fundação do periódico não guarda relação com o momento autoritário no qual reside o recorte temporal de nossa análise, o que faz com que a estrutura interna de *Manchete* se adapte, ao longo dos anos, aos

diferentes momentos pelos quais perpassa.

A revista *Manchete* é fruto de uma aposta de mercado de seu fundador, Adolpho Bloch, imigrante ucraniano e originário de uma família envolvida no mercado gráfico russo. Por se tratar de um veículo de fundação e aspirações privadas, *Manchete* tinha, inicialmente, objetivos e métodos diferentes dos empregados em A Manhã, uma vez que seus objetivos de mercado eram muito mais latentes e considerados. De acordo com o jornalista e historiador Gesner Duarte Pádua (2013), *Manchete* se constitui como um título muito mais focado na lógica da indústria cultural do que propriamente na do jornalismo. Para ele, o pouco apego de Bloch em relação às amarras éticas do jornalismo é fundamental para o desenrolar das políticas internas e das relações externas do periódico.

Com sua análise, Pádua indica que a preocupação inicial que direcionou a fundação da revista não se associa diretamente ao cenário político do país, que, naquela altura, vivia uma fase democrática. Contudo, ao longo dos anos, Adolpho Bloch compreendeu a necessidade de se aproximar do poder e promover contatos com os governantes. Conforme o tempo passava, a revista *Manchete* se tornava cada vez mais relevante, ampliando sua circulação e se tornando, no fim dos anos 60, o semanário mais relevante do país, desbancando a revista *O Cruzeiro*, que, nas décadas anteriores, era o grande veículo a ser batido no cenário nacional. Para se firmar nesse mercado e alcançar o topo, a revista de Adolpho Bloch seguiu um rumo de intensos contatos e adaptações.

Manchete era uma espécie de camaleão, que ganhava as cores da ideologia e dos interesses dos grupos no poder em cada época. Transformou-se, por conveniência, em uma cortesã do poder- uma estratégia do velho gráfico Adolpho para garantir a sobrevivência do seu império editorial em meio à instabilidade constante que marcou a história republicana brasileira até os anos 90. (Pádua, 2013, p. 213)

Bloch, de acordo com Pádua, era adepto da lógica do “jornalismo-mercadoria”⁶⁵, o que incentivava a construção de boas relações institucionais em busca da ampliação da lucratividade e da afirmação no cenário da mídia impressa no Brasil. Para isso, Bloch se dedicou a costurar alianças com os mais diferentes governos ao longo de seus anos de funcionamento, fato que demonstra a relação existente entre esse veículo privado e as aspirações dos governos brasileiros.

Esse caráter de adaptação colocou *Manchete* em uma posição confortável em relação às transformações pelas quais o Brasil passara nos anos seguintes à sua fundação. A sequência dos acontecimentos na política nacional dá conta do suicídio de Getúlio Vargas, da turbulenta

⁶⁵ Pádua, 2013, p. 214

conclusão do mandato varguista por Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos, da difícil posse de Juscelino Kubitschek em 1956, da renúncia do presidente Jânio Quadros, dos dilemas quanto à posse e ao governo de João Goulart e, sobretudo, do golpe de 1964 e sua consequente Ditadura. Em todos esses casos, *Manchete* buscava se colocar em uma posição de equilíbrio, buscando construir relações que a beneficiassem.

Essa postura adotada por *Manchete* se tornou cada vez mais evidente e sólida conforme a revista ia se fortalecendo e ganhando notoriedade. Segundo a historiadora Greyce Falcão do Nascimento (2020), os primeiros anos do periódico foram de grande dificuldade, fato que se deve à incipiência da empresa e à grande concorrência de títulos mais consolidados. A autora relata que, até os finais dos anos 1950, a qualidade dos materiais de impressão era baixa e a política editorial era ainda controversa. Esse último elemento é evidenciado, sobretudo, em virtude da chegada de Hélio Fernandes à chefia da revista,

Quando Hélio Fernandes, antigo diretor da revista *O Cruzeiro*, chega em *Manchete*, o propósito era claro: não deixar que o projeto da nova revista naufragasse, dados os índices baixos de venda nos primeiros meses de circulação. Essa missão, segundo Nascimento (2020), foi cumprida com êxito, uma vez que, a partir da chegada de Hélio, os índices comerciais e o número de parcerias publicitárias aumentaram consideravelmente, fazendo com que o periódico chegasse ao índice de 100 mil exemplares pela primeira vez.

No entanto, há uma relevante contrapartida editorial apontada por Nascimento: a chegada de Hélio Fernandes veio acompanhada de uma acentuada liberdade dada por Bloch ao diretor, fato que, em pouco tempo, passou a incomodar o proprietário da revista. Esse incômodo se deve, sobretudo, ao estilo combativo e crítico do diretor, que não poupava críticas às elites econômicas e ao próprio Estado. Adolpho Bloch, por sua vez, entendia que o crescimento da revista não poderia se dar por uma via de embates e polêmicas, uma vez que seus propósitos enquanto empresa eram muito mais ligados à visão das boas relações institucionais. Por conta dessa divergência, Hélio Fernandes deixa a revista *Manchete* aproximadamente dois anos depois de assumir a direção do periódico, fato que abriu margem para uma redefinição das políticas editoriais e dos próprios caminhos que a revista objetivava seguir.

Esses novos caminhos definidos com a saída de Hélio Fernandes e com a chegada de Otto Lara Resende, o novo diretor do periódico, apontaram para o formato que caracterizaria *Manchete* ao longo de sua trajetória: uma postura mais polida, focada em temas pouco polêmicos e pautada por uma abordagem mais amena e amistosa. Durante a segunda metade da década de 1950, a revista absorve cada vez mais as características idealizadas pelo seu

proprietário, se tornando um veículo forte e bem quisto pelos mais diversos governantes que ocuparam a cadeira de Presidente da República.

A posição de *Manchete* era fruto da postura de Adolpho Bloch, que se preocupava em costurar boas relações com todos os governos, tornando o seu periódico em um veículo de forte tendência governista, em que pesem as mudanças de mãos pelas quais o governo passava. Foi no mandato do presidente Juscelino Kubitschek, justamente durante o período de readequação interna do periódico, que Bloch expressou de maneira mais notória a sua posição de proximidade institucional com o comando da república brasileira. Nascimento (2020) ressalta, inclusive, que a relação do dono da revista com o então presidente passara a ser pessoal. JK teve seu governo homenageado pelo periódico diversas vezes, e, mesmo após o fim do seu mandato, continuou sendo uma personalidade muito considerada por Adolpho Bloch.

O posicionamento de *Manchete* se manteve nos governos subsequentes, inclusive durante o comando do presidente João Goulart. Durante o processo de discussão acerca das reformas de base, *Manchete* não se privou de noticiar as propostas de Jango e suas repercussões frente à população brasileira. No entanto, esse aspecto não privou o veículo de sinalizar positivamente quanto ao golpe que derrubou Goulart e inaugurou a Ditadura. O desenrolar dos fatos mostra que, para *Manchete* e seus comandantes, a fidelidade era ao poder, e não aos poderosos. Por esse fator, a revista não teve problemas tão relevantes em relação à instalação da Ditadura em 1964.

As temáticas abordadas pela revista *Manchete* atendiam, em algum nível, as pretensões ideológicas construídas pela Ditadura ao longo dos anos. Sobretudo após o amadurecimento dos órgãos de comunicação do governo – como a AERP –, a proposta era disseminar um clima de normalidade e boas expectativas. Para isso, era necessário minimizar problemas e maximizar os resultados positivos, buscando cada vez mais afirmação e apoio para os militares. A proposta de *Manchete* era profundamente compatível com os desejos da Ditadura, haja vista o foco da revista em trabalhar temáticas de entretenimento, cultura, desenvolvimento e, sobretudo, otimismo.

O grande destaque da revista *Manchete* era o seu profundo enfoque no aspecto imagético. O periódico mostrava, através das imagens, as suas visões e perspectivas acerca dos principais acontecimentos nos âmbitos nacional e internacional, tendo os elementos textuais uma função de complementação para os recursos visuais. Como dedicava boa parte de suas páginas para tratar de assuntos concernentes à cultura e ao entretenimento, as imagens apareciam como fortes aliadas na transmissão das mensagens, sobretudo pelo fato de serem

coloridas e em boa definição, tendo, portanto, a capacidade de apresentar detalhes que a televisão, à época ainda em estágio de transição para a transmissão em cores, ainda não era capaz de apresentar. Segundo Fico (1997), as revistas testificaram à AERP o “poder das imagens”⁶⁶, que, na sequência, seria aprofundado pela ação da televisão.

Pouco texto e muita foto (de excelente qualidade), temas variados, coberturas especiais e um time de colaboradores que incluía algumas estrelas do cenário cultural brasileiro, como Carlos Drummond de Andrade, Carlos Heitor Cony, Manuel Bandeira, Rubem Braga e Fernando Sabino. Essa é a receita que fez de *Manchete* a galinha dos ovos de ouro da Bloch Editores. O retorno financeiro tinha que ser alto, na medida dos investimentos feitos (a maior parte financiada pelo governo federal). E foram. Adolpho modernizou a gráfica, a redação, e comandou pessoalmente a produção da revista. (Pádua, 2013, p. 214)

O processo de modernização da revista, conforme apontado por Gesner Duarte Pádua, contribuiu para a ampliação das vendas de exemplares, fazendo com que *Manchete* superasse a revista *O Cruzeiro* e se tornasse o maior semanário do país em finais dos anos 1950. Esse movimento crescente se seguiu por boa parte da Ditadura Civil-Militar, consolidando a revista de Bloch como um dos mais prestigiados veículos de mídia impressa do país. Em 1968, durante o governo do general Arthur da Costa e Silva, *Manchete* instalou sua sede em um moderno edifício projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer na Rua do Russell, no bairro da Glória.

A mudança para uma nova sede de 12 andares denotava a expansão dos empreendimentos de Adolpho Bloch e sua posição confortável frente ao crescimento dos aparelhos autoritários da Ditadura. Nesse mesmo ano, em dezembro, fora editado o Ato Institucional número 5, que determinou, dentre outras disposições, a ampliação da censura prévia contra os meios de comunicação. *Manchete*, por sua vez, não sofrera grandes danos, sobretudo por conta de seu posicionamento governista e profundamente harmonizado com as premissas ideológicas do regime, que preconizavam a disseminação de um clima de normalidade e a rejeição das grandes agitações. Essa tranquilidade era facilmente detectável nas matérias e imagens da revista *Manchete*.

O periódico chega em 1969, ano da posse do general Emílio Médici, sob a presidência de seu fundador, que tinha como alguns de seus diretores Nelson Alves, Murilo Melo Filho e Arnaldo Niskier. Nesse momento, já como um título fortemente consolidado, *Manchete* faz um importante trabalho de ambientação à figura de Médici em suas páginas, demonstrando uma visão positiva da chegada do general ao poder, dizendo significar, junto a outros

⁶⁶ Fico, 1997, p. 112

movimentos de mudança, mais um passo no “processo de normalização da vida política do país”⁶⁷.

A partir de então, a revista seguiu uma diretriz que em muito serviu aos propósitos do governo Médici. Toda a noção de afastamento de uma fama autoritária do regime e da pregação de uma suposta manutenção da liberdade e da normalidade era corroborada pela forma como *Manchete* construía seu jornalismo e suas publicações. O modelo de propaganda política desenvolvido pelo governo Médici era, inclusive, pautado justamente nesse processo menos focado em uma burocracia de propaganda estatal muito robusta, como era o caso do DIP varguista, e mais amparada pela atuação de veículos privados que guardavam alguma relação com o governo.

Desse modo, *Manchete* cumpria um papel extraoficial que poderia exalar ares de naturalidade. Ora, as publicações do periódico tinham como objetivo ressaltar, com um olhar de tendência positiva, o caminho que o governo Médici trilhava, sem as possíveis suspeições das quais seriam alvos periódicos oficialmente administrados pelo governo. Nesse sentido, a revista *Manchete* funcionava como um influente meio de comunicação privado a serviço da estabilidade pública da Ditadura.

Por óbvio, a importância da revista tinha relação com sua abrangência e circulação, fatores que amplificavam as mensagens de cunho nacionalista e governista junto à população. No final de 1969, recorte referente ao início do governo Médici, a revista *Manchete* custava NCR\$ 2,50, em um contexto onde o salário mínimo brasileiro, em virtude do Decreto-Lei nº 64442, girava em torno de NCR\$ 156,00. Logo, um exemplar da revista representava cerca de 1,6% do salário mínimo. Quando a moeda brasileira mudou de Cruzeiro Novo para Cruzeiro, o valor de um exemplar da revista passou a custar CR\$ 3,00, enquanto o salário mínimo, reajustado pela primeira vez na nova moeda em 1971, passou a CR\$ 225,60, o que representava cerca de 1,33% do salário mínimo.

Essas cifras indicam que o fato de se tratar de uma revista semanal e, portanto, mais robusta, tornava o valor de *Manchete* um pouco mais elevado em comparação com o jornal *A Manhã*. A grande qualidade do material e da impressão, o enfoque nas imagens e sua veiculação a cores também contribuía para o valor relativamente mais alto. Contudo, esse aspecto não comprometia a acessibilidade ao periódico, que atingia recordes de vendas e era o título mais comentado do país durante o governo Médici.

Em relação à sua estrutura interna, o ponto de maior destaque é o já mencionado

⁶⁷ Filho, 1969, p. 16

enfoque nas imagens, sendo estas coloridas e de alta qualidade. Esse aspecto, ligado ao enfoque dado pela revista aos aspectos de entretenimento e cultura, tornavam a revista esteticamente atrativa e rica em detalhes visuais. Além disso, as temáticas de ordem política e/ou econômica abordadas pela revista seguiam um caminho também apoiado nos elementos imagéticos, promovendo experiências textuais somadas às experiências visuais.

Diferente do que observamos em *A Manhã*, a revista *Manchete* não apresentava, em suas páginas, uma grande recorrência de seções entre as edições. Esse fator muito se deve ao desenvolvimento de outros periódicos paralelos dentro do grupo chefiado por Adolpho Bloch, que tinham o objetivo de abordar áreas específicas da cultura, do entretenimento e da vida em sociedade. Títulos como as revistas *Jóia*, de enfoque feminino, *Manchete Esportiva*, posicionada no ramo dos esportes, *Amiga*, focada no âmbito do entretenimento televisivo, e *Sétimo Céu*, um veículo voltado à produção de fotonovelas, dedicavam espaço para trabalhar suas relativas temáticas de forma mais aprofundada e personalizada, de modo que *Manchete* gozasse de uma liberdade de abordagem maior.

Dentro do veículo principal, a recorrência ficava restrita a poucas seções. No início das edições da revista, era comum que um representante da direção – especificamente o diretor-executivo – escrevesse a coluna “Conversa com o leitor”, na qual trazia um texto voltado à temática central daquela edição, normalmente apresentada na capa do periódico. Outra coluna recorrente nas edições analisadas em *Manchete* é a intitulada “Economia em Manchete”, onde os aspectos voltados ao Milagre Econômico e ao desenvolvimento do país eram abordados e difundidos. Ao longo da década de 70, essa coluna transformou-se em “O Brasil em Manchete”, fato que evidencia o impulso nacionalista representado pelo governo Médici e estendido às páginas da principal revista do país.

Com os constantes altos índices de veiculação de *Manchete*, a revista abrigou muitos anúncios publicitários das mais diversas origens. Pelo fato de ser um periódico privado, o posicionamento de mercado da revista de Bloch era muito contundente, fator que atraía as marcas e trazia um retorno ainda maior por parte do mercado privado. Embora exploremos aqui as relações entre a revista e o Estado, *Manchete* foi, por muito tempo, o carro-chefe de um conglomerado de comunicação presidido por Adolpho Bloch, e sua intensa geração de capital possibilitou o crescimento da Editora Bloch e sua atuação em outros ramos, como será o caso da televisão nas décadas seguintes.

Embora se tratem de títulos relacionados a governos autoritários, são notórias as diferenças de propósito, comando, estruturação interna e editoria entre *A Manhã* e *Manchete*. Essas diferenças, no entanto, são minimizadas quando observamos a forma com a qual os dois

periódicos trabalham as suas relações com os respectivos governos em questão. O elemento do nacionalismo, já apontado nesse trabalho, toma rumos de muitas similitudes nas publicações dos dois periódicos, de modo a exercerem papéis de origem semelhante e com objetivos semelhantes, o que torna os dois veículos profundamente comparáveis.

3.2. O nacionalismo instigador de consenso nas páginas de *A Manhã* e *Manchete*.

Para analisar os discursos presentes nos dois periódicos em questão, essa pesquisa se valeu de uma estratégia de seleção de edições baseada no que apresenta a historiadora Letícia Krilow (2019). A estratégia metodológica proposta por Letícia se refere à análise de séries longas de publicação periódica através da técnica de amostragem, na qual há a seleção de uma determinada quantidade de exemplares do periódico para a investigação de tendências e inclinações do veículo em um determinado recorte de tempo.

Nesse sentido, a proposta compreende um mapeamento do número anual de edições do periódico e a promoção de um recorte percentual de edições para a análise. Na sequência, a proposta consiste na distribuição dessas edições ao longo do ano, de forma imparcial, com vistas ao desenvolvimento de um exame consistente da atuação do veículo em questão ao longo do recorte temporal selecionado. A partir desse processo de seleção das fontes, desenvolve-se um trabalho minucioso de leitura e investigação das edições selecionadas, de modo a construir um panorama detalhado das tendências daquele veículo.

Esse método proposto por Letícia Krilow foi aplicado pela própria historiadora na análise de periódicos como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Última Hora*, demonstrando efetividade no processo de compreensão de tendências em cada um desses títulos. Ao aplicar esse método nos títulos em questão nessa pesquisa, objetivamos compreender essas tendências voltadas ao nacionalismo inserido nos projetos autoritários de Vargas e Médici.

No caso de *A Manhã*, periódico de veiculação diária – a exceção das segundas-feiras –, registravam-se, em média, 305 edições anuais. Com um recorte percentual mínimo de 10%, analisamos cerca de 30 publicações anuais, distribuídas de forma dispersa ao longo dos meses, alternando as semanas e os dias de cada exemplar analisado⁶⁸. Consideramos o

⁶⁸ Por exemplo: em janeiro de 1942, foram analisadas as edições do 1º domingo, da 2ª quarta-feira e da 3ª sexta-feira do mês. Já em fevereiro do mesmo ano, a análise se deteve aos exemplares da 3ª terça-feira, da 2ª quinta-feira e do 1º sábado do mês. Na sequência, consideramos a leitura de exemplares de domingo, quarta e sexta localizados, respectivamente, na 4ª, 3ª e 2ª semana do mês de março. E, assim, de maneira sucessiva entre agosto de 1941 e outubro de 1945.

recorte temporal a partir de agosto de 1941, quando o jornal *A Manhã* foi lançado, e outubro de 1945, quando a experiência do Estado Novo varguista foi encerrada.

Já em relação ao estudo das fontes em *Manchete*, revista de circulação semanal, registramos uma média de 51 edições ao ano. Com o mesmo recorte percentual mínimo de 10%, foram analisadas ao menos 5 edições por ano, distribuídas de forma alternada entre os meses do ano⁶⁹. Nesse caso, consideramos o recorte entre novembro de 1969, primeiro mês de governo do general Médici, e fevereiro de 1974, último mês completo de Médici a frente da presidência.

Essa proposta de seleção de fontes permitiu que observássemos uma evolução cronológica dos projetos de comunicação empregados em cada um dos periódicos, compreendendo o gradual desenvolvimento das estratégias de propaganda nacionalista ao longo dos anos e a aplicação dos programas ideológicos de cada um dos governos nas páginas de *A Manhã* e *Manchete*, levando em consideração as particularidades envolvidas em cada um desses periódicos e nos ecossistemas que os cercavam.

O trabalho com essas amostragens das fontes permitiu que traçássemos a visão estrutural anteriormente apontada, no que tange às divisões de colunas, repetição e transformação de seções e persistência de publicidades e anúncios comerciais. Além disso, a investigação tornou possível notar a aplicação dos programas editoriais de cada um dos dois veículos ao longo dos anos, suas mudanças em relação aos processos políticos e suas posições perante às transformações vigentes no país.

Ao observar imagens, notícias, crônicas, colunas e informativos, foi possível notar nuances fundamentais com relação não só às mensagens veiculadas, mas também quanto às formas através das quais elas foram transmitidas. Desse modo, *A Manhã* e *Manchete* se apresentam como importantes registros documentais acerca da política e da sociedade brasileiras em períodos tão marcados pelo autoritarismo e pelo direcionamento de informações. Através desses registros, é possível desenhar um panorama acerca dos propósitos dos governos Vargas e Médici quanto ao Brasil e aos brasileiros.

Como já apontamos, a primeira edição de *A Manhã*, de 9 de agosto de 1941, apresenta com didatismo os propósitos editoriais e ideológicos do novo jornal. As colunas desenvolvidas por Cassiano Ricardo e Francisco Campos (Anexo B) davam o tom dos caminhos a serem seguidos pelo novo periódico, em uma ligação direta com as diretrizes de

⁶⁹ Por exemplo: em 1971, analisamos as edições da 1ª semana de janeiro, da 2ª semana de março, da 3ª semana de maio e assim sucessivamente. Já em 1973, compreendeu-se a análise da 1ª semana de fevereiro, da 2ª semana de abril, da 3ª semana de junho e por essa alternância em diante.

comunicação do DIP. Esses textos em questão costumam aspectos teóricos da ideologia autoritária do Estado Novo, apresentando premissas baseadas na coletividade, na abdicação dos interesses individuais, no nacionalismo e na autoridade inata do regime.

Desde o seu nascimento, *A Manhã* é categórica ao demarcar as diferenças entre o modelo político anterior ao varguista – a saber, o oligárquico – e o regime introduzido em 1930 e aprofundado em 1937. Cassiano Ricardo (1941) afirma que o periódico surge em um momento em que “o corpo e a alma do Brasil emergem de um processo revolucionário que nos restituiu os veios mais secretos de nossa originalidade como povo e como Estado”⁷⁰. Essa perspectiva visa fundamentar a noção de que o governo varguista – sobretudo na fase do Estado Novo – é o responsável pela criação de um novo entendimento de país, através do qual o povo brasileiro resgatara a sua própria identidade.

Para garantir a difusão dessa concepção, *A Manhã* se valeu de maneira sistemática das comparações com a fase oligárquica ao longo dos anos. Em um processo que se baseava no fortalecimento da ideia de desordem e falta de comando na república anterior, o jornal defendia que os esforços coletivos deveriam se voltar para a manutenção do regime varguista, para que se rechaçasse quaisquer possibilidades de retorno ao modelo anterior.

Para defender essa ideia, o periódico dedicava significativo espaço para as ações, agendas e discursos do presidente Getúlio Vargas e de seu corpo ministerial, em um processo que visava construir uma imagem de esforço de um governo presente e conectado às necessidades de seus governados. Nesse processo, as pautas no sentido da nacionalidade e das questões sociais ganhavam um espaço deveras relevante, uma vez que se pretendia ratificar a noção de Estado presente a partir das mudanças reais sentidas na vida da população, sobretudo dos trabalhadores. A primeira edição de *A Manhã* não deixa a desejar no que se refere à ilustração dos propósitos do jornal e dos caminhos que seriam seguidos ao longo dos anos: nela, encontramos registros importantes do dia-a-dia do presidente e de membros do governo, colunas relativas às questões de trabalho e justiça social, demarcadores de diferenças entre o varguismo e o liberalismo oligárquico, elementos de valorização nacional e coletiva e demonstrações da postura assumidamente centralista e autoritária do Estado Novo.

A primeira edição de *Manchete* após a posse do general Emílio Médici em 1969, publicada no dia 1º de novembro daquele ano, também traz alguns traços reveladores em relação ao modo de atuação aplicado pela revista ao longo do governo. A edição dá o devido

⁷⁰ Ricardo, 1941, p. 4

destaque à chegada de um novo chefe ao poder executivo federal, ressaltando a importância da escolha por Médici e a representação que este trazia consigo, em um processo de fortalecimento das bases do sistema republicano que completaria 80 anos naquele mês. Sob o título “Médici acerta o passo” (Anexo C), a matéria traz a imagem do presidente enquanto comandante de uma espécie de processo de reconstrução do equilíbrio do regime, em um momento que sucedia a assinatura do AI-5 e o fechamento do Congresso Nacional.

Nessa representação, o início do governo Médici era retratado como um momento de reconstrução do equilíbrio político a partir de procedimentos como a instalação de uma nova carta constitucional e a convenção partidária da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). As imagens apresentadas junto aos elementos textuais da matéria trazem por repetidas vezes a figura do presidente, cercado de sua equipe de governo recém-escolhida e empossada. Ainda nessa mesma edição, há uma nota que menciona aplausos ao novo presidente em um jogo de futebol no estádio Beira-Rio, em Porto Alegre⁷¹ (Anexo D). A menção aponta com entusiasmo para o fato, afirmando que o comum nesse tipo de evento é a ocorrência de vaias. De forma sutil, *Manchete* indica suas boas relações e previsões quanto ao novo governo.

Trazendo consigo um caráter menos explícito e doutrinário que *A Manhã*, a revista *Manchete* utiliza da pluralidade de assuntos característica das suas publicações para abordar temáticas voltadas à noção de coletividade, cooperativismo mútuo e protagonismo estatal ao longo dos anos do governo Médici. Não era raro observar exaltações ao perfil do presidente, às propostas de governo e aos índices positivos alcançados pelo Brasil no período de 1969 a 1974. Entretanto, o fato de se tratar de um veículo privado e, portanto, sem relações de comando estatal oficializadas, a forma de expressão ideológica é profundamente distinta do que se observa em *A Manhã*, tanto quanto ao meio, tanto quanto à mensagem.

A gestão Médici foi, em termos, um ponto de distinção em relação aos outros governos da Ditadura, sobretudo no que se refere ao protagonismo do presidente. Embora não se trate, nem de longe, do perfil personalista traçado em direção à Getúlio Vargas no Estado Novo, o destaque dado à Emílio Médici tem relação, inclusive, com o momento econômico vivido pelo país, em um processo que, indiretamente, fortaleceu a imagem do general enquanto líder político.

Na edição de 13 de dezembro de 1969, *Manchete* traçou um perfil descritivo do “Estilo Médici” (Anexo E), tratando-o enquanto um personagem “sóbrio, discreto e

⁷¹ Posto de Escuta, 1969, p.140

seguro”⁷² que, de forma desprendida, abriu mão do descanso pós-carreira militar para se dedicar a uma missão essencialmente nacional. Desse modo, o presidente não estaria a serviço de si próprio, buscando honra pessoal ou os louros da popularidade. Antes, almejaria um bom governo, pautado pela disciplina, pela boa gestão e pela liderança exemplar, para que, desse modo, fosse enxergado como um bom presidente.

É óbvio que o General Médici, com tão poucos dias no governo, não tem a ilusão de já se considerar um grande presidente. Corteja a popularidade, mas não é demagogo. Quer ser líder, mas sem prepotência. Considera-se um chefe, mas não um arbitrário. Tenciona mostrar-se ao povo, mas sem exibicionismo. Sonha com a disciplina consentida, mas não imposta. Quer ser combatido, pede à Oposição que se oponha, implora aos adversários que o fiscalizem, mas não admite ser ameaçado. (Filho, 1969, p. 28)

Esse perfil, traçado nos primeiros momentos do governo, é mais um passo em direção ao processo de demonstração da expectativa depositada no novo presidente quanto a uma suposta pacificação do cenário político pós-Costa e Silva. As agitações dos anos anteriores, que contaram com uma oposição mais aguerrida em vários setores da sociedade, deveriam ser pacificadas pela “postura de sobriedade” do novo presidente. Desse modo, o perfil de Médici era relevante em decorrência das expectativas depositadas para a sequência do regime.

Na edição de *Manchete* de 6 de junho de 1970, uma outra coluna também intitulada “Estilo Médici” (Anexo F) reforça a perspectiva de “homem metódico e determinado”⁷³ depositada sobre o presidente. A matéria de Murilo Melo Filho preocupa-se em discorrer acerca dos gostos pessoais do general Médici, da relação deste com sua equipe de governo e seus governados, sempre tratando o presidente enquanto um homem fortemente centrado nos propósitos inerentes ao seu cargo e, sobretudo, à sua missão nacional.

Ao longo dessa edição, a revista *Manchete* insiste sistematicamente na temática nacionalista. O desenvolvimento do governo Médici e a disputa da Copa do Mundo de 1970 – ocorrida naquele mês – ajudam a explicar o enfoque dessa edição, que dedica um grande espaço para tratar da Seleção Brasileira, desde aspectos mais objetivos, referentes ao modelo de jogo, até expectativas e previsões quanto ao desempenho do time na Copa disputada no México. A grande paixão nacional ganhava natural espaço no país do futebol, mas não é desprezível o aspecto nacional embutido nessa campanha, uma vez que a participação da Seleção era amplamente festejada por Médici e considerada mais uma vertente do projeto de

⁷² Filho, 1969, p. 26

⁷³ Filho, 1970, p. 6

recuperação da harmonia do Brasil. O reconhecido slogan “Pra frente, Brasil” embalava tanto o time quanto o país em crescimento.

Nesse sentido, a edição da primeira semana de junho de 1970 se aproveita do conagraçamento característico da Copa do Mundo para explorar a questão nacionalista de diferentes formas. Na reportagem denominada “Quem é o nacionalista?”⁷⁴ (Anexo G), o jornalista Carlos Chagas explora as variadas formas de apresentação do pensamento nacionalista, distinguindo projetos que se escoraram nessa premissa ideológica ao longo dos anos. O texto começa afirmando categoricamente que o nacionalismo é uma premissa que quase todos apoiam, mas não tarda em apontar que, talvez, o único elemento em comum entre as várias visões existentes sobre o nacionalismo seja a definição dicionarizada de “defesa dos interesses nacionais”.

A reportagem de Carlos Chagas menciona versões que se apropriaram do discurso nacionalista, como foi o caso do projeto da Ação Integralista Brasileira, do desenvolvimentismo de Kubitschek e do que o jornalista chama de ação populista, em referências aos governos petebistas da fase anterior da República. Em todos esses casos, o nacionalismo é entendido como um meio para fortalecimento de bases e desenvolvimento de projetos políticos.

No caso das vertentes nacionalistas apropriadas pelo próprio regime, a reportagem menciona duas que, por nossa visão, representam de maneira fiel a relação do governo com a sociedade brasileira. O primeiro, apresentado pelo general Afonso Albuquerque Lima, é definido como “novo nacionalismo militar”, assentado sobre a premissa de que “é bom para o Brasil o que é bom para o povo brasileiro”⁷⁵. Desse modo, o general posiciona seu posicionamento de modo a se distanciar de premissas estrangeiras ou, até mesmo, da simples oposição ao modelo político e social de outras nações. Para ele, a construção desse nacionalismo próprio e original afastaria, por si só, influências de ideologias fascistas ou comunistas. Lima afirma que a construção do nacionalismo brasileiro dizia respeito à solução de problemas internos, concernentes a governantes e governados do Brasil, e não à meras oposições ideológicas internacionais.

A segunda visão sobre o nacionalismo que identificamos como parte do projeto ideológico do regime é apresentada pelo Ministro da Fazenda Delfim Netto, que entende o nacionalismo enquanto uma atitude necessariamente racional, e não puramente passional. Para ele, visões nacionalistas que se opõem frontalmente a medidas econômicas de abertura,

⁷⁴ Chagas, 1970, p. 27

⁷⁵ Lima, 1970, p. 32

ou seja, que proporcionam uma ligação entre a economia local e as dinâmicas globais, demarcam uma leitura atrasada e incongruente com projetos de desenvolvimento nacional.

Delfim Netto menciona, nesse sentido, as temáticas do capital estrangeiro, do sistema cambial e da exploração mineral como demarcadoras de divergências entre visões nacionalistas emocionais e racionais. No caso da visão emocional, existe, segundo o ministro, uma aversão às relações com a economia estrangeira no que tange às temáticas acima mencionadas, em uma interpretação que consiste na noção de que a soberania nacional é afetada na medida em que o capital internacional intervém, em algum nível, nas estruturas econômicas internas. Essa visão, de acordo com Delfim Netto, nada mais é do que a prática ingênua do “jogo da esquerda malandra, ágil e inteligente”⁷⁶.

Rechaçando, portanto, essa visão, o Ministro da Fazenda apresenta a compreensão econômica que a Ditadura tem acerca do nacionalismo. Por ela, não se compreende o nacionalismo como um fator de proteção integral da economia, ou de intervencionismo estatal nos assuntos de mercado. Antes, os militares compreendem as relações liberalizadas com o mercado externo, seja no âmbito do comércio exterior, da exploração de recursos naturais ou nas questões de câmbio, como fatores de potencialização da economia nacional, dos interesses brasileiros, e, conseqüentemente, do futuro da nação.

De algum modo, esse discurso também fortalece um afastamento de propósitos entre a Ditadura e os períodos anteriores, marcados, indubitavelmente, pelas influências do trabalhismo varguista. Esse processo de diferenciação econômica demarca distância para projetos desenvolvidos nas décadas anteriores, como no caso da nacionalização industrial varguista e das reformas janguistas. O contexto do Milagre Econômico evidencia essa distinção, uma vez que se observa a explosão dos índices de importação e de endividamento externo, ao passo que também crescem os números referentes à concentração de renda e à desigualdade social. Em perspectiva comparativa, o nacionalismo varguista e o nacionalismo da Ditadura apresentam esse importante indicador de diferença econômica, constituindo projetos que rumam para destinos distintos, ainda que sob um mesmo justificador ideológico.

A Manhã traz algumas menções acerca dessa ótica nacionalista inserida na política estatal do regime estadonovista. Na edição do dia 2 de dezembro de 1941, o sociólogo Djacir Menezes desenvolve em um texto no periódico a compreensão nacionalista brasileira vigente no contexto do varguismo. Sob o título “Nosso Nacionalismo” (Anexo H), o texto aborda as características da construção nacional brasileira, destacando a autossuficiência do Brasil

⁷⁶ Netto, 1970, p. 33

enquanto nação e ressaltando as possibilidades de desenvolvimento interno presentes no seio do próprio Estado brasileiro.

Djacir Menezes (1941) aborda a existência de visões que desejavam dissipar o pensamento nacional, em uma teoria que se debruçava sobre a chegada da “hora humana”, e não mais a vigência da “hora das pátrias”⁷⁷. No entanto, o regime que se instalara nos anos 30 viria na contramão dessa premissa, reforçando a necessidade de fortificar o sentimento nacional e a identificação coletiva em torno do Estado. Esse processo, segundo Menezes, pautava-se na defesa dos interesses brasileiros em detrimento aos anseios individuais ou facciosos. O pensamento liberal é apontado pelo sociólogo em tom de crítica, realçando a possibilidade de o Brasil funcionar a partir de si próprio, rejeitando, segundo ele, os exemplos de quaisquer outros povos.

Interesses estranhos, à sombra desse gabado liberalismo, que permitia frutificarem organizações alheias, imiscuíam-se dentro da vida nacional, enleando-se nos nossos interesses vitais como esses cipós parasitas que, depois de engrossarem, acabam estrangulando o tronco que os amparou (Menezes, 1941, p. 4)

Menezes é imperativo ao afirmar que o verdadeiro patriotismo é aquele que coloca os interesses nacionais acima dos externos, em uma clara menção ao intervencionismo econômico que marcou períodos pretéritos da história brasileira. Desse modo, justificam-se as políticas socioeconômicas da Era Vargas, no sentido de valorizar a produtividade econômica local através das políticas sociais de valorização do trabalho e de potencializar a construção e o crescimento de indústrias nacionais e estatais, que se tornariam o exemplo maior da luta pela soberania brasileira.

Todo esse novo projeto nacionalista centrava-se, por óbvio, na figura do presidente Vargas. Diferente do que se nota na Ditadura, há um personalismo latente inserido nos propósitos ideológicos do Estado Novo e que se torna ainda mais evidente quando analisamos as publicações de *A Manhã*. Discursos, imagens, honrarias e elogios ao presidente eram comumente veiculados enquanto parte do desenvolvimento desse programa de soberania nacional, compreendendo Vargas enquanto a personificação da autonomia e da grandeza autossuficiente do país. A visão de uma liderança fortalecida e centralista também transmitia o recado do abandono de práticas faccionadas por parte do país, em busca do resgate da unidade nacional e da reafirmação do protagonismo brasileiro quanto ao seu próprio caminho.

Na edição do dia 24 de fevereiro de 1942, o escritor Heitor Moniz publicou uma

⁷⁷ Menezes, 1941, p. 4

coluna cujo título era “Todo o Brasil ao lado do presidente”⁷⁸ (Anexo I). Neste texto, se fortalece a noção de unificação política e social no país no sentido de tornar Getúlio Vargas a única autoridade capaz de ditar os rumos certos para a nação, em um processo que afasta o passado de divisões partidárias e estaduais e mira na consolidação de um presente e na promoção de um futuro onde os estados, comandados pelas interventorias varguistas, seriam representantes locais da expressão da vontade do chefe da Nação.

A coluna de Moniz expressa a mensagem central que o Estado Novo pretendia transmitir aos seus governados: nenhum tipo de dissensão ou atividade fragmentada deveria perturbar a ordem construída pela intervenção de novembro de 1937. O texto é taxativo ao expressar que nada deveria perturbar “a maravilhosa harmonia geral que permite ao presidente Getúlio Vargas o controle absoluto da situação” e que, ao contrário, era indispensável “apoiar e prestigiar incondicionalmente o chefe da Nação”⁷⁹.

O trabalho de personalização do Estado Novo permanece evidente ao longo dos 5 anos de publicações analisadas em *A Manhã*, desde o processo de afirmação e auge do regime até o momento de seu declínio. Em todos esses momentos, a liderança varguista é tida com um olhar soberano, incontestável e acima de qualquer discordância ou oposição. Essa característica é ilustrativa em relação ao processo de construção de consenso, haja vista o esforço de tornar as decisões do presidente da República em objetos inquestionáveis, fundamentando a noção de que as massas deveriam crer na liderança varguista acima de quaisquer convicções ou pensamentos.

Essa mensagem é, mais uma vez, reafirmada por *A Manhã* nas edições que circundavam o aniversário de Getúlio Vargas, comemorado no dia 19 de abril. Na publicação do dia 2 de abril de 1943, em matéria enviada pela Agência Nacional⁸⁰, há uma coluna em menção ao aniversário do presidente, na qual se ressaltam as publicações em periódicos referentes ao seu dia natalício ao redor do Brasil (Anexo J). Nelas, como em *A Manhã*, se exaltam as qualidades de homem público e de representante social dos trabalhadores atribuídas a Vargas, tratando-o como o primeiro governante desde o imperador D. Pedro II a reunir tanta simpatia popular. Seguindo por esse caminho, a coluna aponta que o presidente não era um mero chefe de Estado, mas sim um “amigo dos brasileiros”⁸¹.

Era comum que, ao longo do mês de abril, as menções positivas ao presidente Vargas

⁷⁸ Moniz, 1942, p. 4

⁷⁹ Ibidem

⁸⁰ A integração entre *A Manhã* e a Agência Nacional se dava por intermédio do DIP, uma vez que ambos os órgãos estavam sob o comando do Departamento e seguiam diretrizes estritamente ligadas ao núcleo-duro do regime.

⁸¹ O aniversário do presidente Getúlio Vargas, 1943, p. 4

subissem significativamente. Ainda em 1943, as edições seguintes de *A Manhã* abordavam a data comemorativa como motivo de grande celebração nacional, fato que apresentava uma das tendências do Estado Novo: mesclar Estado, governo e presidente de maneira quase indissociável. A “criação do tempo festivo”⁸² tinha o nascimento do líder máximo do Estado Novo como um dos elementos de congraçamento nacional, junto a outras datas como o aniversário do regime, no dia 10 de novembro, o Dia do Trabalho, em 1º de maio, e as proclamações da Independência e da República, nos dias 7 de setembro e 15 de novembro, respectivamente. Aqui, o método utilizado pelo governo visava entrelaçar as datas marcadamente fundamentais da história nacional aos dias relevantes no contexto do governo, com o objetivo de unificar todas essas datas sob o imperativo da nacionalidade.

Nesse sentido, as edições dos dias 14, 15 e 18 de abril de 1943, por exemplo, fazem referência ao aniversário do presidente em tom de comemoração, gratidão e apego a uma representação pública tão relevante. A visão paternal empreendida em direção à figura de Vargas era o fio condutor para o desenvolvimento de uma memória de agradecimento a ele por todas as mudanças observadas no Brasil desde a Revolução de 1930 e, sobretudo, a partir da deflagração do Estado Novo em 1937. Nessas edições, veiculavam-se as agendas de comemoração da data pelo país, os motivos para a celebração do nascimento do presidente, depoimentos de membros do governo sobre seu chefe e, claro, a importância da data e do líder para a construção do nacionalismo brasileiro.

Publicada na edição do dia 18 de abril, a coluna “Dia de festa nacional” (Anexo K) dá o tom dessa junção do tempo festivo ao movimento de construção ideológica nacionalista por parte do governo. Aqui, o jornal *A Manhã* afirma que Vargas dá sequência a uma visão pan-americanista erigida por intelectuais como Alexandre de Gusmão e José Bonifácio, sendo, ainda, o responsável por inaugurar uma nova perspectiva de democracia social com as legislações trabalhistas. Assim, Vargas teria afastado o Brasil dos totalitarismos e inserido o país em um regime único, personalizado e adaptado às reais demandas do país, sendo, portanto, o condutor ideal e representante sublime dos reais interesses das massas no Brasil.

Tudo isto foi compreendido pelo povo brasileiro, que celebrará, amanhã, o dia do Presidente, ou seja, o dia da união nacional. O Brasil tem um chefe, iluminado pela estrela de um grande destino. Ao lado do grande Roosevelt, Getúlio Vargas interpreta – brasileiroamente – a voz das Américas. (Dia de festa nacional, 1943, p. 4)

Como já mencionamos, a abordagem acerca de Médici nos anos 1970 apresenta

⁸² Gomes, 2005, p. 216

diferenças significativas em relação ao enfoque dado a Getúlio Vargas no Estado Novo. Embora Médici, em comparação com os outros generais-presidentes da Ditadura, tenha recebido holofotes maiores, não é possível defini-lo como um governante propriamente personalista. Esse fato tem relação com o próprio formato da Ditadura Civil-Militar, que, embebida em um verniz democrático, não assumia seu caráter autoritário, mantendo ativas instituições referentes à democracia, mesmo que fortemente aparelhadas ou alijadas de sua autonomia plena. Dessa forma, a existência de dois partidos políticos e de eleições – ainda que indiretas – para o Executivo federal afastava a possibilidade da permanência extensa de uma única liderança à frente do governo.

Os fatores que levam destaque ao general Emílio Médici têm a ver com o momento político de sua eleição e posse – após a decretação do AI-5 – e também com os aspectos econômicos associados ao Milagre. A missão de, pela ótica do regime, reconstituir a estabilidade política e desencadear um impactante desenvolvimento econômico enobrecia o mandato de Médici, ao passo que confirmava a confiança do núcleo-duro do regime acerca das capacidades do presidente. Desse modo, as páginas de *Manchete* nos revelam, sim, uma dedicação à figura de Médici enquanto liderança importante para o avanço nacional, embora não haja uma equiparação aos esforços de *A Manhã* no sentido de erigir a imagem de Vargas ao posto de uma autoridade que se confundia com o próprio Estado.

Manchete dá destaque à figura de Médici em diversas ocasiões e por diferentes motivos. Um deles é a relação e contato do presidente brasileiro com chefes de outros Estados pelo mundo, sobretudo no contexto latino-americano. Sendo o Brasil o primeiro país a adentrar em um regime autoritário no continente no contexto dos anos 60 e 70, havia um claro papel de representação por parte da Ditadura brasileira quanto aos regimes de segurança nacional que seriam posteriormente instalados nos países vizinhos, também instituídos sob a justificativa da suposta ameaça comunista.

Na publicação do dia 24 de julho de 1971, a revista *Manchete* reporta o encontro de Médici com o general Alfredo Stroessner, que presidiu o Paraguai entre os anos de 1954 e 1989. O objetivo do encontro deu título à matéria do periódico: “Uma ponte une Brasil e Paraguai”⁸³ (Anexo L). Tratava-se da inauguração de uma ponte que ligava o estado do Paraná ao território paraguaio, passando pelo rio Apa, e que fazia parte de um projeto de ligação rodoviária entre Assunção, capital do Paraguai, e Brasília. Como era comum na revista *Manchete*, a reportagem traz imagens do encontro entre os dois generais-presidentes,

⁸³ Neves, 1971, p. 122

bem como do momento da inauguração da ponte.

Na edição do dia 25 de março de 1972, a revista destaca em sua capa o encontro de Médici com o então presidente da Argentina, o general Alejandro Agustín Lanusse, que governara o país vizinho entre 1971 e 1973. Sob o título “O encontro da amizade”⁸⁴ (Anexo M), a reportagem conta com imagens do encontro e ressalta os discursos de Médici e Lanusse no sentido de reafirmar o laço de amizade histórica entre as duas nações e fortalecer os compromissos de cooperação e desenvolvimento entre os dois Estados.

Manchete se esforça em retratar Médici enquanto um presidente atuante, trabalhador e nunca inerte. Além desses e de outros encontros diplomáticos, que denotavam o fortalecimento das relações internacionais brasileiras, a revista não poupava esforços na divulgação das agendas e dos compromissos de Médici dentro do próprio território brasileiro. No volume publicado no dia 4 de setembro de 1971, a revista veicula uma matéria produzida por Murilo Melo Filho intitulada “Quando Médici voa”⁸⁵ (Anexo N), que retrata as longas horas de viagem do presidente ao longo dos menos de dois anos de mandato que contabilizava àquela altura.

A reportagem ressalta que, para governar um país com as dimensões do Brasil, um presidente precisava, necessariamente, se deslocar de maneira intensa, a fim de dar conta da pluralidade de demandas existentes no território. Segundo o texto de Filho, já havia passado o tempo em que o chefe do governo tinha a possibilidade de ficar encastelado no Palácio do Catete, alheio a tudo o que acontecia no resto do país. Na verdade, continua Filho, o Palácio da Alvorada não serviria como refúgio da realidade a nenhum governante do presente ou do futuro. E Médici era retratado justamente como um presidente que não se distanciava de suas responsabilidades, tendo passado, em menos de dois anos à frente do governo, cerca de 240 horas em voo, cumprindo a árdua missão nacional que, supostamente, lhe fora conferida.

Essa imagem de governante incansável e dedicado é associada por *Manchete* ao contexto de crescimento econômico do início dos anos 70. A já mencionada coluna semanal intitulada “Economia em Manchete” abordava as virtudes econômicas e alardeava o crescimento nacional, mas não era apenas essa seção que se dedicava a esse aspecto. Eram veiculadas, também, diversas matérias específicas ao longo das publicações em referência aos feitos de economia, infraestrutura e desenvolvimento durante o governo.

Na edição do dia 17 de outubro de 1970, a seção “Economia em Manchete” ressalta o

⁸⁴ O encontro da amizade, 1972, p. 4

⁸⁵ Filho, 1971, p. 113

bom momento vivido pelo empresariado brasileiro no contexto do governo Médici. Sob o título “Crescendo com o Brasil” (Anexo O), a matéria indica o número de 500 gigantes empresariais em franca evolução lucrativa no ano. Há, no fim do texto escrito pelo jornalista João Pinheiro Neto, uma frase que sintetiza de maneira satisfatória a posição do regime frente às críticas contra o autoritarismo e o desequilíbrio social: “Paz social é empresa livre e próspera – e isto também é democracia”⁸⁶.

A dimensão econômica, nesse sentido, era entendida como fator justificativo de todas as outras questões que envolviam o regime. Ora, se o PIB estava em crescimento, a inflação sob controle e a lucratividade empresarial em alta, todos os outros problemas eram encarados como meros detalhes. A produção de consenso tinha essa pretensão de desvio de foco, e a narrativa do contundente crescimento econômico nacional era o sustentáculo do discurso de sucesso e aptidão da Ditadura.

O mesmo João Pinheiro Neto escreve à mesma coluna na edição de Manchete do dia 4 de setembro de 1971, em reportagem com o ministro da Indústria e do Comércio, Marcus Vinicius Pratini de Moraes. A matéria, intitulada “Os caminhos da indústria” (Anexo P), ressaltava a evolução do setor e os incentivos dados pelo governo Médici a essa área, partindo de investimentos na casa dos milhões de cruzeiros. Ao fim do relato, Neto diz que as declarações do ministro foram “importantes e esclarecedoras”, dada a relevância da indústria para a expansão das capacidades e potencialidades da economia do Brasil. O jornalista fecha a reportagem com a seguinte conclusão: “Importante setor da vida econômica da nação, entregue à liderança objetiva e lúcida, atua em termos de Brasil grande, com desenvoltura e sentido do futuro.”⁸⁷

Esse tipo de narrativa, comum ao governo Médici, caminha em consonância com os postulados da ideologia nacionalista da Ditadura, incentivando a perspectiva de crescimento econômico através da unificação de propósitos e do consenso nacional, conduzidos e potencializados pelas ações dos militares. As noções de grande e futuro apontam, mais uma vez, para um discurso que afirma uma suposta posição de desordem e descontrole no pré-64, desfeita e reorganizada pela ação política dos militares, que estariam, através do novo modelo político, recolocando o Brasil nos trilhos e levando-o a alcançar suas potencialidades.

A relação público-privada é o grande mote da economia sob Médici, sendo reiteradamente ressaltado o entendimento do governo de que os antigos princípios do

⁸⁶ Neto, 1970, p. 67

⁸⁷ Neto, 1971, p. 83

nacionalismo econômico radical não contribuía para o real desenvolvimento nacional, as relações entre o Estado brasileiro e os entes privados, sejam eles nacionais ou internacionais, contribuíram para os tão celebrados índices de crescimento do Milagre. Por esse viés, as notícias em *Manchete* acerca desse bom relacionamento e das contribuições da iniciativa privada aos propósitos de grandeza do Brasil não eram raras.

Outra menção ao empresariado industrial e suas associações com o governo de Emílio Médici aparece na edição do dia 29 de abril de 1972, onde uma matéria intitulada “Empresariado estimula o desenvolvimento”⁸⁸ (Anexo Q) discorre acerca das relações entre Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as políticas econômicas do governo. A publicação destaca a atuação das indústrias privadas em projetos de inserção profissional e de assistência social, contribuindo, assim, não apenas de forma quantitativa, mas também qualitativa para o crescimento da nação. Como de praxe nesse periódico, ao centro da matéria se observa uma imagem do presidente da República em conversa com o então presidente da CNI, Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto.

A referência ao aumento dos índices de exportação do país também era tema recorrente nas páginas da revista *Manchete*. Na publicação de 16 de setembro de 1972, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, escreve uma matéria para o periódico discorrendo acerca das exportações e da importância destas para a composição econômica e para o desenvolvimento do país⁸⁹ (Anexo R). Além disso, a mesma edição dedica páginas para uma reportagem de Perry Cota cujo título era “Tudo Made in Brazil”⁹⁰ (Anexo S), ressaltando a transição do mercado exportador brasileiro: da agricultura e do extrativismo para a manufatura e o maquinário rebuscado.

Os ricos recursos visuais da reportagem sugestionam um processo de evolução econômica do país e de integração às grandes dinâmicas do mercado internacional, superando a hegemonia agrícola e integrando novas formas de produção de riqueza. Móveis, roupas, fertilizantes e artigos variados foram retratados com imagens de alta qualidade, em um processo de retratação do progresso e do dinamismo da economia brasileira sob a gestão de Médici. A mesma edição traz, na sua 80ª página, um anúncio publicitário de um livro publicado pela Editora Bloch, escrito pelo jornalista Murilo Melo Filho e prefaciado pelo ministro Delfim Netto, cujo título era *O Milagre Brasileiro* (1972), reforçando a narrativa de desenvolvimento nacional, unidade e otimismo.

⁸⁸ Empresariado estimula o desenvolvimento, 1972, p. 110

⁸⁹ Netto, 1972, p. 44-45

⁹⁰ Cota, 1972, p. 46-54

A leitura positiva acerca do presidente Médici, com enfoque em seus feitos econômicos e seu forte comando político se estendeu até mesmo ao momento onde se planejava a sua sucessão. Com um mandato previsto até o março de 1974, já era possível observar as discussões acerca da sucessão do presidente pouco mais de um ano antes. Em mais uma reportagem de Murilo Melo Filho, a edição de 3 de fevereiro de 1973 aborda a questão sucessória com tranquilidade e equilíbrio. Ao longo da matéria, intitulada “A Sucessão”⁹¹ (Anexo T), são evidenciados os índices e feitos econômicos do governo, tratando com naturalidade o processo de sucessão, que deveria, de maneira automática, passar pelo crivo do então presidente.

Murilo Melo Filho salienta que, nessa fase, o regime superou as antigas práticas políticas, nas quais a preocupação do presidente nos últimos anos de mandato não era propriamente com o governo, mas sim com a preparação de sua sucessão. Agora, por ocasião da suposta renovação trazida a reboque pelo regime, o método seria outro: investir na sequência e conclusão de projetos concernentes ao crescimento nacional. As obras faraônicas, como a Ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica, a manutenção dos índices do PIB, a continuidade da redução inflacionária e outras medidas referentes ao contexto do Milagre deveriam ser continuadas, e não interrompidas em virtude da abertura de um processo de decisão sucessória.

A matéria indica que essa tranquilidade se deve ao fato da confiança das massas brasileiras na figura de Médici, bem como ao bom trânsito do presidente junto ao alto comando da Ditadura. Além dos índices e dos feitos que, em tese, lhe garantiam popularidade e estabilidade, a proximidade do presidente em relação ao ministro do Exército, Orlando Geisel – irmão do general que viria a suceder a Médici, Ernesto Geisel –, também era um fator de salvaguarda de estabilidade para que o processo de transição fosse feito de maneira tranquila.

Parece fora de dúvida que o Presidente Médici será o grande árbitro de sua sucessão. Qualquer fórmula ou candidato – seja quem for – surgirá possua mão e com seu beneplácito. Esta posição de juiz decisivo foi-lhe concedida pela rara situação de prestígio político, popular, militar e pessoal a que atingiu em todo o país: poucas vezes um chefe de Estado chega no Brasil, como ele está chegando neste final de mandato, cercado por uma auréola tão grande de respeito, de apoio, de apreço e de estima (Filho, 1973, p. 12)

Até o fim do mandato, a figura do presidente é ligada a outros feitos econômicos por *Manchete*, a exemplo dos índices de importação e exportação, mais uma vez, e obras de

⁹¹ Filho, 1973, p. 12-13

infraestrutura e integração. A edição do dia 8 de dezembro de 1973, pouco mais de três meses antes do fim do governo, ressalta duas atuações de Médici no sentido infraestrutural e de desenvolvimento. A primeira diz respeito à inauguração do Terminal de Paranaguá, um corredor de exportação no Paraná (Anexo U). Já a segunda se trata da Barragem do Rio Descoberto, inaugurada em Brasília para solucionar problemas de abastecimento de água para mais de 1 milhão de pessoas. Em ambos os casos, a presença do presidente Médici é retratada, fotografada e celebrada, em mais um processo de divulgação política das ações do governo para a garantia do futuro da nação.

Todos esses elementos econômicos exaustivamente exaltados e divulgados representavam, por si só, a diretriz dada ao nacionalismo pela Ditadura, pelos seus aliados na imprensa privada e pelos seus órgãos de propaganda política, como a AERP. Além desse nacionalismo econômico propagado, não eram raras as menções diretas ao espírito de coletividade nacional e de conagração das massas brasileiras pela revista *Manchete*. Não são poucos os meios através dos quais esse espírito era celebrado, tendo como exemplo importante um repetido processo de exaltação da capital nacional em seu propósito de integração.

Construída durante o governo de Juscelino Kubitschek, aliado político e amigo pessoal de Adolpho Bloch, Brasília era repetidamente celebrada pela revista *Manchete* ao longo dos anos. Na edição de 25 de abril de 1970, o periódico celebra os 10 anos da nova capital com uma série de reportagens sob o título “Brasília: ano 10”⁹² (Anexo V), repletas de imagens que louvam as grandes construções e o espírito de integração exposto no Distrito Federal. As matérias expressam a fé na grandeza do Brasil e nas potencialidades do homem brasileiro através de um panorama acerca de todos os elementos positivos que a capital do país oferecia.

A Catedral de Brasília⁹³ é tema de reportagem na edição do dia 2 de janeiro de 1971 (Anexo W), sendo interpretada enquanto um monumento cristão que também representava a alma coletiva de um povo e a expressão de um ideal de nação. Brasília volta a ser tema na publicação de 29 de abril de 1972, na reportagem “Brasília: Ano 13”⁹⁴ (Anexo X), com mais uma coletânea de fotografias da capital. O fundador de *Manchete* também se dedica a escrever uma coluna sobre a capital, cujo título foi “Brasília-72”⁹⁵ (Anexo Y), no qual discorre sobre sua história no Brasil e sua proximidade com Juscelino Kubitschek, além de

⁹² Praxedes, 1970, p. 62-91

⁹³ Valadares, 1971, p. 68-83

⁹⁴ Filho, 1972, p. 87-99

⁹⁵ Bloch, 1972, p. 101

ressaltar a estabilidade e o progresso garantidos pelo governo do presidente Médici. Para Bloch, Brasília era um dos sustentáculos do nascimento de um novo Brasil

Outro claro exemplo dessas menções ao espírito nacional, tanto por iniciativa oficial do governo quanto pela atuação própria dos meios de comunicação, diz respeito aos festejos em homenagem ao sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972. A já mencionada edição de 29 de abril e a do dia 6 de maio do mesmo ano dedicam boa parte de suas páginas para reportar o processo de transferência do corpo do Imperador D. Pedro I de Portugal para o Brasil (Anexo Z). A chegada dos restos mortais do responsável pela proclamação da independência brasileira e a ideia de que eles circulassem por entre os estados do país fora compreendida por duas perspectivas: a primeira diz respeito ao laço diplomático entre Brasil e Portugal, enquanto à segunda faz parte do processo de expressão de memória coletiva e nacional oficial.

A reportagem de Murilo Melo Filho na edição de 6 de maio faz uma ode às ações diplomáticas de aproximação com Portugal feitas pelo governo Médici, ressaltando as negociações para a transferência do esquife do Imperador. Além disso, o texto constrói uma narrativa histórica sobre o próprio Brasil, afirmando que, naquela quadra da história nacional, o país havia alcançado um progresso que demorou a chegar, mas que seria motivo de orgulho para o conquistador Pedro Álvares Cabral e, sobretudo, para D. Pedro I. Segundo as diretrizes ideológicas e de propaganda política da Ditadura, o Brasil finalmente havia chegado ao patamar de nação que, supostamente, lhe fora projetado desde 1500.

Transformando todo esse processo em festa nacional, a proposta de circulação do corpo do Imperador seria celebrada por *Manchete* como mais um elemento de coesão nacional. Unindo-se dois povos por corpo e coração de D. Pedro I, o povo brasileiro celebraria seu progresso, seu desenvolvimento e seu futuro em torno da comemoração dos 150 anos da conquista de sua autonomia política. Desse modo, o governo Médici, ao mesmo tempo em que sedimenta o sentimento nacional ao redor de uma data histórica, fortalece a visão de que o Brasil nunca estivera tão bem quanto naquele momento, no qual, segundo o que sugeria o governo, se conectavam prosperidade, união, boa gestão e grandes perspectivas de futuro.

Do mesmo modo em que o foco da revista *Manchete* estava posto nas realizações econômicas do governo Médici, o jornal *A Manhã* empenhava-se em destacar, sobretudo, os feitos das políticas sociais e trabalhistas do governo Vargas, visando fundamentar o entendimento de que a partir de Vargas, sobretudo no pós-37, o Brasil estava trilhando um caminho bem definido e coerente com as necessidades do país. A lógica da cidadania

trabalhista permeia a sociedade brasileira no Estado Novo, em um processo que pretendia associar, de maneira cada vez mais sólida, a imagem do trabalhador brasileiro à própria identificação nacional e à noção de colaboração com o crescimento brasileiro.

O fato de *A Manhã* ser um veículo diretamente comandado pelo governo faz com que as menções de louvor ao trabalhismo varguista sejam mais explícitas, com um constante trabalho de comparação com a realidade liberal oligárquica anterior. Na edição do dia 12 de novembro de 1941, dois dias depois do regime estadonovista completar seus 4 anos de vigência, o professor e advogado Cândido Mota Filho escreve para *A Manhã*, em matéria repassada pela Agência Nacional, intitulada “Para que o Estado se identificasse com a Nação.”⁹⁶ (Anexo AA). Em clara referência à descentralização oligárquica, o autor indica que a instalação do Estado Novo fez nascer um novo estágio de organização política, social e ideológica no país, no qual a desunião seria superada pelo consenso nacional, sob a liderança de Getúlio Vargas, que proporcionava políticas de reorganização social e econômica voltadas plenamente às necessidades do Brasil, e não mais aos interesses individuais.

Ainda nessa mesma edição, Oliveira Viana deixa valiosa contribuição para o entendimento das premissas de ideologia e ação política do regime. Sob o título “A política social da Revolução”⁹⁷, Viana destaca que as transformações pelas quais o Brasil passava desde a década de 1930 eram respostas à desordem e às crises observadas no período anterior, sendo as mudanças em questão mediadas por um chefe de Estado capaz de apaziguar conflitos e equilibrar anseios dos mais diversos grupos sociais do país, principalmente das massas trabalhadoras. Essa capacidade de mediação atribuída a Vargas se justificava, sobretudo, por conta do trabalho feito pelo presidente quanto às questões sociais, equilibrando as reivindicações populares ao equilíbrio econômico e ao crescimento do país.

Havia alguém colocado justamente no centro do governo, que conteve estes impacientes, alguém que moderou o ímpeto desses agitadores avançados, entre os quais havia espadas que tinham rutilado nos campos de batalha da revolução. Ora, este alguém, esta força moderadora foi o chefe do governo revolucionário. Com a sua visão realista e pragmática, ele soube colocar a questão social dentro do quadro das nossas realidades. Com o seu claro senso das possibilidades das massas trabalhadoras a solução mais harmoniosa, mais sensata, mais justa, mais consentânea, não só com a nossa estrutura econômica e social, como com a nossa própria índole nacional, com as condições específicas da nossa própria psicologia coletiva. (Viana, 1941, p. 3)

⁹⁶ Filho, 1941, p. 3 e 9

⁹⁷ Viana, 1941, p. 6

A exaltação a essa transformação social executada no Estado Novo se repete ao longo dos 5 anos em que coexistiram o regime e o jornal *A Manhã*. Na publicação do periódico feita no dia 19 de março de 1942, Menotti Del Picchia escreve um texto sob o título “O Brasil é assim...” (Anexo BB), no qual demarca o “bom senso”⁹⁸ brasileiro em não se pautar em elementos externos ao produzir sua revolução social, uma vez que o país detinha um território, uma composição social e uma cultura peculiares e que demandavam esforço na construção de uma identidade política própria. Ao defender essa ideia, o autor reforça a perspectiva da coletividade nacional e do esforço varguista em construir bases sólidas para a afirmação dos novos modelos de política, economia e, sobretudo, sociedade no país.

No dia 1º de maio de 1942, data que marca o Dia do Trabalho, foi publicada uma coluna denominada “Somos uma democracia de trabalhadores”⁹⁹ (Anexo CC), colaborando com a narrativa oficial de que a Revolução de 1930 e seu aprofundamento em 1937 produziram como resultado a formação de uma identidade nacional e política fundamentada no elemento do trabalho, que, a partir dos benefícios “concedidos” pela benevolência do regime, se tornou o grande balizador do funcionamento social do país. Desse modo, não se poderia mais conceber o Brasil, especialmente no pós-1937, sem considerar o trabalho enquanto um pilar essencial da formação social e da identificação nacional. Assim sendo, ao definir bases e legislações trabalhistas sólidas, Vargas estaria também construindo uma perspectiva de nação, de desenvolvimento e de união.

Em discurso publicado no dia 15 de julho de 1942 em *A Manhã*, Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias Paulistas, corrobora essa visão. A frase “o trabalho exerce uma função social, em favor do bem comum”¹⁰⁰, escolhida para dar título ao discurso (Anexo DD), reforça a importância da questão trabalhista na nova composição nacional, trazendo o entendimento de que o exercício laboral não é meramente uma questão de sobrevivência individual, mas também um caminho para a construção de uma nação forte, autônoma e coesa.

Através dessa política de exaltação às transformações sociais construídas pelo regime, *A Manhã* ia reiterando a ideologia nacionalista inserida na propaganda política estadonovista em todas as oportunidades, reforçando a noção de combate à inimigos internos ou externos que promovessem a desunião e o afastamento dos propósitos de progresso defendidos pelo

⁹⁸ Picchia, 1942, p. 4

⁹⁹ Somos uma democracia de trabalhadores, 1942, p. 4

¹⁰⁰ Simonsen, 1942, p. 3

governo. A edição do dia 6 de novembro de 1942 repercutia a fala do ministro Marcondes Filho, da pasta do Trabalho, para o programa de rádio a “Hora do Brasil”, destacando a seguinte afirmação: “Um Estado não se afirma pelo que promete, mas por aquilo que realiza”¹⁰¹ (Anexo EE).

Nesse discurso, o ministro aponta o cumprimento das promessas do presidente Vargas aos trabalhadores brasileiros, destacando não apenas a elaboração, mas também o pleno funcionamento das legislações trabalhistas e das instituições de garantia, como a Justiça do Trabalho e os sindicatos corporativos. São mencionados direitos como a Previdência Social, o salário mínimo e a jornada máxima de trabalho diário como forma de recordar às massas trabalhadoras os direitos que lhe haviam sido “outorgados”. Esse discurso cumpre um papel que objetivava salientar a noção de que as concessões do governo haviam sido feitas conforme a benignidade do presidente ao prometer aos trabalhadores uma realidade de maior segurança social, afastando, mais uma vez, perspectivas de conquistas mediante lutas proletárias organizadas de maneira independente.

Alguns meses depois, a narrativa de Marcondes Filho se repete nas páginas do jornal. No dia 6 de fevereiro de 1943, em mais uma matéria advinda de um discurso do ministro em “Hora do Brasil”, ele associa mais uma vez as mudanças sociais e o bem-estar coletivo à própria construção do destino do Brasil. O texto “A legislação social e a democracia do futuro”¹⁰² (Anexo FF) discorre acerca da dedicação do Estado Novo em “dar ao Brasil uma legislação social, que fosse perfeitamente adequada às nossas condições”¹⁰³, eliminando dissensões e problemas sociais que viessem a atrapalhar o equilíbrio e o sucesso do país. Esse novo regime de políticas sociais demarcava, para Marcondes Filho, “a concordância entre o povo e o governo”, trazendo o espírito nacional e coletivo para o centro das atitudes e decisões da cúpula do Estado Novo.

Na edição do dia 6 de abril de 1943, a matéria “Política do trabalho” (Anexo GG) retorna à temática das legislações trabalhistas, mencionando, mais uma vez, as benesses sociais concedidas por Vargas em benefício das massas trabalhadoras. O mesmo se repete no dia 7 de maio do mesmo ano, quando, dentro da coluna fixa Trabalho e Assistência Social, Marcondes Filho afirma que a CLT, aprovada 6 dias antes, era “um código de paz, de ordem, de bem comum e de progresso”¹⁰⁴ (Anexo HH). Em dezenas de outras oportunidades, as leis trabalhistas são novamente mencionadas e lembradas, em um processo de constante

¹⁰¹ Filho, 1942, p. 3

¹⁰² A legislação social e a democracia do futuro, 1943, p. 4

¹⁰³ Ibidem

¹⁰⁴ Filho, 1943, p. 6

rememoração dos feitos do governo aos trabalhadores, objetivando manter a fidelidade das massas e aplacar qualquer tipo de mobilização de massas fora das rédeas governamentais.

Essas sucessivas reafirmações pretendiam garantir o clima de consenso nacional, fidelizando os trabalhadores ao governo e ao presidente, fortalecendo novamente a congruência entre Estado, nação e governo. Na edição do dia 17 de junho de 1943, essa pretensão é reafirmada pela matéria “O Brasil e a concórdia social” (Anexo II), que utiliza de um discurso do Papa Pio XII acerca da temática do equilíbrio social para reiterar o cumprimento dos requisitos para tal equilíbrio no Brasil.

O salário justo e garantido, a assistência aos que trabalham, são realizações fecundas da legislação brasileira, sob o regime de 10 de novembro, ao qual, por inspiração do presidente Getúlio Vargas, se deve a esplêndida obra de harmonia, de paz e de fraternidade que se tornou possível e praticável sem o apelo ao massacre coletivo e às utopias igualitárias que, em outros países, custaram rios de sangue. (O Brasil e a concórdia social, 1943, p. 4)

No dia 14 de outubro de 1943, o texto “O novo regime e a colaboração das classes” (Anexo JJ) reitera a mesma visão. Ao retomar o discurso do presidente Vargas em Pelotas, no dia anterior, a matéria afirma que, diferente dos governos oligárquicos, o Estado Novo não encarou os anseios das classes trabalhadoras como lesivos ao país. Antes, preocupou-se em erigir uma política de assistência social capaz de mitigar os problemas anteriores e de produzir uma realidade de equilíbrio, e não de confronto entre as classes.

Outras publicações ao longo do Estado Novo fazem menção ao “novo clima social”¹⁰⁵ (Anexo KK), ao “Regime fiel ao Brasil”¹⁰⁶ (Anexo LL) e à “Democracia social”¹⁰⁷ (Anexo MM), cumprindo o papel de propaganda política em busca do consenso, e usando, para isso, o nacionalismo e as políticas sociais em conjunto. Esse trabalho perdurou até os momentos finais do regime, quando a transição começa a ser projetada e a construção feita em torno de Vargas e de seu governo vai ser reorientada com vistas à garantia da sucessão.

Boa parte do ano de 1945 é dedicada, especialmente, à pavimentação do caminho da sucessão. O cenário do iminente encerramento da Segunda Guerra Mundial e da construção de um novo panorama político internacional, composto pela liderança da democracia liberal norte-americana e do socialismo soviético, exigia novos posicionamentos e práticas políticas por parte do Brasil, que fora um importante agente na luta dos Aliados contra o Eixo. Com o combate aos fascismos quase finalizado, se suscitava uma discussão acerca da democracia e

¹⁰⁵ Um novo clima social, 1944, p. 4

¹⁰⁶ Regime fiel ao Brasil, 1944, p. 4

¹⁰⁷ Democracia social, 1944, p. 4

das liberdades eleitorais, sobretudo nos países que guardavam uma proximidade maior com os Estados Unidos da América, caso do Brasil. A edição publicada por *A Manhã* no dia 12 de abril de 1945 traz um texto sob o título “A resistência da democracia”¹⁰⁸ (Anexo NN), no qual evidencia que o processo de reconstrução eleitoral pelo qual o Brasil passava não era exclusivo, mas representava uma tendência internacional naquele contexto. No entanto, a matéria rechaça o retorno às práticas individualistas anteriores, reafirmando o propósito de um novo modelo político pautado na centralidade do poder nacional, agora ratificada pelo sufrágio direto.

O debate, portanto, passou a ser tensionado no sentido da reabertura política, da reconstrução partidária e da deflagração de um processo eleitoral em substituição ao Estado Novo varguista. No lugar de resistir de maneira contundente a essa tendência, o governo decidiu capitanear esse processo, fazendo com que a transição não fosse marcada pelo apagamento ou pela condenação dos feitos do regime, mas que fosse entendida como um meio de manutenção e prosseguimento das políticas sociais e da liderança de Getúlio.

Formam-se, então, forças partidárias posicionadas em diferentes espectros da política, a exemplo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que agregava as forças varguistas, do Partido Social Democrático (PSD), que também guardava relação com alguns elementos do trabalhismo, e da União Democrática Nacional (UDN), grupo fortemente inspirado pelo liberalismo. Esse trabalho gradual visa deixar nas mãos do governo os louros pela recuperação da democracia eleitoral, intenção que é confirmada em *A Manhã*, na edição do dia 3 de fevereiro de 1945, em matéria intitulada: “O presidente Vargas – diz o “New York Times” – sente que é chegado o momento para as eleições”¹⁰⁹ (Anexo OO). No texto, se ressaltam as falas do presidente quanto ao retorno das eleições, frisando que o ocorrido em 1937 pretendia afastar o Brasil dos extremismos. Dessa forma, a narrativa passa a estar na mão de Vargas, visto como agente de impedimento de ações extremistas e de recondução do Brasil à plena normalidade democrática.

O contexto do fim da Segunda Guerra Mundial traz destaque a uma figura da equipe de governo do Estado Novo: o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra. Atribuiu-se à liderança de Dutra a boa campanha do Brasil no conflito, fato que popularizou o nome do ministro e o transformou em postulante à sucessão. Mesmo que Dutra não tenha se filiado ao PTB, mas sim ao PSD, Getúlio compreendeu que uma transição equilibrada passava pelo

¹⁰⁸ A resistência da democracia, 1945, p. 4

¹⁰⁹ O presidente Vargas – diz o “New York Times” – sente que é chegado o momento para as eleições, 1945, p.

nome do general, que, de algum modo, manteria a hegemonia da política trabalhista e o legado deixado pelo Estado Novo.

Dessa forma, *A Manhã* buscou conceder a Dutra um destaque cada vez maior em suas páginas. No dia 25 de março de 1945, é publicada uma matéria sob o título “A candidatura nacional”¹¹⁰ (Anexo PP), que ressalta a congruência de forças e grupos em torno da figura do general Dutra, reafirmando o compromisso dele com o civismo, o desenvolvimento e as políticas sociais. O texto dá destaque à carreira militar do candidato e ao compromisso de Dutra com o Brasil, reiterando que eleger Dutra significava dar prosseguimento à jornada que trilhava o país, rumo ao desenvolvimento.

Nunca o país atingiu tamanho esplendor, pelo acervo de suas realizações administrativas e pela projeção extraordinária de nossa atitude, em face dos problemas continentais e mundiais. Prosseguir nessa obra será, sem dúvida, um dos objetivos do futuro presidente da República. (A candidatura nacional, 1945, p. 4)

A edição do dia 3 de abril de 1945 define Eurico Dutra enquanto “o homem do momento” (Anexo QQ), em clara referência à atuação do general no comando das tropas Brasileiras na Segunda Guerra, mas também projetando as possibilidades de futuro que se revelavam com a candidatura de Dutra à presidência. Ao mesmo tempo, a edição do dia 12 do mesmo mês destaca a ausência de projeto político contundente do principal opositor de Dutra nas eleições vindouras, o brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN. O texto “As ideias pessoais do candidato oposicionista”¹¹¹ (Anexo RR) conclama o candidato a expressar suas propostas e visões para o futuro do Brasil, afirmando que o eleitor não pode confiar em um presidenciável que ainda não havia apresentado suas perspectivas para o país.

Até o fim do Estado Novo, *A Manhã* seguiu, portanto, com estes propósitos: louvar o legado de Getúlio Vargas, promover a candidatura de Eurico Gaspar Dutra e manifestar oposição à UDN e à candidatura de Eduardo Gomes. As matérias veiculadas sustentavam narrativas como: “Getúlio Vargas iniciou no Brasil uma nova era para as massas”¹¹² (Anexo SS), “Getúlio Vargas, no meio da multidão, confundido com o povo, recebe uma das maiores consagrações populares já feitas a um homem público no Brasil”¹¹³ (Anexo TT), “O povo sabe ser grato àquele que nunca lhe faltou”¹¹⁴ (Anexo UU), reforçando o objetivo de produção

¹¹⁰ A candidatura nacional, 1945, p. 4

¹¹¹ As ideias pessoais do candidato oposicionista, 1945, p. 2

¹¹² Getúlio Vargas iniciou no Brasil uma nova era para as massas, 1945, p. 3 e 6

¹¹³ Getúlio Vargas, no meio da multidão, confundido com o povo, recebe uma das maiores consagrações populares já feitas a um homem público no Brasil, 1945, p. 1

¹¹⁴ O povo sabe ser grato àquele que nunca lhe faltou, 1945, p. 1

e difusão de um consenso nacionalista em torno da figura do presidente Vargas.

Ao mesmo tempo, o jornal sustentava versões de descrença e desrespeito ao rito eleitoral por parte da oposição, acusando-a de falta de espírito público de coletividade, a exemplo do fora publicado na edição do dia 2 de outubro de 1945, com destaque para a seguinte frase: “A Nação está avisada e está alerta. A oposição não desistiu de seus propósitos de perturbação. Toda essa boataria que ela inventa tem finalidades subversivas”¹¹⁵ (Anexo VV). Seguindo esse caminho, os veículos de propaganda política do Estado Novo, a exemplo de *A Manhã*, seguiam no propósito de tornar o legado estadonovista e a própria figura do presidente indissociáveis do Estado brasileiro, mesmo com a chegada de um novo momento político.

3.3. Os efeitos da propaganda nacionalista unificadora instrumentalizada pelos regimes.

Observando todas as nuances até então apresentadas, é possível identificar similitudes e diferenças bem demarcadas entre os projetos de propaganda política nacionalista aplicados às páginas de *A Manhã* e *Manchete*. O nível de destaque dado à figura presidencial em ambos os casos é distinto, haja vista o papel fortemente personalista do Estado Novo e o caráter mais discreto dos presidentes da Ditadura Militar. Embora Médici ainda represente um protagonismo maior que os outros 5 generais-presidentes do regime, não se pode dizer que o seu governo buscou construir ao seu redor uma estrutura de devoção, fato que era notório na atuação do DIP e dos meios de comunicação estadonovista.

Outra diferença latente entre os dois projetos de comunicação é o enfoque às temáticas centrais dos governos. No caso de *A Manhã*, notamos a presença constante da exaltação às políticas sociais e de trabalho, entendidas como meio para alcançar a cidadania, a união nacional e o desenvolvimento. Por sua vez, *Manchete* tem como elemento propulsor de seu discurso a narrativa do Milagre Econômico, utilizada para propagar a mensagem de um país nos trilhos, em desenvolvimento e em busca de um futuro de glórias. Em ambos os casos, o discurso de unidade nacional é o fio condutor para a difusão dessas políticas e para o convencimento das massas em relação aos feitos e atuações dos governos.

A massificação desses discursos perdura até os momentos finais de cada um dos governos, promovendo a imagem dos regimes e adaptando-se a acontecimentos que

¹¹⁵ A Nação está avisada e está alerta. A oposição não desistiu de seus propósitos de perturbação. Toda essa boataria que ela inventa tem finalidades subversivas, 1945, p. 3

coexistiam aos feitos que eles queriam exaltar. A Segunda Guerra Mundial, no caso do Estado Novo, foi utilizada como mais um aspecto demarcador de nacionalidade, patriotismo e coragem ligados ao regime. Já no caso do governo Médici, a Copa do Mundo de 1970 é um fator que reforça as narrativas de sucesso nacional, de um crescimento imparável e do otimismo crescente ligado aos excelentes índices produzidos naquele contexto.

Embora observemos que, no final do mandato de Médici, os índices econômicos comecem a recuar e as fragilidades do Milagre comecem a aparecer, a transição para o governo de Ernesto Geisel ainda é fortemente marcada pelo discurso do crescimento, pela exaltação dos feitos executados entre 1969 e 1974 e pela narrativa de consenso ao redor do presidente Médici. No caso de Vargas, a narrativa da transição democrática é, como já observamos, capturada pelo DIP e pelos veículos de comunicação, que transformam a reconstrução partidária e a abertura do processo eleitoral de 1945 em frutos de decisão e ação do próprio presidente Vargas, que passa a capitanear o cenário político dos primeiros anos da República Democrática, sendo a figura de maior destaque e influência junto às massas trabalhadoras.

Essas e outras questões podem ser interpretadas como fruto de toda a estrutura de comunicação e propaganda política desenvolvida no seio dos dois governos. O DIP e a AERP, cada um ao seu modo de atuação, os veículos privados e os núcleos dos regimes obtiveram, no que se refere ao convencimento público e à garantia de apoio popular, resultados relevantes durante e após seus períodos de administração, seja na construção de um imaginário popular em torno dos governos e de seus feitos, seja no processo de continuidade política e de construção de base de sustentação entre as massas.

Os frutos dessas políticas de comunicação podem ser avaliados em diversos níveis. Ângela de Castro Gomes (2005), ao traçar seu célebre panorama sobre o trabalhismo, discute o processo de encerramento e substituição do Estado Novo, avaliando o clima e as articulações políticas dentro e fora do governo nos anos finais do regime. Quando o contexto da guerra e as novas dinâmicas nacionais e internacionais tornam latente a necessidade de reabertura política, as movimentações da situação e das oposições são nítidas.

O projeto liberal, que viria a ser capitaneado pela UDN e por grupos ligados à grande imprensa, começa a disputar a aceleração da abertura política e a possibilidade de assumir as rédeas do Estado Nacional. Como já observamos, a narrativa da reabertura é rapidamente confiscada pelo Estado Novo, que se coloca enquanto fiador da alternância de poder frente ao que o contexto internacional sugeria como nova organização política. No entanto, ao se colocar em defesa de uma reforma constitucional e da execução de um processo eleitoral, os

grupos governistas concordam e divergem em alguns pontos: concordam em pautar o processo pela defesa do legado varguista e das políticas sociais e trabalhistas, mas divergem quanto ao meio utilizado para essa manutenção.

Essa discussão se acirra entre 1944 e 1945, quando se torna imprescindível a definição dos rumos partidários da situação frente ao novo momento vindouro. Com as bases ideológicas da UDN já notórias, os governistas veem urgir a necessidade de esclarecer os caminhos a serem seguidos perante aos seus apoiadores. A análise de Gomes (2005) aponta para duas alternativas majoritárias dentro do governo: uma mais ligada à burocracia estatal e aos partícipes do poder e outra mais ligada aos sindicatos corporativos e às massas trabalhadoras. Esses dois setores disputaram, em determinado momento, a “bênção varguista” para a criação e direção de um único partido ligado ao legado estadonovista. Entretanto, Gomes afirma que no início de 1945, já postas as dificuldades para essa convergência de interesses e já vislumbrada a candidatura de Eduardo Gomes pela UDN, os grupos se encaminham para a formação de duas forças partidárias distintas, mas originadas da situação: o PSD e o PTB.

Ângela de Castro Gomes define o PSD como “um partido nacional da cúpula governamental estadonovista”¹¹⁶, reunindo interventores e parte do corpo ministerial do governo. A maturidade política do grupo que geria o PSD e a emergência do lançamento de um nome forte para concorrer à sucessão varguista fortaleceram o partido nos primeiros momentos, fazendo com que essa tendência ganhasse força no contexto da preparação da reabertura e das eleições. Ao mesmo tempo em que definia sua base política, o PSD também evidencia o caminho a ser seguido na formação do segundo partido da situação, o PTB.

Não era aventada – nem por Vargas, nem pelo ministro Marcondes Filho – a possibilidade de abandonar as massas trabalhadoras mobilizadas por tanto tempo e com tanto esforço em torno do trabalhismo varguista. A criação do PTB reúne as lideranças sindicais e, de maneira mais objetiva, os trabalhadores, na sua maioria, fiéis ao regime e ao presidente e gratos pelas mudanças sociais observadas nas duas últimas décadas. De acordo com Gomes, o PTB é criado como “a melhor opção partidária para o trabalhador brasileiro”¹¹⁷, posicionando-se à distância do pensamento comunista, mas mobilizando alianças e acordos capazes de manter acesa a esperança e as convicções produzidas pelas massas, muito a partir dos discursos de propaganda política difundidos ao longo do regime.

Essa organização em duas frentes nos permite concluir que a ação do Estado Novo

¹¹⁶ Gomes, 2005, p. 282

¹¹⁷ Ibidem

quanto à criação das bases políticas junto às massas trabalhadoras logrou êxito em relação aos seus objetivos iniciais e métodos de atuação. A lógica da outorga política, das concessões de direitos, da unidade nacional, do espírito coletivo e das simetrias familiares construíram, ao redor de Vargas, uma contundente base de apoio popular e, até mesmo, de fidelidade pessoal. A compreensão da importância da organização sindical corporativa, do cumprimento das leis e dos acordos trabalhistas e, principalmente, a ciência de que a ação institucional deveria superar a “desordem” das manifestações espontâneas e fracionadas conduziram uma ligação entre as massas e o Estado Novo pautada pela gratidão e pela confiança. Desse modo, a noção que permeou as massas no Brasil, nesse contexto, apontava para um futuro sempre escorado no presidente Getúlio Vargas.

Por óbvio, esse processo de convencimento não se embasa apenas em um trabalho de manipulação pura e simples. A massa de trabalhadores adere a essa plataforma política mediante a todos os benefícios e avanços sociais que eram, sem sombra de dúvidas, notórios, tanto no âmbito individual quanto pela ótica da coletividade. A narrativa de desqualificação do liberalismo, da política oligárquica e do federalismo contundente era coerente, para o trabalhador, com o período no qual ele alcançou seus maiores direitos. Ora, quando esse operário nota a transformação aplicada à sua vida e a enquadra no tempo e no contexto, a assimilação dos discursos de outorga, concessão e gratidão difundidos pelos meios de comunicação, a exemplo de *A Manhã*, se torna mais factível.

É fundamental levar em consideração a capacidade de organização e de leitura contextual das massas trabalhadoras, compreendendo-as como agentes aptos a discernir possibilidades e buscar um meio-termo para a satisfação de suas necessidades. Desse modo, a tutela sindical e a estrutura do Estado autoritário eram elementos, em tese, toleráveis frente às garantias sociais e trabalhistas alcançadas no mesmo período, em uma interpretação que se pauta em uma troca entre direitos, apoio político e estabilidade social.

Feita essa ressalva e reafirmada a ligação entre as massas e o presidente, podemos interpretar os momentos finais do Estado Novo e a construção da sucessão a Vargas a partir dessa divisão de forças dentro do grupo de apoiadores do presidente. As massas trabalhadoras, inseridas no projeto do PTB, faziam coro pela candidatura do próprio presidente para o primeiro mandato do novo regime político, fato que aponta para o sucesso das políticas de propaganda personalista e da intensa e reiterada associação das mudanças ao governante, de modo a tornar inseparável a figura de Vargas da própria estrutura de poder. “Pai dos pobres, “chefe da Nação” e outras alcunhas apontavam para a imagem construída entre as massas acerca de Getúlio Vargas, que era enxergado como a única possibilidade concreta de

representação dos direitos e dos anseios dos trabalhadores brasileiros.

Nesse sentido, Gomes (2005) dá destaque ao queremismo, movimento das massas trabalhadoras que reivindicava a sequência do poder nas mãos de Vargas no pós-1945. Segundo a historiadora, a proposta do movimento defendia uma reforma constitucional ainda sob o governo de Getúlio, pavimentando o caminho para eleições que poderiam ser disputadas pelo próprio Vargas. Essa proposta pautava-se, também, na confiança na força do nome do presidente, entendendo que a relação construída por ele com as massas seria suficiente para assegurar um resultado eleitoral satisfatório.

O que importa ressaltar é que o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação – direta e emocional – que ele propunha manter com a massa trabalhadora, vinha sendo construído dentro do Ministério do Trabalho desde 1942. Assim, sem o suporte ideológico do trabalhismo, o queremismo teria sido praticamente impossível. (Gomes, 2005, p. 284)

Nelson Jahr (1999) aponta que a propaganda política, que antes tinha um caráter desmobilizador mediante o discurso de unidade nacional e rejeição às agitações, passa a trilhar um caminho de mobilização a partir de 1945, engajando os grupos aliados em defesa do legado do regime. Não podemos afirmar que essa mobilização era feita no sentido de assegurar, necessariamente, a continuidade de Vargas, mas buscava afastar as possibilidades de ruptura e de abandono do projeto trabalhista construído no período pós-1930, especialmente a partir de 1937.

Embora o queremismo seja um movimento que ateste a fidelidade das massas como resultado das políticas sociais e do trabalho de convencimento executado pelos veículos de comunicação ele não alcança seu objetivo imediato, a manutenção de Vargas na presidência. Isso se deve ao fato de que o PSD, repleto de quadros importantes e com larga experiência política, recebe a benção do presidente para o lançamento da candidatura do general Dutra. O reconhecimento público em decorrência do período de guerra seria somado ao apadrinhamento de Vargas à candidatura, que ganha força, capital político e, com o passar do tempo, apoio popular.

Como já observamos, os meios de comunicação do governo – como *A Manhã* – embarcaram na exaltação de Dutra e na franca oposição à candidatura de Eduardo Gomes pela UDN, pautando o debate pelo elemento da continuidade, da garantia de direitos e da manutenção do legado getulista. Todo esse construto no entorno da figura do general Dutra resulta na eleição deste como presidente no dia 2 de novembro de 1945, acumulando cerca de

55% dos votos contra 34% do brigadeiro Eduardo Gomes, seu principal opositor.

Essa expressiva votação garantiu a Dutra um mandato sólido, bem sustentado e sem grandes intercorrências no âmbito da política interna. Embora tenha seguido alguns rumos diferentes dos seguidos por Vargas, o elemento essencial que, basicamente, o conduziu ao poder foi cumprido: a manutenção do legado social do Estado Novo e da mobilização popular em torno do trabalhismo, em que pesem as distinções entre PSD e PTB. Este primeiro partido, mais inserido nas dinâmicas da política institucional nesses primeiros momentos do novo regime, garantiu, além da presidência da República, cerca de 59% das cadeiras no Senado e 52,8% das cadeiras da Câmara dos Deputados.

Na sequência, o próprio Getúlio Vargas faz uso da larga base de apoio popular construída ao longo de seu governo, assumindo um cargo no Senado pelo Rio Grande do Sul e, ao final do governo Dutra, retornando à presidência da República após um hiato de 5 anos. As eleições de 1950 entregam a Getúlio Vargas, pela primeira vez, um mandato ratificado pelo voto popular, no qual a boa imagem do presidente junto às massas trabalhadoras se revelara profundamente enraizada. Embora esse governo tenha sido marcado por fortes instabilidades que culminaram no suicídio do presidente, o personagem construído ao redor de Vargas durante o Estado Novo não foi desfeito. Ao contrário, ganhou traços de imortalidade mediante todo o contexto de sentimentos aflorados que marcara a primeira metade da década de 1950.

No Brasil de hoje, o varguismo é uma lembrança bem construída pela memória oficial, com o auxílio da máquina de propaganda, mas também recordada, com nostalgia, pelos trabalhadores que se sentiram dignificados ou beneficiados pela política do “pai dos pobres”. No entanto, na atualidade constata-se que o espólio getulista foi fragmentado e liquidado pelos grupos políticos que dele quiseram se apoderar (Capelato, 2009, p. 321)

Quando observamos o processo construído durante o governo Médici, os efeitos são sentidos em outros níveis e a partir de outros formatos. A figura do presidente não constrói, nem de longe, o capital político construído por Vargas. Isso, contudo, não impede que o final de mandato de Médici seja marcado por elogios das mais diversas ordens e pela pregação da ideia de que o que Médici havia feito, com a conquista do apoio de diversos setores da sociedade e a construção de um período de equilíbrio e prosperidade, era extremamente raro.

Como foi possível notar, *Manchete* destaca esse elemento no processo da sucessão presidencial e da tranquilidade com a qual essa etapa foi encarada. Isso faz parte do trabalho

executado pelos meios de comunicação e pela AERP no sentido de produzir uma narrativa contundente e convincente acerca do período, cristalizando no imaginário das massas os altos índices da economia, as obras faraônicas de infraestrutura e o clima de otimismo presente entre 1969 e 1974. Acerca desse processo, Carlos Fico destaca:

Afirmar a inevitabilidade do futuro grandioso do país, reiterar a autenticidade de certos “valores nacionais”, sugerir que “finalmente” o Brasil havia encontrado seu “rumo certo” – tudo isso correspondia a uma lógica simbólica que buscava afirmar como perene, como “histórica”, uma organização civilizacional que, afinal, era apenas desejada pelos militares, ou seja, a “antecipação” de uma certa história. (Fico, 1997, p. 117)

Essa narrativa pautou-se, sobretudo, no nacionalismo e na difusão de uma ideia de polarização entre aliados e adversários do progresso e da nação. No contexto dos anos de chumbo do governo Médici, a força desse discurso coexistia com a intensificação dos processos de perseguição política, justificados pelo regime como um trabalho de garantia da continuidade da evolução do país. A pretensão de produzir um consenso por entre as massas tinha no elemento da coesão nacional o seu maior pilar, através da massificação da noção de que todas as ações do governo convergiam para uma única finalidade: o bem-estar coletivo e a construção de um Brasil melhor e mais desenvolvido.

Entretanto, o discurso dentro do governo Médici apresentou uma durabilidade menor se compararmos ao Estado Novo, sobretudo em relação às classes mais baixas. Quando observamos o destaque dado pela gestão de Médici aos índices econômicos e a condução da retórica nacionalista a partir, principalmente, dessa temática, precisamos ponderar que os números sobre os quais o regime se apoiava não representavam um efeito real e contundente no dia-a-dia das massas por muito tempo. O crescimento de índices como o PIB e as taxas de importação/exportação e o controle da inflação entre 1969 e 1973 eram dados importantes, mas que não produziram impacto semelhante às legislações sociais e de trabalho aplicadas durante o Estado Novo.

Nesse sentido, a narrativa do otimismo, do crescimento e do desenvolvimento surtia efeito em determinado recorte de tempo e dentro de um contexto específico, potencializado por grandes celebrações – como a Copa do Mundo de 1970 e o Sesquicentenário da Independência em 1972 – e pelo combate à oposição, tratada como inimiga da nação. No entanto, em longo prazo, o discurso perdeu força frente a aspectos como a retração econômica, o crescimento da inflação e a explosão da dívida externa, suscitando questionamentos à Ditadura Civil-Militar e o enfraquecimento da aderência ao projeto

ideológico sustentado pelo discurso nacionalista.

A propaganda política cumpre, sem dúvida, papel fundamental quanto à construção de um olhar acerca do governo Médici – e sobre a Ditadura, no geral –, entretanto, a efetividade da propaganda também está ligada à realidade material, notória e palpável pela população. Como não se observa uma sólida e notória melhoria na vida das massas, os efeitos de toda a estrutura de propaganda política, seja a partir do âmbito público ou do privado, são reduzidos e menos duradouros. Isso, por um lado, cristaliza a imagem de Médici com um destaque em relação aos demais presidentes do período, mas, por outro, promove críticas ao regime e traz consequências quanto à sequência do projeto de poder dos militares.

Um indicativo importante dessa oscilação quanto à popularidade da Ditadura, tendo o governo Médici como referência, é o resultado das eleições legislativas e os números alcançados pela ARENA. Nas eleições de 1966, ainda no governo do general Humberto de Alencar Castelo Branco, o partido governista alcançou mais de 67% das cadeiras da Câmara dos Deputados, obtendo também mais de 82% das vagas do Senado Federal. 4 anos depois, nas eleições de 1970, realizadas no dia 15 de novembro, o percentual da ARENA subiu nas duas casas: mais de 71% na Câmara e mais de 89% no Senado. Em números totais, observa-se uma aderência maior ao processo eleitoral em 1970¹¹⁸. Há, no entanto, um considerável crescimento na porcentagem de votos brancos e nulos nessas eleições¹¹⁹, fato que evidencia que o discurso difundido pelo governo não é totalmente efetivo e que as medidas repressivas ainda eram notórias e impactantes frente à parte da opinião pública.

Pouco mais de um ano após a posse, a gestão do general Médici apresentava resultados importantes quanto à popularidade do regime, tendo como principais esteios, naquele momento, o crescimento econômico e a Copa do Mundo, ambos conduzidos pelo nacionalismo. A ação de meios de comunicação, a exemplo de *Manchete*, contribuía para o fortalecimento da imagem positiva dos primeiros anos de Médici, incentivando o clima de esperança e otimismo quanto aos anos seguintes.

Com a sequência do governo, pesquisas de opinião registravam a satisfação popular com o governo, demonstrando a efetividade do projeto de propaganda política e ideológica pautado no nacionalismo e nos elementos que o circundavam. Segundo Hélio Silva (1984), o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizou uma pesquisa que apontava 82% de aprovação ao governo Médici. No ano seguinte, com a manutenção dos

¹¹⁸ Em 1970, mais de 65 milhões de pessoas votaram em candidatos específicos ou na legenda partidária, enquanto nas eleições anteriores esse número atingia cerca de 41 milhões.

¹¹⁹ Esse índice alcançou cerca de 28%, frente a 20% nas eleições de 1966.

índices de crescimento econômico e a sequência da difusão das propagandas políticas do governo, o IBOPE apontou que o governo Médici alcançava um patamar jamais visto na história política brasileira, com níveis recordes de aprovação e apoio popular¹²⁰.

Com o início da queda dos números da economia e a transição para o governo de general Ernesto Geisel, o cenário, no entanto, se alterou. Assumindo o poder em março de 1974, o novo presidente tem de encarar um cenário preocupante relativo ao aumento da inflação e ao crescimento da dívida, ao mesmo tempo em que observa a popularidade do regime cair vertiginosamente. Essa queda é registrada de maneira mais impactante ainda em 1974, quando ocorreram, no mês de novembro, novas eleições legislativas. O resultado foi acachapante para a ARENA: viu seu número de deputados federais cair para 56% e a maioria do Senado Federal ir para as mãos do MDB, ficando com apenas 27% das cadeiras desta Casa.

Na sequência, a Ditadura Civil-Militar optou pelo caminho da distensão, frente a uma crise econômica que se avolumava e uma popularidade que decaía, sem conseguir manter, agora, o discurso do otimismo nacionalista propagado ao longo do mandato de Médici. Diferente do que observamos no Estado Novo, a permanência do consenso pavimentado pelo governo Médici não foi duradoura, sobretudo por conta da ausência de transformações prolongadas e notáveis em direção às massas. Embora ainda haja narrativas de defesa aos feitos da Ditadura, tomando como referência os índices do Milagre, elas são pouco embasadas e carentes de profundidade, uma vez que, embora o governo Médici apresente resultados econômicos significativos e um discurso de crescimento imparável, as evidências apontam para resultados desastrosos em longo prazo.

¹²⁰ IBOPE. O que pensa o povo paulista do terceiro governo da Revolução? 1972. Pesquisa de opinião – Fundo Emílio Garrastazu Médici – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

A partir de tudo o que foi exposto até aqui, é possível identificar aspectos fundamentais para a compreensão das relações existentes entre os regimes autoritários de Vargas e Médici e a utilização da propaganda política através dos meios de comunicação. A análise comparativa traçada acerca da instrumentalização do nacionalismo na propaganda política desses dois governos busca evidenciar semelhanças e distinções entre métodos, estratégias e resultados, no que diz respeito à construção de bases de apoio popular e ao desenvolvimento de um discurso coletivizado e consensual, afastando dissensões e questionamentos.

O uso dos periódicos *A Manhã* e *Manchete* objetivou observar a prática dos processos de comunicação e propaganda política aplicada a dois veículos de relevância e grande circulação, tomando-os como exemplificação da aplicação de uma estrutura complexa de direcionamento de informações e controle de opinião. A frequência, o modo e a intensidade com os quais os periódicos abordavam determinadas temáticas e acontecimentos davam o tom das intenções empregadas pelos regimes em questão através das mensagens por eles produzidas ou disseminadas. Embora as diferenças entre *A Manhã* e *Manchete* sejam nítidas, os dois periódicos cumprem papel semelhante quanto à replicação dos propósitos ideológicos dos regimes autoritários em questão.

O nacionalismo, nesse sentido, funcionou como um elemento propulsor do discurso ideológico dos dois governos, uma vez que, através dele, foi mobilizada a relação entre massa e consenso, em um processo que visava aflorar a alma coletiva em detrimento às convicções individuais. Esse trabalho objetivava alçar o governo e os governantes a um posto de sabedoria incontestada, incentivando uma relação de gratidão e cooperação entre as massas e os regimes e reduzindo as possibilidades de oposição e manifestações contrárias.

As experiências do Estado Novo e do governo Médici mobilizaram o discurso nacionalista a partir de demandas e acontecimentos de seu tempo, fato que, de alguma forma, tornava a narrativa mais efetiva e factível. As lógicas do cidadão-trabalhador e do Brasil em crescimento serviram para Vargas e Médici, respectivamente, como fatores de justificação para o apoio popular, ancorados em políticas específicas que, segundo os próprios núcleos de governo, tinham como único objetivo a garantia do pleno desenvolvimento nacional. Dessa forma, a integração das massas às políticas dos governos era tratada como compromisso cívico, transformando em inimigo da nação quem, por algum motivo, se opusesse ao governo

e ao governante em questão.

Dessa forma, os meios de comunicação e a propaganda política contribuíram significativamente para a estabilidade dos dois governos, mediante a utilização da lógica do consenso nacionalista. No caso de Getúlio Vargas, a propaganda política e a exaltação dos feitos do Estado Novo contribuíram fortemente para a construção de uma base popular sólida e bem fundamentada, que trouxe ao governante possibilidades de ação e protagonismo político mesmo após o fim desse governo. Já em relação a Emílio Médici, a propaganda contribuiu para a afirmação de um destaque em relação aos demais presidentes da Ditadura Civil-Militar, conferindo ao período Médici o protagonismo em relação às pretensões de afirmação da Ditadura, sobretudo no que se refere ao crescimento econômico identificado no período do Milagre.

A Manhã e *Manchete* representaram, de maneira direta ou indireta, a voz dos governos, apresentando pontos de vista, discursos e narrativas que potencializaram as visões positivas acerca dos regimes e dos governantes. Nota-se a produção de uma memória positiva, afetiva e, por vezes, afastada da realidade concreta, uma vez que o estímulo consensual e o bombardeio de notícias favoráveis ao governo diminuíram a percepção real dos cenários políticos estabelecidos, tanto sob Vargas quanto sob Médici.

As realidades de repressão e de limitação à participação política são, em parte, escamoteadas mediante a disseminação de notícias positivas e a afirmação categórica da existência de um cenário de sucesso e desenvolvimento político, econômico e social. Tanto no contexto da afirmação do Estado pós-oligárquico e da promoção das legislações de trabalho no Estado Novo, quanto na conjuntura do crescimento econômico acelerado e das obras de infraestrutura, os pontos positivos são sobrepostos aos pontos negativos através do discurso dos meios de comunicação, que se sustenta a partir da noção de unidade ideológica via nacionalismo.

Os periódicos apresentam, cada um à sua forma, visões que coadunam com as bases políticas e ideológicas dos governos, funcionando como braços de influência dos regimes junto às massas e contribuindo para a construção e manutenção de estabilidade e da aprovação popular. Como já mencionamos, é fundamental não compreender as massas enquanto grupos facilmente manipuláveis, uma vez que os discursos de propaganda política, sobretudo nacionalista, precisavam, necessariamente, estar ancorados em aspectos da realidade material. Dessa forma, as relações de convencimento só eram realmente efetivas mediante observação da realidade e concretização do discurso na vida da população.

A partir disso, as diferenças entre Vargas e Médici são notórias. Enquanto Getúlio se

promove a partir das profundas transformações no seio social e trabalhistas, produzindo uma identificação com os trabalhadores a partir das melhorias nas condições de vida e trabalho, Médici tem poucas realizações efetivas em direção às massas, uma vez que os índices em crescimento ao longo do Milagre Econômico eram, antes de tudo, mais generalistas e pouco sólidos. O fim do Estado Novo marcara a manutenção do protagonismo político e da liderança de massas para Getúlio Vargas, enquanto o fim do governo Médici marcara o início do processo de declínio político da Ditadura, especialmente a partir da reversão do Milagre para um cenário de profunda crise econômica.

Maria Helena Capelato (2009) aponta que a memória construída acerca do varguismo perdurou para além de sua vida e atuação. No período localizado entre 1945 e 1954, Vargas se manteve como o principal nome da política nacional, movimentando as dinâmicas do Estado brasileiro a partir das forças partidárias originárias do trabalhismo. No entanto, o período que sucedeu a sua morte serviu para fundamentar ainda mais a sua imagem, em um processo que, de alguma forma, se escorou no trabalho de propaganda política desenvolvido durante o período estadonovista.

No Brasil de hoje, o varguismo é uma lembrança bem construída pela memória oficial, com o auxílio da máquina de propaganda, mas também recordada, com nostalgia, pelos trabalhadores que se sentiram dignificados ou beneficiados pela política do “pai dos pobres”. No entanto, na atualidade, constata-se que o espólio getulista foi fragmentado e liquidado pelos grupos políticos que dele quiseram se apoderar (Capelato, 2009, p. 321)

No caso da Ditadura e, em especial, do governo Médici, a memória que se pretendia produzir diz respeito ao patamar de entusiasmo quanto ao desenvolvimento econômico e social do país. Nas palavras de Carlos Fico (1997), o otimismo. Essa perspectiva serviria para evidenciar uma suposta readequação do Brasil a um caminho sólido e confiável sob a batuta dos militares. Dessa forma, se associaria a capacidade de administração, de boa gestão pública e de real compromisso com o Brasil à atuação dos militares, alçando-os a uma posição de soberania política e destaque administrativo, sobrepondo, de algum modo, a população brasileira aos anseios e determinações do comando central da Ditadura.

(...) a propaganda política brasileira dos anos 60 e 70 não foi inócua, “meramente técnica”. A aparente despolitização dos conteúdos da propaganda do período encobria na verdade uma visão verdadeiramente política que os militares tinham da sociedade brasileira, que viam como rude, despreparada e, portanto, composta por pessoas que deveriam ser “educadas”. Mais que isso, é também essa concepção presunçosa que explica a sem-cerimônia com que coronéis e generais intervieram na vida de todos, como senhores do bem e do mal. (Fico, 1997, p. 145)

A narrativa produzida a partir do ecossistema de propaganda política da Ditadura Civil-Militar ainda reverbera em parte da sociedade brasileira, uma vez que os índices econômicos alcançados no governo Médici são, frequentemente, utilizados como argumento de defesa ao regime, em um discurso que descarta as ações de repressão e o mandonismo político fruto do golpe de 64 e de seus desdobramentos. O nacionalismo em sua vertente econômica e a suposta defesa intransigente da pátria por parte dos militares ainda figuram como componentes de um discurso de defesa à Ditadura, o que demonstra que parte dos objetivos da propaganda política do período foram cumpridos e alcançaram repercussão. No entanto, os dados históricos, a manutenção da desigualdade social e os índices econômicos posteriores dão conta da realidade factual do período Médici e do próprio regime em si.

Dessa forma, os trabalhos executados pelos sistemas de propaganda política do Estado Novo e do governo Médici e ilustrados nas páginas de *A Manhã* e *Manchete* apresentaram resultados relevantes para a legitimação dos respectivos governos, principalmente a partir do uso do discurso nacionalista. No entanto, é relevante considerar que o efeito concreto e duradouro dessa propaganda está diretamente associado à percepção real de mudanças por parte das massas, em um processo que compreende a população brasileira como consciente de suas ações e capaz de fazer uma leitura de conjuntura em busca do que melhor possa lhe atender. A propaganda política nacionalista, portanto, alcança maior êxito quando amparada pela realidade e quando construída a partir da identificação entre as massas e os elementos presentes nas mensagens difundidas. E foi isso que *A Manhã* e *Manchete* buscaram, ao longo dos períodos analisados, desenvolver.

FONTES

Documentos oficiais:

IBOPE. O que pensa o povo paulista do terceiro governo da Revolução? 1972. Pesquisa de opinião – Fundo Emílio Garrastazu Médici – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro.

MINISTÉRIOS do governo Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/equipe-de-governo/ministerios>. Acesso em: 18 jul. 2024.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado das eleições gerais de 1945**. Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1945/resultados>. Acesso em: 15 nov. 2024.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado das eleições gerais de 1950**. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1950/resultados>. Acesso em: 15 nov. 2024.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado das eleições gerais de 1966**. Brasília, 1966. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1966/resultados>. Acesso em: 15 nov. 2024.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado das eleições gerais de 1970**. Brasília, 1970. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1970/resultados>. Acesso em: 15 nov. 2024.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resultado das eleições gerais de 1974**. Brasília, 1974. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1974/resultados>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Jornal *A Manhã*:

"O presidente Vargas - diz o "New York Times" - sente que é chegado o momento para as eleições. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 01071, p. 2, 3 fev. 1945.

A CANDIDATURA nacional. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 01112, p. 4, 25 mar. 1945.

A NAÇÃO está avisada e está alerta. A oposição não desistiu de seus propósitos de perturbação. Toda essa boataria que ela inventa tem finalidades subversivas. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 01273, p. 3, 2 out. 1945.

A RESISTÊNCIA da democracia. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 01126, p. 4, 12 abr. 1945. AS IDEIAS pessoais do candidato oposicionista. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 01126, p. 2, 12 abr. 1945.

CAMPOS, Francisco. A função social da imprensa. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00001, p. 4, 9 ago. 1941.

DEMOCRACIA social. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00956, p. 4, 20 set. 1944.

DIA de festa nacional. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00519, p. 4, 19 abr. 1942.

EURICO Dutra, o homem do momento. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 01118, p. 4, 3 abr. 1945.

FILHO, Candido Mota. "Para que o Estado se identificasse com a Nação". **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00082, p. 3 e 9, 12 nov. 1941.

FILHO, Marcondes. "Um Estado não se afirma pelo que promete, mas por aquilo que realiza". **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00383, p. 3, 6 nov. 1942.

_____. "Um código de paz, de ordem, de bem comum e de progresso". **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00534, 7 maio 1943. Trabalho e Assistência social, p. 6.

_____. A legislação social e a democracia do futuro. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00383, p. 4, 6 fev. 1943.

GETÚLIO Vargas iniciou no Brasil uma nova era para as massas. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 01175, p. 3 e 6, 9 jun. 1945.

GETÚLIO Vargas, no meio da multidão, confundido com o povo, recebe uma das maiores consagrações populares já feitas a um homem público no Brasil. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 01210, p. 1, 20 jul. 1945.

MENEZES, Djacir. Nosso Nacionalismo. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00099, p. 4, 2 dez. 1941.

MONIZ, Heitor. Todo o Brasil ao lado do presidente. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00167, p. 4, 24 fev. 1942.

O ANIVERSÁRIO do presidente Getúlio Vargas. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00508, p. 2, 6 abr. 1943.

O BRASIL e a concórdia social. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00569, p. 4, 17 jun. 1943.

O NOVO regime e a colaboração das classes. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00671, p. 4, 14 out. 1943.

O POVO sabe ser grato àquele que nunca lhe faltou. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 01262, p. 1, 19 set. 1945.

PICCHIA, Menotti Del. O Brasil é assim... **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00187, p. 4, 19 mar. 1942.

POLÍTICA do trabalho. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00508, p. 4, 6 abr. 1943.

REGIME fiel ao Brasil. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00883, p. 4, 27 jun. 1944.

RICARDO, Cassiano. “A Manhã” e o seu programa. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00001, p. 4, 9 ago. 1941.

SIMONSEN, Roberto. O trabalho exerce uma função social, em favor do bem comum. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00286, p. 3, 15 jul. 1942.

SOMOS uma democracia de trabalhadores. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00223, p. 4, 1 maio 1942.

UM NOVO clima social. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00765, p. 4, 5 fev. 1944.

VIANA, Oliveira. A política social da Revolução. **A Manhã**, Rio de Janeiro, n. 00082, p. 3, 12 nov. 1941.

Revista *Manchete*:

BLOCH, Adolpho. Brasília-72. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1045, p. 101, 29 abr. 1972.

CHAGAS, Carlos. Quem é o nacionalista?. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 0946, p. 27-34, 6 jun. 1970.

COTA, Perry. Tudo Made in Brazil. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1065, p. 46-63, 16 set. 1972.

EMPRESARIADO estimula o desenvolvimento. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1045, p. 110, 29 abr. 1972.

FILHO, Murilo Melo. 472 anos depois. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1046, p. 16-17, 6 maio 1972.

_____. A sucessão. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1085, p. 12-13, 3 fev. 1973.

_____. Brasília: Ano 13. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1045, p. 87-99, 29 abr. 1972.

_____. Médici acerta o passo. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 0915, p. 14-18, 1 nov. 1969.

_____. O Estilo Médici. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 0921, p. 26-28, 13 dez. 1969.

_____. O Estilo Médici. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 0946, p. 6-10, 6 jun. 1970.

_____. Quando Médici voa. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1011, p. 112-114, 4 set. 1971.

NETO, João Pinheiro. Crescendo com o Brasil. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 0965, 17 out. 1970. Economia em Manchete, p. 67.

_____. Os caminhos da indústria. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1011, 4 set. 1971. Economia em Manchete, p. 83.

NETTO, Delfim. Por que exportar?. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1065, p. 44-45, 16 set. 1972.

NEVES, Jader. O segundo corredor de exportação. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1129, p. 116-120, 8 dez. 1973.

_____. Uma ponte une Brasil e Paraguai. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1005, p. 122-123, 24 jul. 1971.

O ENCONTRO da amizade. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1040, p. 4-8, 25 mar. 1972.

POSTO de Escuta. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 0915, p. 140, 1 nov. 1969.

PRAXEDES, Antônio. Brasília: Ano 10. **Manchete**, Rio de Janeiro, p. 62-91, 25 abr. 1970.

VALADARES, Clarival do Prado. Natal: A renovação da fé. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 0976, p. 68-83, 2 jan. 1971.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves de et al. (coord. geral). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5v.

AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade Nacional**. [S. l.: s. n.], 2002. Disponível em: www.ngarcia.org. Acesso em: 10 fev. 2024.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

Azevedo Amaral, “A revolução brasileira”, em *Cultura Política*, n. 5, julho 1941, p.137

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: UnB, 1980.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1979.

BARROS, José D’Assunção. “Histórias Cruzadas” In: **História Comparada**. Cap 12. p.144

_____. “Histórias Interconectadas” In: **História Comparada**. Cap 11. p.97-115. 2014

_____. **Os conceitos: Seus usos nas ciências humanas**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

_____. **A Fonte Histórica e seu Lugar de Produção**. Petrópolis: Vozes, 2020

_____. **O Jornal como Fonte Histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes,

BERLIN, Isaiah. Nationalism: Past Neglect and Present Power. *In*: BERLIN, Isaiah. **The Proper Study of Mankind**. London: Chatto & Windus, 1997. p. 581-605.

BLOCH, Marc. Para uma História Comparada das Sociedades Europeias. *In*: . **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 119-150.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo, Hucitec, 2007.

BRASIL, Bruno. A Manhã (Rio de Janeiro, 1941). **Hemeroteca Digital**, [S. l.], p. s/n, 28 out. 2015. Disponível em: bndigital.bn.gov.br/artigos/a-manha-rio-de-janeiro-1941/. Acesso em: 15 set. 2024.

CAMPOS, Francisco. **O Estado nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

CAPELATO, Maria Helena R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2 Ed - São Paulo: Editora UNESP, 2009. 341 p.

_____. Propaganda Política e controle dos meios de comunicação. *In*: **REPENSANDO o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. +Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, J. M. **Pontos e bordados: escritos de história política**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.

CASTRO NETTO, David Antônio de. **Ditadura militar, propaganda e otimismo no Brasil dos anos 1970**. Revista Trilhas da História, Três Lagoas, v. 8, p. 72-96, jan-jul 2019.

_____. **“Nossos comerciais por favor!”: Ditadura Militar e propaganda no Brasil**. 2018. 250 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, [S. l.], 2018.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda Política e Manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CORDEIRO, Janaina Martins. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida?. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011.

DEBRUN, Michel. **A Conciliação e outras estratégias**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DOMENACH, Jean Marie. **A Propaganda Política**. [S. l.: s. n.], 2001.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil Republicano: **O tempo do nacional-estatismo: Do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Segunda República (1930-1945)**. 9º. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 2, p. 154-190.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Manhã. In: ABREU, Alzira Alves (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001. Vol. III.

FICO, C. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FREIRE, Américo e outros. **História em curso: o Brasil e suas relações com o mundo ocidental**. São Paulo: Ed. do Brasil, 2004.

GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**. [S. l.]: RocketEdition, 1999. *E-book*. 318 p.

_____. **Sadismo, sedução e silêncio: Propaganda e Controle Ideológico no Brasil: 1964-1980**. [S. l.] RocketEdition, 2005.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**, Vol. 1. Coleção As Ilusões Armadas, São Paulo: Cia da Letras, 2002.

GELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismo**. 3. ed. Espana: Alianza Editorial, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. A Política Brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo Companhia das Letras, 1997. p. 489-558.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KOCKA, Jürgen. **Comparison and Beyond. History and Theory**. Studies in the Philosophy of History, v. 42, n. 1, p. 39-44, fev. 2003.

KRILOW, Leticia Sabina Wermeier. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande

imprensa carioca” de 1955 a 1960. **Oficina do Historiador**, [s. l.], v. 12, n. 1, jan/jun 2019.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. São Paulo: Papirus, 1986.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p.111-154.

MAGALHÃES, Marion Brepohl. **A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil**. Rev. Brasileira de História. Vol. 17, n. 34. São Paulo, 1997.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MUSSOLINI, Benito. **La dottrina del Fascismo**. Milano, 1936.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. **Aconteceu, virou Manchete: notícias da ditadura**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

PÁDUA, Gesner Duarte. Manchete: a cortesã do poder. **Revista Brasileira de História da Mídia**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 213-222, jul/dez 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4121>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PENA, Felipe. **Seu Adolpho: Uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete**. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010, p. 77

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão: O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 336 p. ISBN 978-85-7753-120-2.

PRADO Jr, Caio e FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. São Paulo, Expressão Popular, 2005, 4ª edição.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **Jornal O Globo**, [S. l.], 31 mar. 2012. Prosa&Verso, p. 2.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Tradução de Asta-Rosa Alcaide. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SCHNEIDER, Nina. Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano: a ditadura militar em perspectiva comparada. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 333-345, mai/ago 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24745>. Acesso em: 18 out. 2023.

SILVA, Hélio. **O poder militar**. Colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. Porto Alegre: L&PM, 1984.

SILVA, Ricardo Virgilino da. **A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil**. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, [S. l.], 1998.

SILVA, Roberto Bittencourt da. **A Revolução Cubana no Brasil (1959-1964): Recepção e solidariedade nas esquerdas nacionalistas e em *O Semanário***. *Tempos Históricos*, [s. l.], v. 21, p. 437-467, 1. sem. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6811621>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SIQUEIRA, Carla; MURILO, Tatiana. **Manchete**. Verbetes da base de dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manchete>. Acesso em: 10 fev. 2019.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro**. 3. ed. [S. l.]: EBooksBrasil, 2002. Disponível em: www.eBooksBrasil.org. Acesso em: 6 mar. 2024.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. São Paulo: [s. n.], 1920.

_____. **O idealismo da Constituição**. Rio de Janeiro: Editora Companhia Nacional. 2ª Edição Aumentada, 1939.

ZIMMERMANN, Bénédicte; WERNER, Michael. **Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade**. *Textos de História*, v. 11, n. 1-2, p. 83-127, 2003.



Anexo B – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 9 de agosto de 1941



Anexo C – Matéria da revista Manchete, edição do dia 1 de novembro de 1969



Anexo D – Matéria da revista Manchete, edição do dia 1 de novembro de 1969



Anexo E – Matéria da revista Manchete, edição do dia 13 de dezembro de 1969



Anexo F – Matéria da revista Manchete, edição do dia 6 de junho de 1970



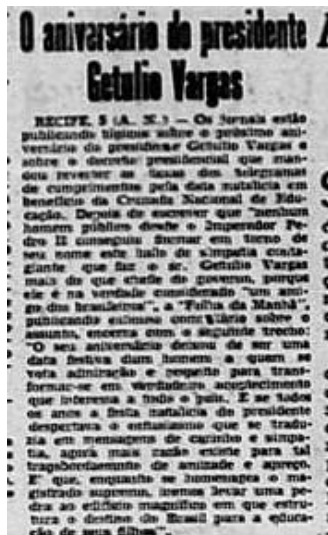
Anexo G – Matéria da revista Manchete, edição do dia 6 de junho de 1970



Anexo H – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 2 de dezembro de 1941



Anexo I – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 24 de fevereiro de 1942



Anexo J – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 06 de abril de 1943



Anexo K – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 18 de abril de 1943



Anexo L – Matéria da revista Manchete, edição do dia 24 de julho de 1971



Anexo M – Matéria da revista Manchete, edição do dia 25 de março de 1972



Anexo N – Matéria da revista Manchete, edição do dia 4 de setembro de 1971



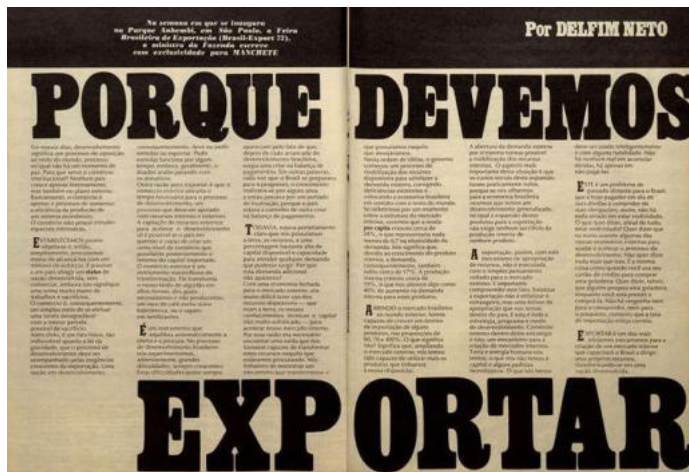
Anexo O – Matéria da revista Manchete, edição do dia 17 de outubro de 1970



Anexo P – Matéria da revista Manchete, edição do dia 4 de setembro de 1971



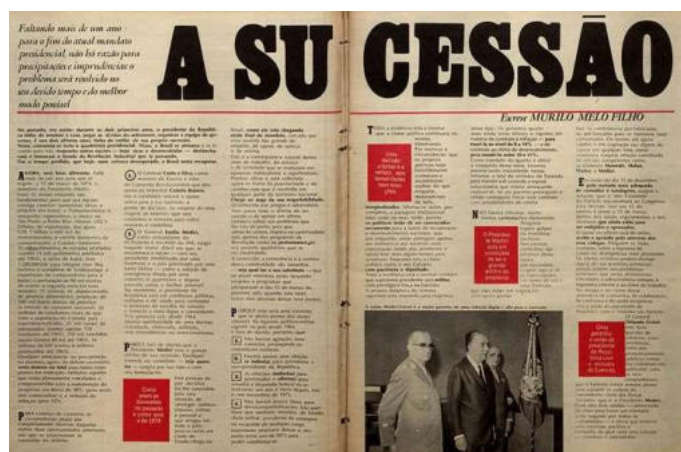
Anexo Q – Matéria da revista Manchete, edição do dia 24 de abril de 1972



Anexo R – Matéria da revista Manchete, edição do dia 16 de setembro de 1972



Anexo S – Matéria da revista Manchete, edição do dia 16 de setembro de 1972



Anexo T – Matéria da revista Manchete, edição do dia 3 de fevereiro de 1973



Anexo U – Matéria da revista Manchete, edição do dia 8 de dezembro de 1973



Anexo Y – Matéria da revista Manchete, edição do dia 29 de abril de 1972



Anexo Z – Matéria da revista Manchete, edição do dia 29 de abril de 1972



Anexo AA – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 12 de novembro de 1941



Anexo BB – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 19 de março de 1942

[illegible]

Anexo DD – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 15 de julho de 1942



Anexo GG – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 6 de abril de 1943



Anexo HH – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 7 de maio de 1943

O Brasil e a concórdia social

O PAPA PIO XII falou, no dia 13 do corrente, a vinte mil operários italianos, reunidos em audiência coletiva. O discurso do Pontífice, cujas principais linhas foram transmitidas de Washington, incita na apologia dos princípios sociais da Igreja, que desde Leão XIII vem sendo desenvolvido numa fulgurante série de encíclicas, dando origem a uma vasta e apolítica literatura em torno da matéria.

Enfatiza o Chefe da Igreja o papel da evolução na conquista dos legítimos ideais da massa operária — ao contrário das técnicas da violência que ela condena. "Não é destruição", diz o Papa — mas construído e consolidando, que se pode chegar à realização dos honestos desejos e necessidades dos operários".

A abolição da propriedade privada, que seria a destruição da estabilidade da família, é energeticamente reprovada pelo discurso de S.S., que aí reitera a lição magnífica dos encíclicas sociais. Diminuir o custo de gente intranquila, que ensaia por seus direitos, se a prosperidade for, cada vez mais, estendida, e se constituir uma "recompensa do trabalho consciente e necessidades dos operários".

Acresce o Papa que certos princípios erigidos em revolução social é que levam os homens ao desespero, iludindo-os com "falsas doutrinas ou antinomias de agitação, desprovidas de toda a sã razão moral". É aconselha, por isso, a adoção de prudentes medidas, que garantam a segurança social e previnam as revoltas capazes de perturbar a harmonia, a paz e a fraternidade entre os homens.

São, diz Pio XII, "requisitos prévios a fundamentos da concórdia social: o salário, que satisfaça os gastos da subsistência da família, além de permitir aos pais o cumprimento do dever natural de criar filhos sadios, alimentá-los e vesti-los; a possibilidade de instruí-los e educá-los; e a segurança da subsistência, no presente, na enfermidade e na velhice".

Folgamos em registrar que, no Brasil, já se realizaram os requisitos aí apontados como básicos para a concórdia social. A legislação trabalhista do nosso país, agora condensada no Consolidação, há cerca de treze anos vem sendo o fruto da solicitude do poder público que a vem elaborando de acordo com as necessidades reais do Brasil e com as aspirações legítimas do trabalhador.

O salário justo e garantido, a assistência aos que trabalham, são realizações fecundas da legislação brasileira, sob o regime de 10 de novembro, no qual, por inspiração do presidente Getúlio Vargas, se deve o esplêndido obra de harmonia, de paz e de fraternidade que se tornou possível e praticável sem o apelo ao messianismo coletivo e às utopias igualitárias que, em outros países, custaram rios de sangue.

Anexo II – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 17 de junho de 1943

O novo regime e a colaboração das classes

RECORRENDO UMA GRANDE MANIFESTAÇÃO POPULAR, em Palatos, o presidente Getúlio Vargas teve ocasião, nos seus palavras de agradecimento, de se referir a um ponto, que é por assim dizer, o ponto básico da política social do regime: a colaboração das classes.

A política do governo não é de luta de classes, nem de estabelecer predominância de umas sobre outras, mas, exatamente a de equilíbrio e colaboração de todas. Uma é a essência da política social da administração do país não bem compreendida pelas altas classes conservadoras, cuja mentalidade é hoje diferente da anterior, pois se transformou em momento de cooperação de governo, na sua orientação de sempre ao trabalho, proporcionando consequentemente ao país maior tranquilidade e maior confiança.

Esfortando-se, e também observando da atualidade brasileira, que não tenha a sua vida econômica pelo menos, pode alcançar o estado profundamente social da política social do país, inaugurada pelo regime de 10 de novembro.

Outros, as reivindicações sociais, assim aliadas como pretensões legítimas dos direitos pessoais, a sempre viáveis a legislador tomar partido e favor das uns, opondo-se às legítimas aspirações do trabalhador. Carreira, assim, mais sendo ainda, o abismo que separa o proletariado das outras classes, e se fortalece de tal modo certo, burguesia plutocrática, que desconhecida os seus próprios direitos, para já esquecer os seus deveres.

Felizmente, as novas condições de tempo, as circunstâncias excepcionais do Brasil, pelo novo e sem tradição de precedentes a de luta social, por meio de um trabalho social, inaugurado o regime de 17, com seu espírito de esplêndidas iniciativas, na terreno social, atingiu-se a valha mentalidade das classes conservadoras a um novo estado, a uma mentalidade de colaboração das classes, com um só objetivo, e de grandeza do Brasil. E como evidência da valha mentalidade as novas condições de política, não foi preciso que se fizessem grandes sacrifícios, porque não longe é a generalidade dos brasileiros, como grande e compreensivo e sua inteligência das realidades sociais.

E é o que hoje se nota — em quase seis anos de vigência desse política de nova mentalidade — é que a harmonização das classes é um fato perfeitamente estabelecido, tanto pelo mesmo magnífico legislativo trabalhista, como pelo excelente espírito de cooperação e solidariedade, que mantêm todas as classes, nos domínios de suas atividades.

Anexo JJ – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 14 de outubro de 1943

Um novo clima social

MUITO SE ENGANARAM os que haviam pensado ser irreversível, no Brasil, a velha mentalidade liberal-burguesa, nas relações entre o capital e o trabalho.

O fato está aí, todos os dias, o comprovar o engano dos pessimistas e das desconfianças.

As inovações, que o governo praticou, após 1930, vão incorporando à legislação do trabalho, o que tiveram a sua sistematização num código, hoje modelo, e pouco a pouco foram transformando aquela mentalidade, desconhecendo as suas preocupações legítimas, realizando nas relações bem vindas a dia política econômica, em relação à nova mentalidade política-social do regime de 1937, que representa a plena realização das aspirações nacionais, propiciada pelo movimento de 1930.

Pois hoje, com vícios de mentalidade consolidados pelas tradições de classes, com um espírito marcadamente plástico aos anseios de uma política social renovadora, está claro que, no Brasil, não seria difícil renovar aquelas preocupações vigentes, devida, até mesmo, se à falta de uma consciência de classe que o domo-liberalismo burguês nunca permitiu se formar ou se desenvolver.

A função da lei não é criar um clima social, nem fazer com que, de um dia para o outro, seja a consciência da solidariedade entre os elementos ligados por idéias comuns. Sua função é disciplinar, normalizar as atividades privadas, subordinando-as ao bem geral.

Entretanto, a nova legislação social, constante não de providências isoladas para este ou aquele setor de trabalho, porém abrangendo todos os domínios da atividade útil, tende, pela sua intervenção absoluta, no Brasil, todavia, uma desmanchada uma função extraordinária de suas finalidades institucionais, uma função redutora da mentalidade brasileira, a que já está dando seus frutos compensadores.

Essa função pedagógica da nova legislação trabalhista vai criando uma consciência de classe, dentro dos moldes criados de uma cordial colaboração entre elas, sem nenhum dos perigos que, em outros países, têm encontrado os movimentos de organizações operárias, com o fim de reivindicação dos seus direitos.

Além disso, pouco, um caso se dá, passando, quase despercebido, mas que é necessário focalizar, pois ele comprova as nossas afirmações. Foi o seguinte. Um empregado, cuja estabilidade, no emprego, tinha as garantias da lei, distando velozmente do cargo, solicita, regularmente, a sua assessoria, confirmando o seu pedido, perante a Junta de Trabalho. Dadas as condições do seu pedido, não tinha ele direito a nenhuma indenização que, aliás, nem ele próprio cogitou de pleitear, pois afastava-se de casa em perfeita harmonia com os seus empregadores, e ia dedicar-se a outro trabalho mais vantajoso. Quando, porém, o caso se liquidou judicialmente, o fisco, reconhecendo os direitos jurídicos prestados pelo seu ex-empregado, ofereceu-lhe uma gratificação de 10 mil cruzeiros.

Ora está aí a melhor prova de que já não perdura a velha mentalidade, que, entre patrões e empregados, levantara uma barreira rígida de preconceitos. A firma que assim procedeu a seu ex-empregado, foi além das medidas protetoras da lei. E isso é bem uma nitida noção do apelo pelo trabalho a uma definitiva conciliação de valor da pessoa humana.

Anexo KK – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 5 de fevereiro de 1944

Regime fiel ao Brasil

O SEGUNDO IMPÉRIO trouxe para o país formas políticas em desacordo com a sua índole — um parlamentarismo à britânica, onde solenes curules discutiam issues, do ponto de vista de Sirius, enquanto milhares de escravos gemiam no alto sob o chicote do feitor.

A República de 29 já não encontrou escravos, mas veio achar um povo ainda com densa percentagem de analfabetos. E instalou, para esse povo, um regime, copiado a outro povo, que existia e vivia, em diversíssima condições.

De fato, era esse uma democracia, nominalmente representativa. Só nominalmente. Porque, se entre mais de quinze milhões, só cem mil votavam, como seria representativa uma democracia, onde a maioria quase absoluta não exercia o voto?

E isso, dado que esses cem mil votassem de verdade. Mas, as atas falsas e as eleições fraudadas?

E os oligarquias imperantes o nepotismo, o libalismo, o "empreguismo e planície", tudo isso não depunha contra a simulação da democracia? Quem foi o mais candente, o mais causticante vituperador das distorções da democracia de 29, sendo o mais fluente dos seus inspiradores, Rui Barbosa? E a literatura política daquela período não é, toda, uma epígrafe vemente aos falsos meios do espírito democrático, pelas canúlos e conchavos dos "sindicatos políticos" regionais, de que sempre esteve ausente o povo "soberano"? Que foi a revolução de 30, sendo um movimento de legítima reação da consciência coletiva, contra o deplorable cronicismo da política que decidia das destinos da nação, como se estas fossem coisas suas?

Entretanto, não foi bastante um movimento, de âmbito nacional, como a revolução de 30.

Permaneceram os velhos vícios e costumes, que quarenta anos de demo-liberalismo cristalizaram em praxe inderrogável das instituições políticas nacionais. Daí ter sido possível criar-se aquela mentalidade de absoluto desdém pela própria sorte da Nação, que, por isso, veio a se tornar joguete da partilha dos extremismos, que se subdescrevem, qual o qual mais violento e mais sanguinário.

O gesto do presidente Getúlio Vargas, em 1937, foi ditado por um imperativo de salvação nacional. Só o não reconhecerá quem despreze o depoimento objetivo das fatos, e não lga importância à lógica das sucessas históricas, o que só é possível, em razão de pontos de vista pessoais, de velhas quistilas, e de uma indesculpável má vontade. O Estado Nacional, pois, não representa "uma aventura contra a nossa tradição — e ao sentimento do nosso povo" — porém, significa a volta ao espírito e à índole dos brasileiros, tão sacralizados pelas instituições liberais do segundo império e da primeira república e antes de 37 ameaçados de completa subversão pelos lascivismos da direita e da esquerda.

Anexo LL – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 27 de junho de 1944

Democracia social

AS RECENTES PALAVRAS do presidente Getúlio Vargas no Dia da Pátria em relação às medidas complementares, que se efetuarão, logo depois da guerra, afirmam de que seja executado, em toda a sua plenitude, o regime da Carta de 37, não oferecem dúvidas, quanto à intenção dos homens, que são os expoentes da nova política, relativamente à reintegração do Brasil nos seus verdadeiros rumos históricos.

Tinhamos um regime de representação fielíssima. É bastante repassar os olhos pelos jornais da época, para se ver que o que existia, tudo podia ser, menos um regime de autêntica representação democrática. O hábito da fraude eleitoral era inextirpável. Estava inerastado na prática do sistema. Partidos sem o mais leve matiz de diferenciação ideológica, abriam torneios violentos, apenas em torno de nomes. E deles cada qual forcejava por eleger seu candidato, não importava por que processos fossem. Todo o apostolado de Ruy se sintetiza em pugnas da palavra, da sua palavra cicero-niana, balendo-se pela restauração da pureza do ideal democrático. Ruy é, eis por isso mesmo, o maior e o melhor testemunho de que o que tínhamos não era democracia.

E talvez por isso mesmo é que o velho batalhador, com o correr do tempo e dos acontecimentos, em pleno fulgor da sua inteligência e amargurado pelas desilusões, entreira o alvorecer da nova era — a era da democracia social.

Assim, em sua magnífica conferência do Teatro Lirico, em 1919, o campeão, desiludido, mas não fatigado, já advertia etc. em palavras memoráveis, que chegara o tempo de se desvotaprar a democracia de sua forma individualista, afirm de assinalar a fisionomia, que lhe impunha a evolução do direito, o qual, também, desbordava já dos seus moldes individualistas, revestindo-se de novas formas e de um novo espírito.

E Ruy, então, pôde reclamar, antecipando-se aos sucessos do futuro: "Sua pela democracia social".

E essa democracia social, que Ruy antevia, veio, entre nós, tomar o lugar daquela, contra a qual ele, incansavelmente, lutava.

E essa democracia social, de bases nitidamente cristãs, prefigurada pelo nosso Ilustre compatriota, que se acha na Carta de 37, e que irá se completar, após a guerra, conforme os reiterados compromissos do presidente Getúlio Vargas.

Anexo MM – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 20 de setembro de 1944

[illegible]

Anexo OO – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 3 de fevereiro de 1945

A candidatura nacional

E CONFORTADOR e espetáculo cívico que se nota nas esteras de influência das grandes forças políticas da maioria. Depois do pronunciamento de Minas e de São Paulo, em favor da candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, novas manifestações, igualmente prestigiosas, procedentes de outras unidades fedrativas, mostram como os brasileiros sabem proporcionar apoio àqueles que lhes possam prometer ordem, estabilidade, e garantias de progresso e de segurança da Nação.

Essa vibrante e vigorosa demonstração de confiança e de vitalidade de um povo é tão significativa quanto tem de espontânea e quanto promete de eficácia na preparação de bases estáveis para a abertura de um novo período da nossa vida institucional, no qual devem sublevar e prevalecer os mesmos postulados da justiça social e os mesmos propósitos de valorização econômica, com o consequente fortalecimento interno e externo da República que tem caracterizado a ação governamental do presidente Getúlio Vargas.

A vida militar do general Gaspar Dutra, representada por uma longa e brilhante folha de cascalhados serviços à União, num dos mais difíceis períodos da história dos tempos modernos, é penhor dos mais valiosos para a consciência cívica dos brasileiros.

Os seus compatriotas, que viram o Brasil atravessar um ciclo de paz, de transformações valorizadoras e de progresso nos mais diversos setores da vida nacional, só têm motivos para cindir em que o candidato apontado pela maioria das forças políticas no sufrágio da Nação leve para o mais alto posto do Governo a mesma disposição tenaz e ativa de fazê-la progredir cada vez mais, rumo aos seus grandes destinos.

Nunca o país atingiu tamanho esplendor, pelo acervo de suas realizações administrativas e pela projeção extraordinária de nossa atitude, em face dos problemas continentais e mundiais.

Perseguir nessa obra será sem dúvida, um dos objetivos do futuro presidente da República.

Anexo PP – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 25 de março de 1945

Eurico Dutra, o homem do momento

N UM MUNDO, como o atual, não se pode parar a marcha e ficar a olhar para trás, a acusar de erros passados, a incriminar de falhas antigas e a meditar o que já acabou. O mundo se está transformando e os acontecimentos dominando e superando os homens.

Entre nós, a posição política tem de ser determinada pelo momento atual e pelas circunstâncias que o determinaram. Não é possível retroceder ao período anterior a 1937.

Os políticos, que adormeceram a 19 de novembro daquele ano, despertaram agora, de súbito, e pensam que ainda estão no dia seguinte, normalmente, sem que nada houvesse acontecido. E aconteceram as coisas mais formidáveis do mundo.

A água, que corre, não volta. É inútil querer equacionar o problema brasileiro com dados petimidos, de circunstâncias pretéritas.

Portanto, não é possível nem é justo discutir os homens fora da atualidade. O ilustre ministro da Guerra, no dia em que se reconheceu a belligerência com a Alemanha, afirmou resolutamente que esta não seria simbólica, mas que lutaríamos pela vitória da causa pela qual o Brasil assumiu tão grave decisão. E, já tendo realizado uma obra considerável de reforma e reorganização do Exército, tornando-o um órgão técnico especializado, pôde, em tempo curto, com as dificuldades de todas conhecidas, preparar essa admirável Força Expedicionária, que nos enche de orgulho e está escrevendo grandes páginas com seu sangue, dessas que servem para construir uma nacionalidade e garantir um futuro. Essa esdrúxula extraordinária, que leva de lutar contra o quinquacolonismo indiano, que ousou apoucar a grandeza da generosidade brasileira. Essa esdrúxula se realizou de modo surpreendente e produziu os melhores resultados, na opinião unânime do Brasil, que, em seus "praticados", tem uma das glórias mais legítimas da nossa gente.

Pois bem, o general Dutra é o nosso chefe militar na guerra. E porque os opositores que vivem praticando o valor de P.E.B., não querem dar ao seu organizador o mérito incontestável? Quem tem mais do que ele — segundo a orientação do presidente Getúlio Vargas — para que o Brasil fosse à guerra e nela tivesse um papel de destaque, preparando e adiestrando nossos valentes soldados?

Ninguém mais do que o ministro da guerra é o homem do momento e, por isso, as forças políticas o indicam como candidato à presidência da República.

Essa é a realidade e, qualquer que possa ser a reserva relativamente ao regime, o indiscutível é que nele, o general Dutra preparou o Exército e lhe deu o imenso prestígio interno e a glória internacional.

Se as condições evoluíram e o general Dutra delas foi fiel intérprete, como afirmam os especialistas, destacando-lhe o papel no momento atual, porque perder tempo, com entrevistas de generais reformados sobre o passado?

Cuidemos do futuro.

Anexo QQ – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 3 de abril de 1945



Anexo RR – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 12 de abril de 1945



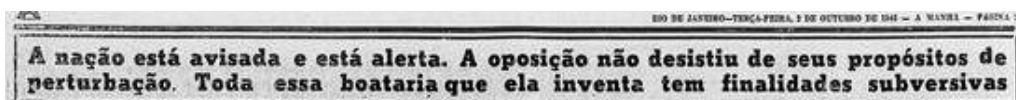
Anexo SS – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 9 de junho de 1945



Anexo TT – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 20 de julho de 1945



Anexo UU – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 19 de setembro de 1945



Anexo VV – Matéria do jornal A Manhã, edição do dia 2 de outubro de 1945